

**Instituto de Administração da Saúde, IP-
RAM**

**RELATÓRIO DE
GESTÃO**

2019

Ficha Técnica

Relatório de Gestão - 2019

Edição

Instituto de Administração da Saúde, IP-RAM

Rua das Pretas n.º 1

9004-515 Funchal

Telf. 291212300, Fax 291281421

iasaude@iasaude.madeira.gov.pt

<http://www.iasaude.pt>

INDICE

13.1	CARACTERIZAÇÃO GERAL	4
13.1.1	ELEMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO	4
13.1.2	RELATÓRIO DO ÓRGÃO DE GESTÃO	5
13.1.3	ORGANOGRAMA	9
I	ANÁLISE DOS RECURSOS DAS ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS	11
1.1	Recursos Humanos	11
1.2	Recursos Financeiros	11
1.3	Análise das atividades desenvolvidas pelas Unidades	13
1.3.1	Departamento de Saúde, Planeamento e Administração Geral (DSPAG)	13
1.3.1.1	Unidade de Engenharia Sanitária (UES)	17
1.3.1.2	Unidade Operacional de Administração Geral (UAG)	22
1.3.1.3	Unidade Operacional de Intervenção em Comportamentos Aditivos e Dependências (UCAD)	30
1.3.1.4	Laboratório de Saúde Pública	37
1.3.2	Departamento de Gestão Financeira e Contratualização (DGFC)	39
1.3.2.1	Unidade Flexível de Sistemas de Informação (USI)	42
1.3.2.2	Unidade Operacional de Contratualização (UOC)	45
1.3.3	Gabinete Jurídico (GJ)	50
1.3.4	Gabinete de Assuntos Farmacêuticos (GAF)	53
II	MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	56
III	ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA	59
IV	ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE RELATO	72
V	AVALIAÇÃO FINAL	74
VI	ANEXOS	77
13.1.4	RECURSOS HUMANOS (I)	78
13.1.4	RECURSOS HUMANOS (II)	84
	ANEXO - ANÁLISE ESTATÍSTICA UOC	87

13.1 CARACTERIZAÇÃO GERAL

13.1.1 - ELEMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO

Designação: Instituto de Administração da Saúde, IP-RAM

N.º de Identificação Fiscal: 511284349

Endereço: Rua das Pretas 1, 6.º Andar
9004-515 FUNCHAL

Responsáveis:

Presidente

Nome: Dr. Herberto Rúben Câmara Teixeira de Jesus

Cargo: Presidente do Conselho Diretivo

Morada: Estrada da Boa Nova, n.º 139, Santa Maria Maior
9060-005 Funchal

Vice-Presidente

Nome: Enf.ª Bruna Raquel Figueira Ornelas Gouveia

Cargo: Vice-Presidente do Conselho Diretivo

Morada: Caminho do Campo 1.º de Maio
9135-033 Camacha

Vogal (01-01-2019 a 24-11-2019)

Nome: Dr. João Carlos Barros de Mendonça

Cargo: Vogal do Conselho Diretivo

Morada: Rua do Cabrestante, Edf. Monumental Mar, Bloco E, 3.º BG, Sítio dos Piornais
9000-105 Funchal

Vogal (25-11-2019 a 31-12-2019)

Nome: Dr. Bruno Alexandre Ornelas de Freitas

Cargo: Vogal do Conselho Diretivo

Morada: Avenida Madalena, Edf. Praça das Madalenas, Bloco C, 3.º
9020-330 Funchal

13.1.2 – RELATÓRIO DO ÓRGÃO DE GESTÃO

Objetivo

O presente relatório é elaborado nos termos do Decreto-Lei nº 183/96, de 27 de setembro e do DL 192/2015 de 11 de setembro e compreende a demonstração quantitativa e qualitativa dos resultados alcançados, em articulação com o Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho da Administração Pública (SIADAP), sintetiza a atividade desenvolvida em 2019, e apresenta o nível de execução e o grau de cumprimentos dos objetivos definidos.

O capítulo principal deste relatório incide na Autoavaliação onde são apresentados os resultados alcançados no âmbito do QUAR aprovado, bem como o grau concretização dos objetivos previstos para as unidades orgânicas do IASAÚDE, apresentando, sempre que se justifique, as causas de incumprimento das ações programadas.

A elaboração deste relatório é o resultado do contributo e da participação ativa de todas as unidades orgânicas deste Instituto.

O relatório de atividades apresentado reflete a capacidade de resposta aos desafios que lhe são colocados, sendo um instrumento de avaliação das atividades desenvolvidas e das metas alcançadas.

Metodologia de elaboração do relatório

O presente Relatório foi elaborado tendo por base a missão e atribuições do IASAÚDE, IP-RAM. Para a elaboração deste documento foi efetuado o levantamento, em todas as unidades orgânicas, da informação respeitante ao grau de concretização das metas associadas aos indicadores de desempenho, bem como às atividades e/ou projetos desenvolvidos, sejam a da exclusiva responsabilidade de cada unidade orgânica, sejam a de responsabilidade partilhada.

Foi solicitado às unidades orgânicas que efetuassem uma apreciação global sobre o desempenho do indicador, bem como uma fundamentação relativa à realização do objetivo e identificassem também as causas no caso de incumprimento de atividades, ações e/ou projetos não executados ou com resultados insuficientes. A informação obtida foi sistematizada e harmonizada em articulação com as unidades orgânicas, tendo sido objeto de reanálise e correção pelas mesmas, sendo posteriormente consolidada num documento final.

A elaboração do relatório de atividades e a definição da metodologia para recolha de contributos junto dos dirigentes e colaboradores tiveram o acompanhamento da Divisão de Controlo de Gestão. Os dados respeitantes aos recursos humanos (Balanço Social), os dados

relativos aos recursos financeiros (execução orçamental), os dados relativos à frota de veículos e os dados relativos aos bens imóveis afetos ao Instituto, foram disponibilizados, respetivamente, pela Divisão de Recursos Humanos, Divisão de Contabilidade e Orçamento, Divisão de Contratação e Logística e Divisão de Património, unidades orgânicas integradas no Departamento Administrativo e Financeiro.

Missão

O IASAÚDE, IP-RAM, tem por missão proceder à definição e implementação de políticas, normalização, regulamentação, planeamento e avaliação em saúde, bem como assegurar a gestão dos recursos humanos e financeiros, da formação profissional, das instalações e equipamentos, dos sistemas e tecnologias de informação do Serviço Regional de Saúde e dos serviços da administração direta e indireta, no domínio da SRS.

São atribuições do IASAÚDE, IP-RAM:

- a) Garantir o apoio técnico à formulação de políticas e ao planeamento estratégico da saúde, acompanhar e avaliar a execução das políticas, dos instrumentos de planeamento e dos resultados obtidos e impulsionar a procura de ganhos em saúde;
- b) Assegurar a elaboração, acompanhamento e avaliação do Plano Regional de Saúde, incrementando a sua execução em todo o Sistema Regional de Saúde;
- c) Regulamentar, orientar e coordenar as atividades de promoção da saúde e de prevenção e controlo da doença, assegurando o acesso à prestação de cuidados de saúde de qualidade, pela adequação dos recursos disponíveis às necessidades em saúde;
- d) Desenvolver e fomentar atividades no âmbito da saúde pública, de forma a garantir a proteção da saúde das populações e coordenar e assegurar a vigilância epidemiológica a nível regional, bem como dos sistemas de alerta e resposta apropriada;
- e) Assegurar o desenvolvimento de programas de saúde e fomentar e coordenar a produção de informação adequada, designadamente estatística, em articulação com os demais serviços da SRS;
- f) Planear, coordenar e monitorizar a gestão dos recursos humanos do Serviço Regional de Saúde e dos serviços da administração direta e indireta, no domínio da SRS, suportado num adequado sistema integrado de informação, e desenvolver estudos de gestão previsional de

recursos humanos, bem como garantir a sua valorização e qualificação profissional, propondo e gerindo planos de formação e promovendo a respetiva formação profissional;

g) Articular com os organismos nacionais nos domínios da regulação profissional e de regimes de trabalho e coordenar o registo de profissionais de saúde;

h) Proceder à gestão do internato médico na Região, sem prejuízo das competências dos respetivos órgãos específicos, nos termos da lei;

i) Coordenar as atividades da SRS para a definição da rede de instalações e equipamentos do Serviço Regional de Saúde, estabelecendo prioridades e propondo planos de investimentos públicos a realizar no seu desenvolvimento, modernização e renovação;

j) Coordenar as atividades da SRS para a definição de políticas sobre sistemas e tecnologias de informação e de comunicação, o seu desenvolvimento e avaliação, promovendo a definição e utilização de normas, metodologias e requisitos que garantam a interoperabilidade e interconexão dos sistemas de informação da saúde;

l) Planear e coordenar a gestão dos recursos financeiros afetos à SRS, designadamente estudando e propondo modelos de financiamento do Serviço Regional de Saúde, definir as normas e as orientações sobre modalidades para obtenção, distribuição e aplicação dos recursos financeiros, bem como do sistema de preços e de contratação das prestações de saúde;

m) Acompanhar, avaliar e controlar o desempenho económico-financeiro dos serviços e estabelecimentos do Serviço Regional de Saúde, bem como desenvolver e implementar acordos com outras entidades responsáveis pelo pagamento de prestações de cuidados de saúde;

n) Regular, supervisionar e acompanhar a atividade dos estabelecimentos, instituições e serviços prestadores de cuidados de saúde, nos termos da lei, emitir e adaptar normas definidoras das condições técnicas, bem como emitir e difundir orientações para a adequada prestação de cuidados de saúde, nas redes hospitalar, de centros de saúde e de cuidados continuados, e proceder à sua avaliação;

o) Assegurar o desenvolvimento dos sistemas de avaliação de serviços e coordenar e controlar a sua aplicação, bem como coordenar a aplicação de medidas tendentes a promover, de forma permanente e sistemática, a simplificação, a inovação e a modernização administrativas, no âmbito do Serviço Regional de Saúde;

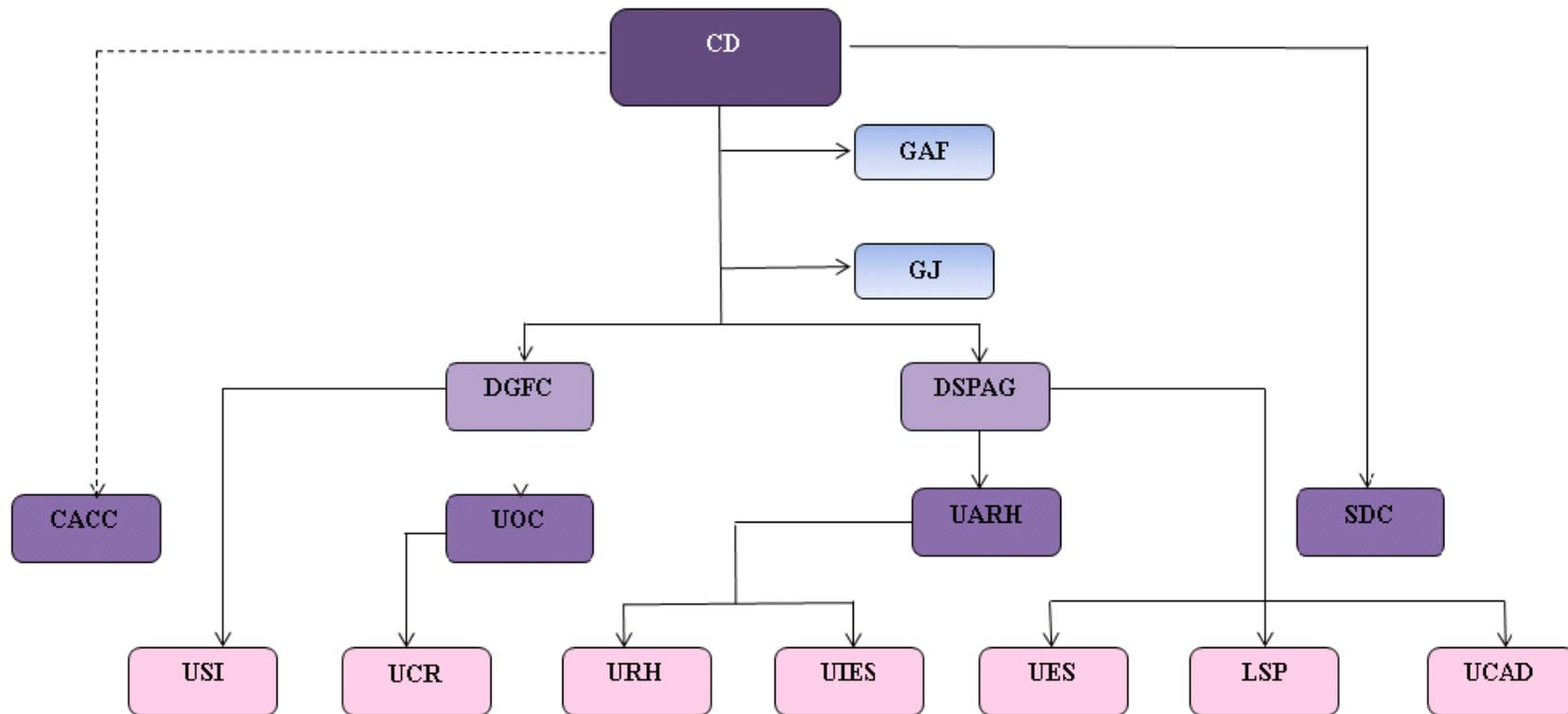
- p) Promover e coordenar ações de controlo e auditoria, designadamente financeiras, aos sistemas de gestão e ao desempenho organizacional;
- q) Afetar recursos financeiros às instituições e serviços prestadores de cuidados de saúde financiados pelo Serviço Regional de Saúde, através da negociação, celebração e acompanhamento de contratos-programa;
- r) Proceder à celebração, acompanhamento e revisão de acordos, protocolos e convenções com profissionais em regime liberal e entidades privadas de saúde, com ou sem fins lucrativos;
- s) Garantir a comparticipação aos utentes dos encargos resultantes da prestação de cuidados de saúde ao abrigo de acordos, protocolos ou convenções celebradas com entidades privadas de saúde, nos termos dos regulamentos em vigor;
- t) Promover a redução do consumo de drogas lícitas e ilícitas, bem como a diminuição das toxicodependências, designadamente através da realização de ações e programas de prevenção, e dinamizar e acompanhar o plano regional de luta contra a droga e a toxicodependência;
- u) Coordenar os processos de licenciamento das entidades privadas prestadoras de cuidados de saúde ou serviços de saúde, com ou sem fins lucrativos, bem como dos estabelecimentos farmacêuticos, e proceder à fiscalização e verificação da aplicação do respetivo quadro normativo em vigor;
- v) Assegurar a atividade de farmacovigilância, a nível regional;
- x) Estabelecer e coordenar as relações com os diferentes organismos nacionais e internacionais da saúde;
- z) Exercer as funções de autoridade de saúde na Região, nos termos da lei.

Caraterização

Com a publicação do Decreto Regulamentar Regional n.º 2/2015/M, sobre a organização e funcionamento do XII Governo Regional da Madeira, foi criada a Secretaria Regional na Saúde, ficando o Instituto de Administração da Saúde sob a sua tutela, sendo ainda transferidas as competências então atribuídas, designadamente nas áreas da comunicação social, emprego e habitação à Secretaria Regional da Inclusão e Assuntos Sociais.

Mantém-se em vigor os estatutos republicados pela Portaria n.º 178/2012, de 31 de dezembro, que aprova os Estatutos do IASAÚDE, IP-RAM e revoga a anterior Portaria n.º 80-A/2008, de 30 de junho.

13.1.3 ORGANOGRAMA



CD – Conselho Diretivo

GAF – Gabinete de Assuntos Farmacêuticos

GJ – Gabinete Jurídico

DGFC – Departamento de Gestão Financeira e Contratualização

DSPAG – Departamento de Saúde, Planeamento e Administração Geral

CACC – Centro de Arbitragem de Conflitos de Consumo

OUC – Unidade Operacional de Contratualização

UARH – Unidade Operacional de Administração Geral e Recursos Humanos

SDC – Serviço de Defesa do Consumidor

USI – Unidade Flexível de Sistemas de Informação

UCR – Unidade Flexível de Participações e Reembolsos

URH – Unidade Flexível de Recursos Humanos

UIES – Unidade Flexível de Instalações, Equipamentos e Segurança

UES – Unidade Flexível de Engenharia Sanitária

LSP – Laboratório de Saúde Pública

UCAD – Unidade de Comportamentos, Aditivos e Dependências

Objetivos estratégicos

O Instituto de Administração da Saúde, IP-RAM manteve os seus objetivos estratégicos adequados à sua área de atuação definidos no ano transato.

- 1 – Coordenar o Planeamento em Saúde no Sistema Regional de Saúde;
- 2 – Melhorar o desenvolvimento, implementação e coordenação dos Sistemas de Informação em Saúde no Sistema Regional de Saúde;
- 3 – Desenvolver mecanismos de preparação e resposta transversal à emergência e reemergência em Saúde Pública;
- 4 – Reforçar o planeamento e o controlo de gestão do sistema de saúde nas várias áreas de atuação do IASAÚDE, IP-RAM: recursos humanos, produção assistencial, económico-financeira, infraestruturas e instalações.

I – ANÁLISE DOS RECURSOS DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

1.1. RECURSOS HUMANOS

Em 31 de dezembro de 2019, o IASAÚDE, IP – RAM contava com um total de 162 trabalhadores.

O vínculo de relação jurídica e emprego predominante é, sem dúvida, o contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com 96 % (156 trabalhadores) do total de efetivos, sendo que nas restantes modalidades apresenta apenas 3,7 % do universo de trabalhadores.

Recursos Humanos		Dirigente	Técnico Superior	A. Técnico	A. Operacional	C. Categ. Subsistentes	C. e Corpos especiais	Médicos	Enfermagem	Outras	Total
Contrato por tempo indeterminado	H	2	11	11	4	-	4	1	-	7	40
	M	4	34	37	10	9	20	-	2	-	116
	T	6	45	48	14	9	24	1	2	7	156
Outros	H	3	-	-	-	-	-	-	-	-	3
	M	2	-	1	-	-	-	-	-	-	3
	T	5	-	1	-	-	-	-	-	-	6
Total efetivos	H	5	11	11	4	-	4	1	-	7	43
	M	6	34	38	10	9	20	-	2	-	119
	T	11	45	49	14	9	24	1	2	7	162

1.2. - Recursos Financeiros

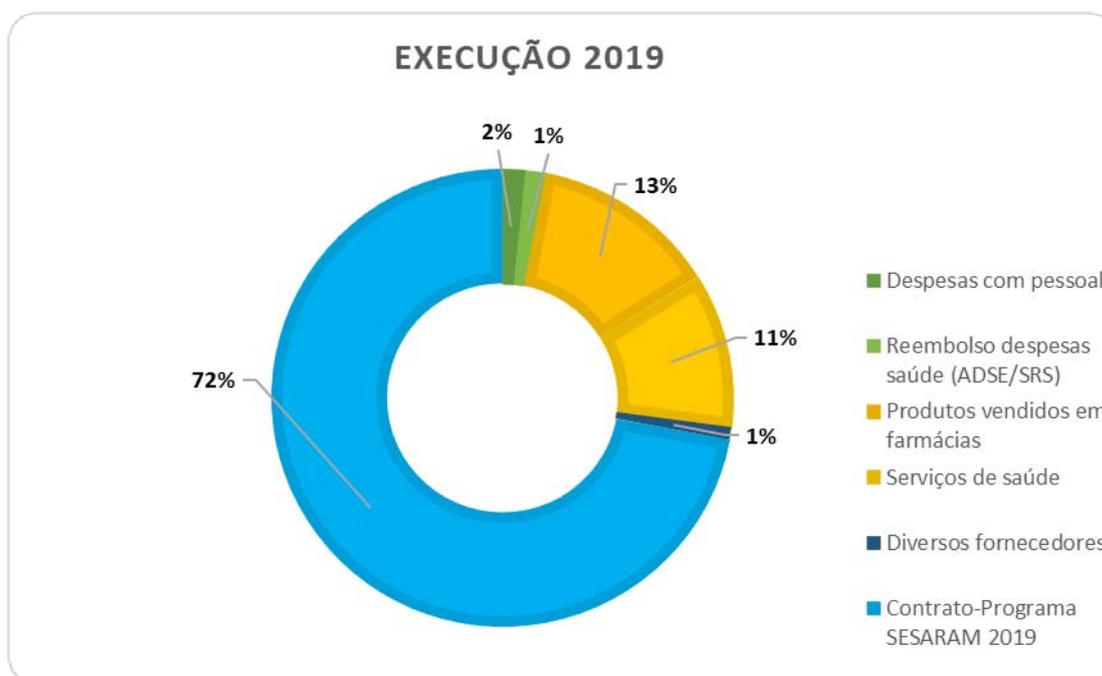
O orçamento inicial do IASAÚDE, IP-RAM foi em 2019 de € 285.165.463. Ao longo do ano este valor inicial sofreu diversas alterações orçamentais decorrentes de reforços e anulações, e ainda créditos especiais provenientes do Orçamento da Região Autónoma da Madeira, que resultou num orçamento corrigido de € 316.689.454

Execução Orçamental 2019

Na tabela seguinte passamos a evidenciar algumas despesas mais representativas do orçamento do IASAÚDE, IP-RAM em 2019:

DESIGNAÇÃO	EXECUÇÃO 2019
Despesas com pessoal	4.536.901,74
Reembolso despesas saúde	4.189.552,46
Produtos vendidos em farmácias	37.948.952,25
Diversos Fornecedores	31.816.176,22
Contrato-Programa SESARAM 2019	209.173.268,14

No que se refere à execução orçamental em 2019, foram efetuados pagamentos no valor de 209.208.614,08€, o que corresponde a uma taxa de execução orçamental de 93,21%.



Como se pode constatar pela análise do gráfico e tabela acima apresentadas, cerca de 72% das despesas do IASAÚDE destinaram-se ao pagamento dos Contratos Programa SESARAM, E.P.E. de 2019. Seguindo-se as despesas com produtos vendidos em farmácias que contemplou 13% e a despesa com serviços de saúde no total de 11%, sendo que a despesa reembolsos de despesas de saúde do Serviço Regional de Saúde, as despesas com pessoal e diversos fornecedores representaram 4% do orçamento executado pelo IASAÚDE.

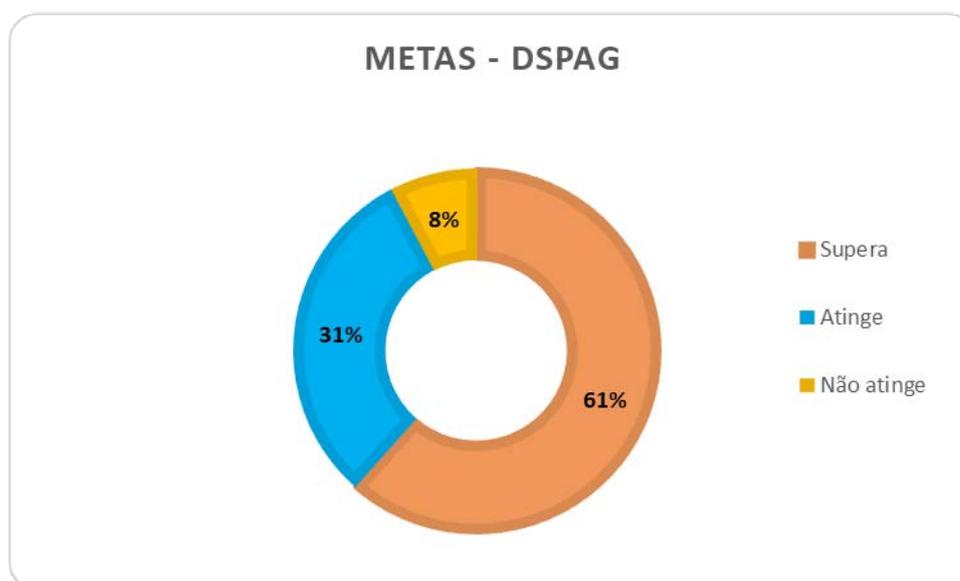
1.3. Análise das atividades desenvolvidas pelas Unidades

1.3.1. – Departamento de Saúde, Planeamento e Administração Geral (DSPAG).

O Departamento de Saúde, Planeamento e Administração Geral (DSPAG) compreende duas unidades operacionais, a Unidade Operacional de Administração Geral (UAG) e a Unidade Operacional de Intervenção em Comportamento Aditivos e Dependências (UCAD).

No DSPAG estão integrados:

- A Unidade flexível de Engenharia Sanitária
- O Laboratório Regional de Saúde Pública
- A unidade técnica de apoio à promoção e proteção da saúde;
- A unidade técnica de estudos e informação em saúde
- A unidade técnica de comunicação e educação para a saúde
- A unidade técnica de instalações e equipamentos.



O DSPAG definiu 4 objetivos operacionais e 13 atividades estratégicas.

Destas, este Departamento superou 8, atingiu 4 e não conseguiu atingir 1 atividade.

Principais resultados alcançados:

Objetivo Operacional 1 - Desenvolver Programas Regionais de Intervenção no âmbito da Saúde Sazonal e estratégias Prioritárias de Saúde (definidas no PESRS em vigor).

A este objetivo operacional estão associadas 4 atividades estratégicas:

AE1: Consolidar Documentos de Referência no âmbito da Saúde Sazonal ou das Estratégias Prioritárias de Saúde (definidas no PESRS em vigor);

AE2: Criar/adaptar suportes de informação e comunicação na área da Saúde Sazonal ou Estratégias Prioritárias de Saúde;

AE3: Elaborar relatórios/dashboards no âmbito das áreas de Estratégias Sazonais de Promoção da Saúde/Estratégias Prioritárias de Saúde;

AE4: Realizar eventos destinados a profissionais e/ou comunidade, no âmbito das áreas de Estratégia do PESRS

Resultados:

AE1 – Atividade superada uma vez que estava estabelecida como meta a elaboração de 3 documentos e foram concebidos 6 documentos;

AE2 - Atividade superada. Com a dinamização de página de Facebook e o com aumento da frequência de momentos de divulgação, foram criados ou adaptados um total de 140 suportes de informação.

AE3 – Atividade superada. A elaboração de um total de 31 Dashboards e relatórios de vigilância epidemiológica com periodicidade semanal no âmbito das estratégias sazonais, permitiu a superação do objetivo.

AE4 – Atividade superada. A meta estabelecida definia a realização de 4 eventos, sendo que no total foram realizados 13;

Objetivo Operacional 2 – Monitorizar indicadores de saúde da população da RAM.

A este objetivo operacional estão associadas 3 atividades estratégicas:

AE1 – Realizar a avaliação intercalar do PERS 2011-2016 (ext 2020) no cumprimento do sistema de monitorização e revisão do PESRS;

AE2 – Elaborar suportes de informação em saúde indicadores epidemiológicos, avaliação económica, movimento assistencial e relatórios temáticos;

AE3 – Participar/Desenvolver estudos de natureza científica (epidemiológicos) em parceria com outras instituições)

Resultados

AE1: A atividade foi atingida, uma vez que a meta estabelecia 2 avaliações intercalares do PESRS, tendo sido atingido esse número;

AE 2: A atividade foi superada considerando que a meta proposta era a elaboração de 4 produtos de informação em saúde, tendo sido elaborados 9, entre os quais se incluí 6 infografias da Saúde na RAM;

AE3: Atividade superada. Foi estabelecida a participação/desenvolvimento em 6 estudos - Warden; INSEF, Inq Serológico, COSI e dois da UCAD.

Objetivo Operacional 3 – Vigilância epidemiológica da gripe e outras doenças.

A este objetivo operacional estão associadas 3 atividades estratégicas:

AE1 - Implementar o sistema vigilância epidemiológica da gripe no período de referência.

AE2 - Elaborar suportes de informação sobre a vigilância epidemiológica/alertas de saúde pública;

AE3 – Elaborar dashboards/relatórios de vigilância epidemiológica de doenças.

Resultados:

AE1: A atividade foi atingida, uma vez que foi fixada a elaboração de 1 relatório, tendo o mesmo sido elaborado.

AE2: A atividade foi superada. A meta estabelecida previa a difusão de 40 suportes de informação, tendo sido totalizados 43 produtos.

AE3: atividade atingida. Estava prevista a realização de 3 relatórios, tendo esse número sido atingido.

Objetivo Operacional 4 - Implementar um Plano Regional de Vacinação e estratégias complementares.

A este objetivo operacional estão associadas 3 atividades estratégicas:

AE 1 - Elaborar Relatórios de Avaliação do PRV;

AE 2 - Emitir documentos normativos no âmbito do PRV e/ou estratégias complementares;

AE 3 - Elaborar suportes de informação sobre Vacinação (destinados também à população em geral).

Resultados:

AE 1 – A atividade foi atingida. A meta proposta previa a elaboração de 2 relatórios, que foram concretizados.

AE 2 – A atividade não foi atingida, considerando o facto de que não houve as alterações previstas no PNV durante 2019.

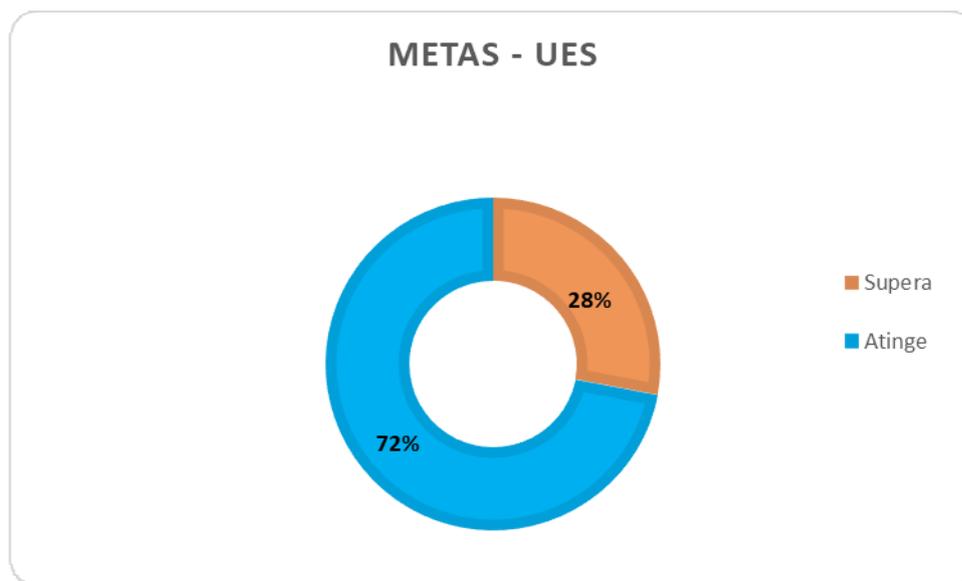
AE 3 – Atividade superada. A meta proposta previa a elaboração de 30 documentos tendo sido elaborados mais 14.

Objetivos Operacionais	N.º Atividades	Grau de Realização		
		Superou	Atingiu	Não Atingiu
Desenvolver o Programas Regionais de Intervenção no âmbito da Saúde Sazonal e Estratégias Prioritárias de Saúde (definidas no PESRS em vigor)	4	4	-	-
Monitorizar indicadores de saúde da População da RAM	3	2	-	-
Vigilância epidemiológica da Gripe e outras Doenças	3	1	2	-
Implementar um Plano Regional de Vacinação e estratégias complementares	3	1	1	1
TOTAL	13	8	4	1

1.3.1.1 - Unidade de Engenharia Sanitária (UES)

A Unidade de Engenharia Sanitária, definiu 4 objetivos operacionais e 25 atividades estratégicas associadas.

Assim, no ano de 2019, a UES superou 7 das atividades propostas e atingiu 18.



Objetivo Operacional 1 - Assegurar as atividades necessárias à vigilância sanitária dos sistemas de abastecimento de água, zonas balneares e de recreio.

A este objetivo operacional estão associadas 10 atividades estratégicas:

AE 1 - Colheita de amostras de água para consumo humano;

AE 2 - Elaboração de relatório de qualidade da água para consumo humano;

AE 3 - Colheita de amostras de água de piscina para análise laboratorial

AE 4 - Elaboração de relatório de qualidade da água de piscinas

AE 5 - Colheita de amostras de água do mar;

AE 6 - Elaboração de relatório da qualidade da água do mar;

AE 7 - Colheita de amostras de areia

AE 8 - Elaboração de relatório da qualidade das areias

AE 9 - Realização de vistorias prévias e durante a época balnear às estruturas de apoio das zonas balneares candidatas à Bandeira Azul

AE 10 - Inspeção e colheitas de amostras de água para pesquisa da *Legionella*

Resultados:

AE1: atividade superada. Foram verificadas as condições favoráveis para que todas as colheitas previstas no calendário fossem executadas dentro do prazo, tendo havido uma superação na ordem dos 105%;

AE2: atividade atingida: O relatório foi entregue dentro da meta proposta;

AE3: atividade atingida. Estava prevista a realização de 231 colheitas tendo sido efetuadas 208, que corresponde a uma taxa de realização de 90%.

AE4: atividade atingida: O relatório foi entregue dentro do prazo previsto na meta;

AE5: atividade superada. A meta previa a realização de 90% das colheitas dentro do prazo previsto no calendário. Esse valor foi superado em + 21%, uma vez que foram efetuadas 454 análises em vez das 410 previstas, atingindo assim uma percentagem de 117%.

AE6: atividade atingida. O documento foi dentro do prazo previsto.

AE7 - atividade superada. As colheitas de amostras de areia foram efetuadas dentro do prazo previsto no calendário, superando em mais 2% a meta prevista, tendo sido realizadas 76 análises das 70 inicialmente previstas.

AE8: atividade atingida – o prazo de entrega do relatório de qualidade de areias foi cumprido.

AE9: atividade cumprida - foram efetuadas as duas vistorias por zona balnear previstas atendendo ao facto de se terem verificado as condições favoráveis para que todas as vistorias fossem realizadas.

AE10: atividade superada. Foram efetuadas 119 colheitas, tendo havido uma superação de mais 7 colheitas, o que corresponde a uma taxa de

Objetivo Operacional 2 – Apoio técnico e fiscalização do licenciamento e funcionamento das unidades privadas de saúde, dos serviços de segurança e saúde no trabalho e dos estabelecimentos industriais e análise dos PDM's.

A este objetivo estão associadas 8 atividades estratégicas:

AE 1 - Realização de vistorias para efeitos de licenciamento das unidades privadas de saúde;

AE 2 - Elaboração do relatório de vistoria de licenciamento das unidades privadas de saúde;

AE 3 - Realização de vistoria de licenciamento das empresas de segurança e saúde no trabalho;

AE 4 - Elaboração do relatório de vistoria de licenciamento das empresas de segurança e saúde;

AE 5 - Elaboração de pareceres no âmbito do licenciamento industrial;

AE 6 - Realização de vistorias no âmbito do licenciamento industrial;

AE 7 - Elaboração do auto de vistoria de licenciamento industrial;

AE 8 - Elaboração de pareceres técnicos diversos.

Resultados

AE 1 – atividade atingida – as vistorias para efeitos de licenciamento das unidades privadas de saúde ocorreram dentro do prazo previsto para a sua realização após a entrada do processo na UES

AE 2 - atividade atingida – os relatórios de vistoria de licenciamento de unidades de privadas de saúde foram elaborados dentro do prazo previsto;

AE 3 - atividade atingida - as vistorias para efeitos de licenciamento das empresas de segurança e saúde no trabalho ocorreram dentro do prazo previsto para a sua realização após a entrada do processo na UES;

AE 4 - atividade atingida - os relatórios de vistoria de licenciamento foram elaborados dentro do prazo previsto;

AE 5 - atividade atingida – os pareceres no âmbito do licenciamento industrial foram entregues dentro do prazo previsto:

AE 6 - atividade atingida - as vistorias no âmbito do industrial das empresas de segurança e saúde no trabalho ocorreram dentro do prazo previsto para a sua realização após a entrada do processo na UES;

AE 7 - atividade atingida - os autos de vistoria foram entregues dentro do prazo previsto;

AE 8 - atividade atingida - os pareceres técnicos foram entregues dentro do prazo previsto:

Objetivo Operacional 3 - Promover a adaptação de programas específicos relacionados com vetores.

A este objetivo estão associadas 5 atividades estratégicas:

AE 1 - Monitorização de armadilhas para captura de ovos de mosquitos (ovitrap);

AE 2 - Monitorização de armadilhas para captura de mosquitos adultos (BG-Sentinel traps);

AE3 - Prospecção de criadouros de mosquitos em moradias, jardins públicos, terrenos abandonados, etc.;

AE 4 – Divulgação semanal dos resultados da atividade vetorial nas diferentes plataformas (KLM, “Não Mosquito” e REVIVE);

AE 5 - Elaboração de painéis Entomológicos semanais;

Resultados:

AE 1 - atividade atingida. Para esta atividade estava prevista a realização de 5000 a 7500 verificações às armadilhas. Foram efetivamente realizadas 8252 verificações.

AE 2 - atividade superada. Para esta atividade estava prevista a realização de 2000 a 3500 verificações às armadilhas. Foram efetivamente realizadas 4173 verificações.

AE3 - atividade atingida. Para esta atividade estava previsto o preenchimento de 200 a 300 fichas por prospeção num ano. Foram efetuadas 279 prospeções.

AE 4 - atividade atingida. Todos os dados foram divulgados dentro do prazo estabelecido.

AE 5 - atividade superada. Para esta atividade estava prevista a elaboração de 500 a 800 painéis entomológicos anuais. Foram elaborados 1638 Painéis Entomológicos.

Objetivo Operacional 4 - Apoio técnico e elaboração de documentos, mapas, gráficos e outros suportes de apoio à decisão.

A este objetivo estão associadas 2 atividades estratégicas:

AE 1 - Elaboração de documentos técnicos de apoio;

AE 2 - Elaboração de cartografia temática, gráficos e outros suportes técnicos;

Resultados:

AE 1 – atividade atingida. Todos os documentos técnicos foram produzidos no prazo estabelecido.

AE 2 – atividade superada. Todos os mapas, gráficos e outros suportes técnicos foram elaborados no próprio dia.

Atividades não estratégicas:

Estas atividades não são mensuráveis, mas, no entanto, são importantes para a realização de toda a atividade quotidiana da UES:

- Atualização das infraestruturas, população e localização dos pontos de amostragem dos sistemas de abastecimento de águas;
- Contactos com as autarquias e autoridades de saúde a fim de serem tomadas medidas com vista à correção de não conformidades;
- Preenchimento de uma base de dados para registo dos resultados analíticos;
- Realização de levantamento técnico das instalações das piscinas e condições de funcionamento;
- Contactos com os concessionários a fim de serem tomadas medidas com vista à correção de não conformidades;
- Reuniões de preparação do processo de atribuição da Bandeira Azul;
- Atualização das unidades privadas de saúde;
- Preenchimento de uma base de dados para registo das unidades privadas de saúde.

Objetivos Operacionais	N.º Atividades	Grau de Realização		
		Superou	Atingiu	Não Atingiu
Assegurar as atividades necessárias à vigilância sanitária dos sistemas de abastecimento de água, zonas balneares e de recreio	10	5	5	-
Apoio técnico e fiscalização do licenciamento e funcionamento das unidades privadas de saúde, dos serviços de segurança e saúde no trabalho e dos estabelecimentos industriais e análise de PDM's	8	-	8	-
Promover a adaptação de programas específicos relacionados com vetores	5	2	3	-
Apoio técnico e elaboração de documentos, mapas, gráficos e outros suportes de apoio à decisão	2	1	1	-
TOTAL	25	8	17	-

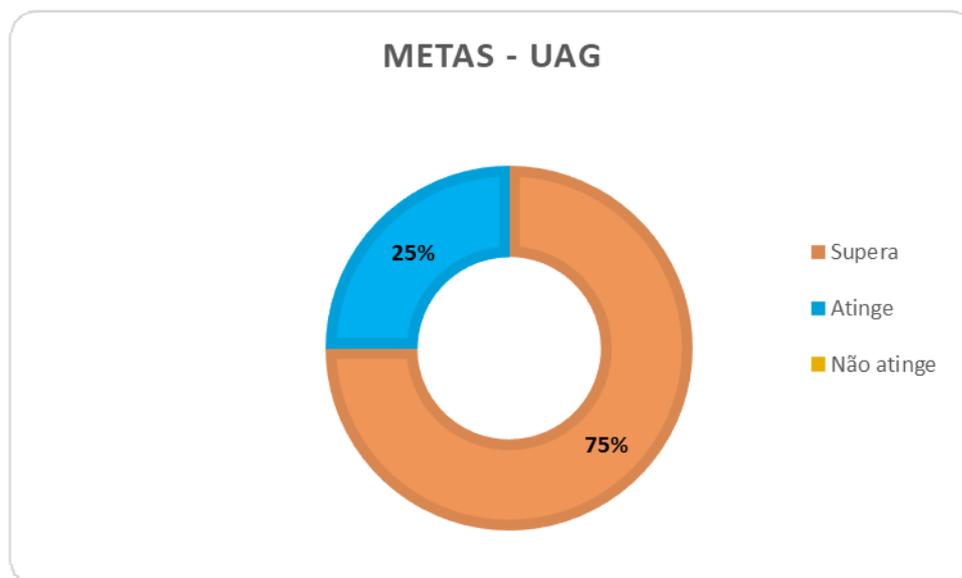
1.3.1.2. - Unidade Operacional de Administração Geral (UAG)

A Unidade Operacional de Administração Geral compreende:

- A unidade técnica de apoio à UAG;
- A unidade técnico-administrativa de apoio à formação profissional;
- A unidade técnica de recursos humanos
- A secção de processamento de vencimentos
- A secção de expediente
- A secção de divulgação e documentação

A UAG definiu 3 objetivos operacionais, para um total de 13 atividades.

Das atividades propostas, a UAG superou 10 e atingiu 3.



Principais resultados alcançados:

Objetivo Operacional 1 - Gestão e Administração dos Recursos Humanos.

A este objetivo operacional estão afetas as 5 atividades estratégicas:

AE 1- Elaboração do mapa previsional de orçamentação de recursos humanos

AE 2- Assegurar a gestão processual de todas as atividades inerentes à gestão de recursos humanos

AE 3 - Gestão do processamento das remunerações e abonos devidos aos trabalhadores do IASAÚDE, IP – RAM

AE 4 -Disponibilizar apoio técnico e administrativo no âmbito da coordenação do Internato Médico, na RAM.

AE 5 - Garantir a execução de todas as fases integrantes do ciclo de gestão da correspondência.

Resultados:

AE1 – atividade superada. O orçamento dos Recursos Humanos foi apresentado previamente à data estabelecida. Foi acautelado o envio atempado com o pedido dos dados.

AE2 – Atividade superada, graças à metodologia e envolvimento da equipa de trabalho.

AE3 – Atividade superada, influenciada pelo fluxo de trabalho organizado e fluído, permitindo assim uma resposta mais eficaz.

AE4 – Atividade superada. A totalidade dos documentos foi apresentada na data estabelecida.

AE5 – Atividade atingida. A dinâmica já criada possibilita a concretização dos objetivos, pese embora o facto do programa de registo (CGD) apresentar ainda muitos constrangimentos

Objetivo Operacional 2 - Coordenar, controlar e acompanhar a Gestão Documental, Arquivo e Divulgação.

A este objetivo operacional estão associadas 3 atividades estratégicas

AE 1 - Garantir a máxima organização e atualização do arquivo;

AE 2 - Garantir o sistema de classificação dos documentos no IASAÚDE, IP-RAM.

AE 3 - Tratar, publicar e divulgar - Melhorar e promover a constante atualização na difusão dos recortes de imprensa.

Resultados:

AE1 – Atividade superada graças à coordenação e ao empenho da equipa.

AE2 – Atividade atingida. Os meios informáticos existentes condicionam a superação da atividade;

AE3 – Atividade superada, graças à coordenação, planeamento e trabalho de equipa.

Objetivo Operacional 3 – Assegurar a implementação das políticas de Recursos Humanos - Instrumentos de Gestão.

A este objetivo estão afetas 3 atividades estratégicas:

AE 1 - Elaborar o Plano de Atividades da UAG;

AE 2 - Elaborar o Relatório de Atividades da UAG;

AE 3 - Elaborar o Relatório de Atividades da Unidade de Divulgação e Documentação;

AE 4 - Elaborar o Balanço Social do IASAÚDE, IP – RAM.

Resultados:

AE1 – Atividade superada devido à metodologia adotada e à estratégia de atuação.

AE2 – Atividade superada devido à metodologia adotada e à estratégia de atuação.

AE3 – Atividade superada devido à metodologia adotada e à estratégia de atuação.

AE 4 – Atividade superada. Verificou-se a colaboração entre as equipas de trabalho com vista à elaboração atempada do documento final.

Atividades não estratégicas:

- Dinamizar e assegurar o processo de divulgação de temas consoante as diferentes áreas de interesse/intervenção para o IASAÚDE, IP-RAM;
- Criação e atualização de Modelos/ Minutas do IASAÚDE, IP-RAM;
- Inclusão de informação relevante na página eletrónica do IASAÚDE, IP-RAM.

Objetivos Operacionais	N.º Atividades	Grau de Realização		
		Superou	Atingiu	Não Atingiu
Gestão e Administração dos Recursos Humanos	5	4	1	-
Coordenar, controlar e acompanhar a Gestão Documental, Arquivo e Divulgação.	3	1	2	-
Assegurar a implementação das políticas de Recursos humanos - Instrumentos de Gestão.	4	4	-	-
TOTAL	12	9	3	

Formação Profissional

Ao longo do ano 2019, foram ministradas diversas ações de formação incluídas no Plano de Formação da atual Secretaria Regional de Saúde e Proteção Civil, nas diversas áreas de formação: 090 - Desenvolvimento Pessoal; 344 - Contabilidade e Fiscalidade; 345 - Gestão e Administração e 482 - Informática na Ótica do Utilizador;

A primeira ação de formação do ano de 2019 decorreu no período de 14 a 16 de janeiro de 2019 – Microsoft Excel – iniciação e o ano terminou com a ação sobre o SIADAP – Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho na Administração Pública.

No corrente ano, estava prevista a realização de 30 ações de formação, sendo que devido a várias condicionantes, só foi possível concretizar 23. Neste momento, encontra-se em elaboração o pedido para se proceder à reprogramação financeira e consequente autorização da Vice-Presidência, das restantes ações de formação contratualizadas com a DTIM.

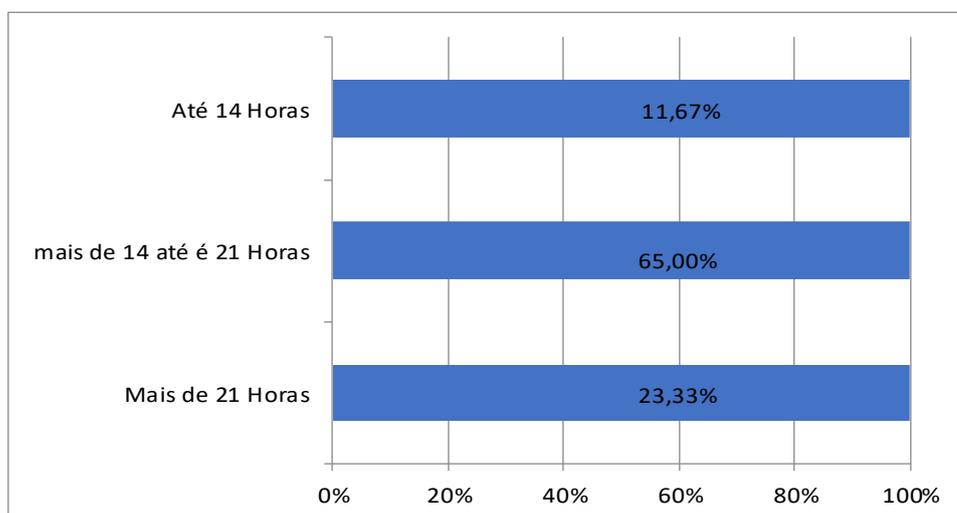
Ficam ainda por agendar as ações de formação específicas da área da saúde, bem como uma da área da documentação digital.

Relatório de Gestão 2019

Atividade Formativa	Carga Horária	N.º Formandos	Total de Horas
Microsoft Excel - Iniciação	21	12	252
Microsoft Excel - Avançado	21	14	294
Técnicas de Atendimento ao Público	21	20	420
Técnicas Dinâmicas de Realizar Apresentações	18	12	216
Gestão de Conflitos e Relações Interpessoais	21	26	546
Marketing Digital	21	15	315
A Administração Pública e a Proteção de Dados	21	13	273
Técnicas de Elaboração de Relatórios de Inspeção	21	13	273
Modernização Administrativa, Monitorização de Processos na Gestão da Qualidade	21	11	231
Sistema de Normalização Contabilística	28	11	308
Código dos Contratos Públicos	28	15	420
Novo Código do Procedimento Administrativo	21	7	147
Elaboração de Leis e Regulamentos	14	5	70
Lei de Organização e Processo e Regulamento Geral do Tribunal	28	8	224
Processamento de Vencimentos	14	10	140
Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso e sua Regulamentação	21	16	336
Gestão Jurídica - Orçamental	21	12	252
Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas	21	13	273
Regime de Responsabilidade dos Dirigentes da Adm. Pública	14	5	70
Execução do Orçamento nos Serviços Públicos	21	9	189
Regime Disciplinar dos Trabalhadores em Funções Públicas	21	6	126
Regime de Férias, Faltas e Licenças na Administração Pública	14	15	210
SIADAP	28	15	420

Áreas de Formação	N.º de Ações	%	Carga Horária	%	N.º de Formandos	%
482 – Informática na ótica do utilizador	2	8,70%	42	8,75%	26	9,19%
090 – Desenvolvimento Pessoal	3	13,04%	60	12,50%	58	20,49%
347 – Enquadramento na Organização/Empresa	6	26,09%	119	24,79%	72	25,44%
345 – Gestão e Administração	3	13,04%	56	11,67%	31	10,95%
380 - Direito	5	21,74%	112	23,33%	46	16,25%
344 – Contabilidade e Fiscalidade	4	17,39%	91	18,96%	50	17,67%
Total	23	100,00%	480	100,00%	283	100,00%

As áreas temáticas de incidência, foram “Informática na Ótica do Utilizador” (2 cursos), correspondendo a 8,75% da carga horária total e a 9,19% do número de formandos, Desenvolvimento Pessoal (3 cursos), correspondendo a 12,50% da carga horária total e a 20,49% , do número de formandos, “Enquadramento na Organização/Empresa” (6 cursos), correspondendo a 24,79% da carga horária total e a 25,44%, do número de formandos, “Gestão e Administração” (3 cursos), correspondendo a 11,67% da carga horária total e a 10,95%, do número de formandos, Direito (5 cursos), correspondendo a 23,33% da carga horária total e a 16,25%, do número de formandos “Contabilidade e Fiscalidade” (4 cursos), correspondendo a 18,96% da carga horária total e a 17,67%, do número de formandos.

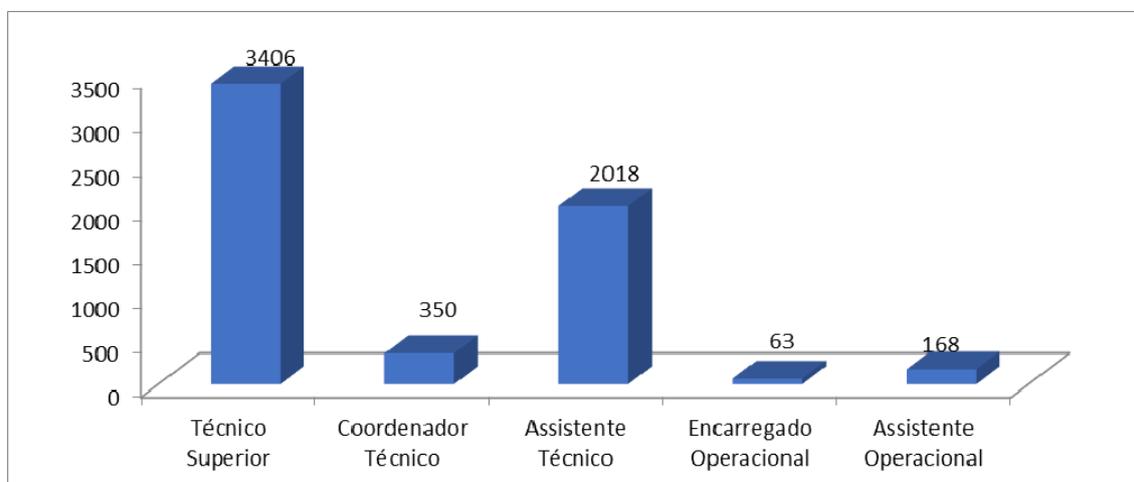


Das 23 ações de formação realizadas no ano de 2019, 4 tiveram uma duração de 14 horas, 14 ações de formação tiveram uma duração de 21 horas, uma ação de formação teve a duração de 18 horas e 4 ações de formação tiveram a duração de 28 horas. O período médio de duração das ações de formação foi de 20,87 horas, (480 horas/23 ações).

Serviços	Formandos por Serviço	
	N.º	%
Gabinete da Secretaria Regional da Saúde e Proteção Civil	9	3,18%
Instituto de Administração da Saúde, IP-RAM	107	37,81%
Serviço Regional de Proteção Civil, IP - RAM	22	7,77%
Serviço de Saúde da Região Autónoma da Madeira, E.P.E.	145	51,24%
Total	283	100,00%

Número de horas de formação por grupo profissional

Os serviços “IASAÚDE, IP-RAM”, e “SESARAM, E.P.E.”, contribuíram respetivamente com o maior número de formandos nas ações de formação realizadas, com repercussão no número de trabalhadores abrangidos, traduzindo o seu peso estrutural no conjunto dos serviços da SRS.



A formação abrangeu diversos grupos profissionais, sendo a carga total de 6.005 horas, distribuídas da seguinte forma: 56,72% Técnicos Superiores, 5,83% Coordenadores Técnicos, 33,61% Assistentes Técnicos, 1,05% Encarregados Operacionais e 2,80% Assistentes Operacionais.

Avaliação de custos efetivos de formação

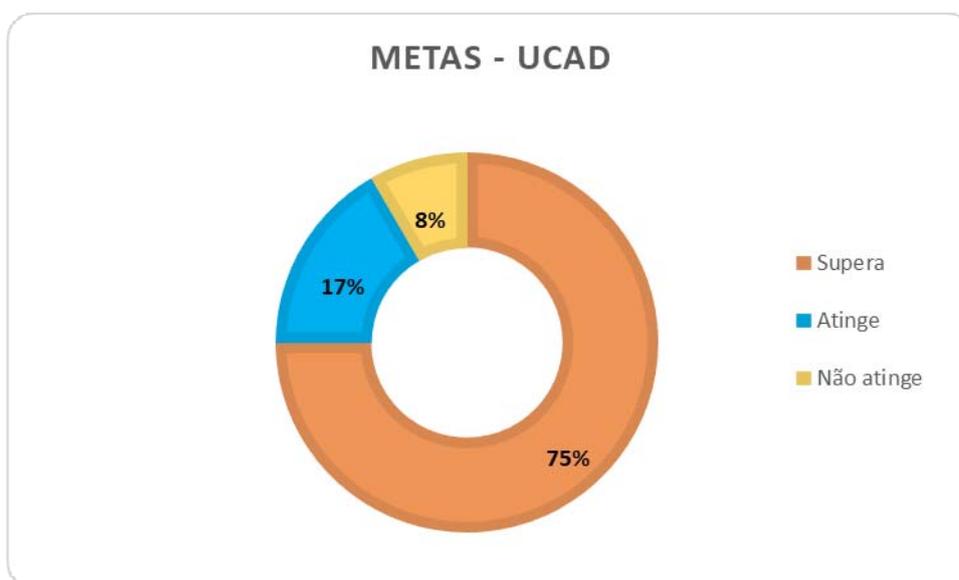
Os custos de cada formação, no ano de 2019, atingiram o montante de € 2.398,67 abrangendo um volume de formação de 6.005 horas, num universo de 283 formandos.

Custo médio por formando: € 194,95

Custo médio por ação: € 2.398,67

1.3.1.3. – Unidade Operacional de Intervenção em Comportamentos Aditivos e Dependências (UCAD).

A UCAD definiu 5 objetivos operacionais, para um total de 12 atividades. Destas, 9 foram superadas, 2 atingidas e apenas 1 atividade não foi atingida.



Principais resultados alcançados:

Objetivo operacional 1 - Definir um conjunto de abordagens integradas focadas no bem-estar individual que reduzam os comportamentos aditivos e dependências (CAD).

A este objetivo operacional está associada 1 atividade estratégica:

AE 1 - Elaboração de proposta do Plano Regional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e Dependências

Resultados:

AE1 - Atividade não atingida. A atividade proposta foi adiada de forma a coincidir com as estratégias europeia e nacional, que serão revistas no ano de 2020.

Objetivo operacional 2 - Promover na população em geral o aumento da literacia em saúde, no âmbito dos CAD.

A este objetivo operacional estão associadas 3 atividades estratégicas:

AE 1- - Produzir materiais informativos para diferentes públicos e entidades.

AE 2 Participar nos diversos meios de comunicação social.

AE 3 – Divulgar conteúdos no *microsite* da UCAD.

Resultados:

AE 1- Atividade superada. Anualmente a UCAD produz documentos informativos para divulgação e elabora relatórios sobre a sua atividade preventiva.

AE2 - Atividade superada. A divulgação nos meios de comunicação social é essencial na promoção da literacia em saúde, pelo que houve mais 19 participações

AE 3 – Atividade superada. Os acessos mensais ao site continuam a aumentar todos os anos, tendo atingido em 2019, os 73.060 utilizadores.

Objetivo Operacional 3 - Desenvolver intervenções transversais dirigidas às diversas fases do ciclo de vida, diferenciando padrões de risco que visem a melhoria das iniciativas de prevenção.

A este objetivo estão associadas 4 atividades estratégicas:

AE 1 - Realizar ações de sensibilização e informação a diferentes grupo-alvo.

AE 2 - Desenvolver projetos e programas no âmbito da prevenção universal.

AE 3 - Desenvolver projetos e programas no âmbito da prevenção seletiva.

AE 4 - Dinamizar o Gabinete de atendimento e aconselhamento no âmbito dos CAD, promovendo a intervenção precoce e a prevenção indicada.

Resultados:

AE1: Atividade superada. As atividades pontuais solicitadas por entidades regionais, abrangeram 2976 pessoas no ano transato, verificando-se um aumento de 45 ações realizadas

AE 2 – Atividade superada. Os programas e projetos de índole universal continuaram a ser uma prioridade na intervenção da UCAD tendo havido um aumento de mais 6 projetos.

AE 3 – atividade não atingida. Optou-se por elaborar o relatório de avaliação deste Programa após a conclusão do seu horizonte temporal (dezembro de 2019).

AE 4 – atividade atingida. Em 2019 deu-se continuidade a 4 programas e projetos de âmbito seletivo

Objetivo Operacional 4 - Reforçar e consolidar as relações de cooperação com diferentes entidades regionais, nacionais e internacionais.

A este objetivo operacional estão associadas 2 atividades:

AE 1 - Potenciar as parcerias com entidades regionais que permitam aumentar a eficácia da intervenção.

AE 2 - Participar em eventos e grupos de discussão interinstitucional de âmbito nacional e internacional.

Resultados:

AE1: Atividade superada. A UCAD trabalha em colaboração com diversas entidades públicas e privadas, que nos permitem abranger todos os concelhos da RAM.

AE2: Atividade superada. Participamos em 9 eventos nacionais e internacionais, destacando-se a comunicação realizada no II Congresso Internacional sobre Cannabis e seus derivados, que decorreu em Espanha.

Objetivo Operacional 5 - Fomentar a produção e divulgação de conhecimento científico em matérias dos CAD.

A este objetivo estão associadas 2 atividades estratégicas.

AE 1 - Colaborar na realização de estudos nacionais e internacionais que incluam amostras da Região Autónoma da Madeira.

AE 2 - Promover o aumento do conhecimento e de competências técnicas nos diferentes profissionais da RAM.

Resultados:

AE 1 - Atividade atingida. Em 2019, recolheram-se dados para o estudo nacional sobre os Comportamentos Aditivos aos 18 anos e para o estudo europeu em contexto escolar, ESPAD (ECATD - CAD).

AE 2 - Atividade superada. Seguindo as prioridades estratégicas da UCAD, no ano em análise, formamos 895 pessoas, em diferentes projetos e contextos de intervenção, atingido uma superação de mais 815 pessoas abrangidas.

Objetivos Operacionais	N.º Atividades	Grau de Realização		
		Superou	Atingiu	Não Atingiu
Definir um conjunto de abordagens integradas focadas no bem-estar individual que reduzam os comportamentos aditivos e dependências (CAD).	1	-	-	1
Promover na população em geral o aumento da literacia em saúde, no âmbito dos CAD.	3	3	-	-
Desenvolver intervenções transversais dirigidas às diversas fases do ciclo de vida, diferenciando padrões de risco que visem a melhoria das iniciativas de prevenção.	4	3	1	-
Reforçar e consolidar as relações de cooperação com diferentes entidades regionais, nacionais e internacionais.	2	2	-	-
Fomentar a produção e divulgação de conhecimento científico em matérias dos CAD.	2	1	1	-
TOTAL	12	9	2	1

A intervenção preventiva em 2019

Em 2019, realizaram um total de 447 intervenções, registando-se 21.284 presenças nos programas, projetos, campanhas e ações pontuais realizadas, que incidiram sobre substâncias psicoativas (SPA) e sobre comportamentos aditivos e dependências (CAD), com ou sem substância, dinamizados pela equipa técnica da UCAD e/ou em parceria com entidades regionais e nacionais, públicas e privadas.

	Nº de iniciativas	Nº de pessoas
Intervenção Direta – Técnicos da UCAD	447	21.284
Intervenção Indireta – Técnicos Formados	n/d	9.603
TOTAL		30.887

Como se pode verificar, foram abrangidas um total de 21.284 presenças, nas iniciativas diretamente implementadas por técnicos da UCAD e 9.603 pessoas em atividades dinamizadas por técnicos de entidades parceiras que receberam formação prévia da UCAD no âmbito dos diversos projetos de prevenção, perfazendo um total de 30.887 pessoas abrangidas. Implementaram-se 372 ações integradas nos programas, projetos e campanhas, abrangendo 18.268 pessoas e 75 ações pontuais, com temáticas diversas e em múltiplos contextos, que abrangeram 2.976 pessoas. Foram realizadas ainda, 67 reuniões com o intuito de planejar, monitorizar ou avaliar as intervenções.

Importa realçar que relativamente ao número total de pessoas abrangidas, o mesmo não integra os valores relativos às intervenções na comunicação social, por impossibilidade de quantificar a população abrangida e os 73.060 utilizadores que acederam ao microsite ao longo do ano de 2019, num total de 82.741 sessões, sendo 45,85% dos utilizadores do sexo feminino e 54,15% do sexo masculino.

	Funchal	C. Lobos	R. Brava	P. Sol	Calheta	P. Moniz	S. Vicente	Santana	Machico	S. Cruz	P. Santo	Fora da RAM	TOTAL
Ações	321	15	21	8	6	2	14	5	13	21	12	9	447
Participantes	12.871	1.025	927	301	369	318	1.012	373	2.188	990	660	250	21.284

A intervenção da UCAD dispersa-se pelos 11 Concelhos da Região Autónoma da Madeira, conforme podemos observar no quadro 8. No ano de 2019, existiu **maior incidência nos**

Concelhos do Funchal, Machico e Câmara de Lobos, estando no polo oposto, Ponta do Sol e Porto Moniz. Estiveram ainda presentes em congressos, formações e reuniões de trabalho, organizados por entidades nacionais e internacionais, realizados fora da RAM.

		Grupo etário	TOTAL
Etapas segundo o ciclo de vida	Infância	0 - 9	347
	Pré-Adolescência e Adolescência	10 -19	12.890
	Idade Adulta	20 - 29	3.199
		30 - 39	2.485
		40 - 49	1.506
		50 – 59	821
Velhice	≥ 60	36	

Distribuição do nº de pessoas abrangidas em ações preventivas, por etapa do ciclo de vida e por grupo etário, 2019

De acordo com esta tabela, os grupos com maior representatividade correspondem às faixas etárias entre os 10 e os 19 anos e entre os 20 e os 29 anos.

Contexto de intervenção	Ações ¹	Participantes
Comunitário	91	2.164
Comunicação Social	17	0
Militar	79	2.790
Escolar	164	7.107
Desporto	7	352
Familiar	9	266
Laboral	41	1.086
Recreativo	39	7.519
TOTAL	446	21.284

Intervenção preventiva implementada por contexto de intervenção

Como se pode verificar através tabela 10, as ações preventivas distribuem-se pelos vários contextos de intervenção, nomeadamente: comunitário, comunicação social, militar, escolar, desportivo, familiar, laboral e recreativo. Destacam-se, com número acrescido de intervenções preventivas realizadas e de participantes alcançados, os contextos recreativo e escolar.

¹ Estas ações incluem ações nos programas, projetos e campanhas, ações pontuais e reuniões com entidades parceiras, para planeamento, monitorização e avaliação das intervenções preventivas.

Contextos de intervenção	Nº
Escolar	6
Comunitário	13
Militar	1
Desporto	1
Familiar	0
Laboral	1
Recreativo	4
TOTAL	26

N.º de programas, projetos e campanhas implementados, por contexto de intervenção

Gabinete de Aconselhamento e Prevenção (GAP)

O GAP responde a pedidos de informação e aconselhamento, relacionados com situações de consumo de substâncias psicoativas, dependência da internet, videojogos e jogos de apostas, atendendo gratuitamente, sobretudo pais, encarregados de educação e respetivos educandos, e quando necessário, encaminhando os utentes para outras entidades regionais.

Em 2019, o Gabinete de Aconselhamento e Prevenção, registou 217 atendimentos efetuados em consulta de âmbito psicossocial, por técnicos especializados, abrangendo um total de 82 utentes, 52 dos quais novos casos e 30 indivíduos em seguimento do ano anterior.

Estes utentes tinham idades compreendidas entre os 11 e os 60 anos, 65 eram indivíduos do género masculino e somente 17 do género feminino. O motivo de atendimento predominante foi o consumo de cannabis com 71 utentes, seguindo-se a dependência da internet com 3 utentes.

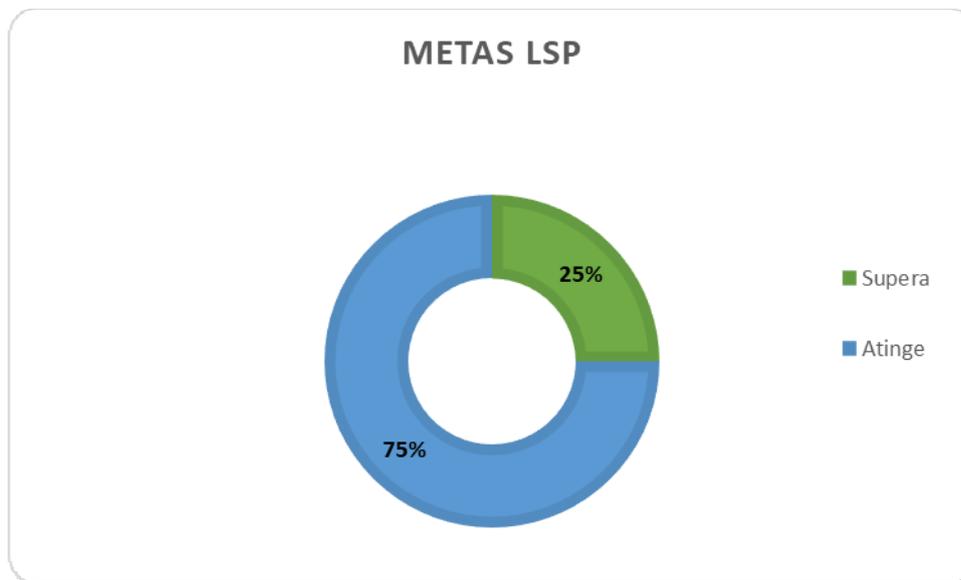
Outras Atividades

A UCAD tem realizado também, avaliações psicológicas de variados procedimentos concursais, respondendo a solicitações de municípios e de serviços do Governo Regional da Madeira. O volume de trabalho em 2019 atingiu os 32 procedimentos, para preenchimento de 61 vagas de diversas carreiras e categorias, avaliando um total de 240 candidatos ao longo do ano.

1.3.1.4 - Laboratório de Saúde Pública (LSP)

O LSP definiu 3 objetivos operacionais, para um total de 4 atividades.

Das atividades propostas o LSP superou 1 e atingiu 3



Principais resultados alcançados:

Objetivo Operacional 1 - Monitorização da qualidade da água no âmbito da Saúde Pública (vigilância sanitária, serviços à comunidade).

AE1 - Determinação analítica bacteriológica e físico-química de águas (vigilância sanitária e prestação de serviços à comunidade), previstas no calendário.

Resultados:

A atividade foi superada. A atividade foi concluída com uma superação de 15,9%.

Objetivo Operacional 2 - Implementação do Sistema de Gestão da Qualidade de acordo com a NP EN ISO/IEC17025/2017.

AE 1 - Realização do Controlo de Qualidade Interno na Bacteriologia e Química

AE 2 - Realização do Controlo de Qualidade Externo na Bacteriologia "comparação entre pares"

Resultados:

AE 1 – Atividade atingida. A atividade de C.Q.I foi cumprida com um desvio de 0%.

AE 2 – Atividade atingida. O L.S.P. participou ao longo do ano em 10 ensaios de Avaliação Externa da Qualidade abrangendo todos os parâmetros e todos os tipos de matrizes;

Objetivo Operacional 3 - Estudo de viabilidade de implementação de novas metodologias para determinação de alguns parâmetros na análise química de águas: consumo humano, piscinas, nascente e de rega.

AE 1 - Determinação de novos parâmetros: Alumínio, Amónio, Cobre, Oxidabilidade. Alteração da metodologia na determinação de: Cloretos, Fluoretos, Ferro Nitratos, Nitritos e Dureza. Redução de químicos utilizados, sua preparação e respetivo controlo. Redução dos resíduos.

Resultados:

Atividade atingida. Verificou-se o cumprimento de 50% da atividade.

Atividades não estratégicas:

- Previsão dos stocks de reagentes, meios de cultura, consumíveis e material de colheitas;
- Seleção de equipamento de laboratório e manutenção/calibração dos mesmos através de prestação de serviços.
- Indicações e instruções sobre as colheitas aos clientes;
- Validação dos resultados analíticos, sua introdução nos boletins analíticos e apreciação analítica segundo as normas em vigor.

Objetivos Operacionais	N.º Atividades	Grau de Realização		
		Superou	Atingiu	Não Atingiu
Monitorização da qualidade da água no âmbito da Saúde Pública (vigilância sanitária, serviços à comunidade)	1	1	-	-
Implementação do Sistema de Gestão da Qualidade de acordo com a NP EN ISO/IEC17025/2017	2	-	2	-
Estudo de viabilidade de implementação de novas metodologias para determinação de alguns parâmetros na análise química de águas: consumo humano, piscinas, nascente e de rega	1	-	1	-
TOTAL	4	1	3	

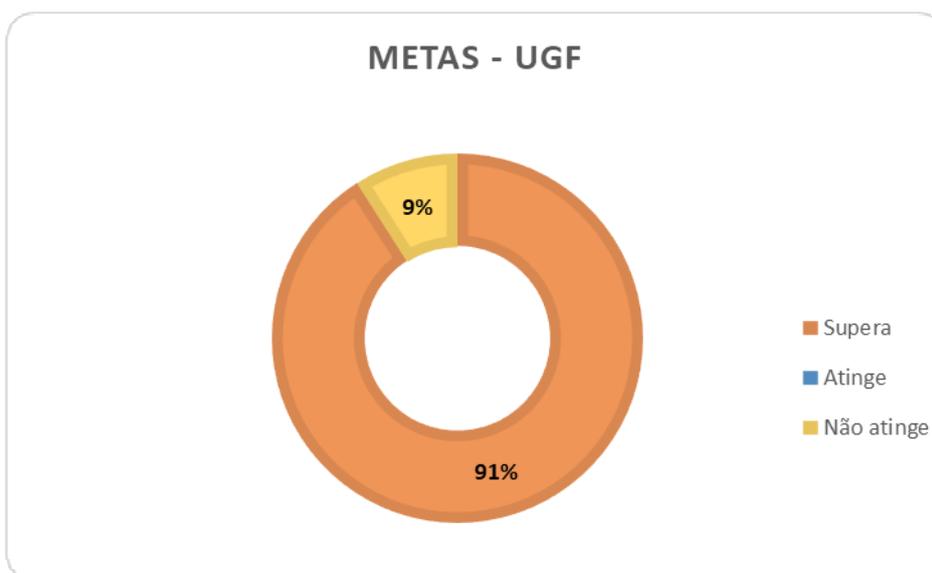
1.3.2. – Departamento de Gestão Financeira e Contratualização (DGFC)

O Departamento de Gestão Financeira e Contratualização (DGFC) compreende:

- Unidade Operacional de Contratualização;
- Unidade Operacional de Gestão Financeira;
- Unidade técnica de apoio à gestão financeira e orçamental;
- Tesouraria.
- Unidade Flexível de Sistemas de Informação (USI)

A UGF definiu 3 objetivos operacionais, para um total de 11 atividades.

Superou 10 das atividades propostas.



Principais resultados alcançados:

Objetivo Operacional 1 – Gerir e controlar os recursos financeiros afetos à SRS.

A este objetivo operacional estão afetas 6 atividades estratégicas:

AE 1 - Elaborar os pedidos de fundos necessários à execução do orçamento do IASAÚDE até ao prazo exigido pela Unidade de Gestão.

AE 2 - Elaborar mensalmente, os pedidos de utilização de fundos necessários à execução do orçamento do IASAÚDE, até ao prazo exigido pela Unidade de Gestão.

AE 3 - Efetuar os pagamentos, até 15 dias úteis após a transferência de verba referente a cada pedido de utilização de fundos.

AE 4 - Elaboração de Instruções de Trabalho (1.ª fase de elaboração do Manual de Procedimentos).

AE 5 - Implementação do SNC-AP e respetiva plataforma informática.

AE 6 - Assegurar a formação de todos os utilizadores da nova plataforma informática.

Resultados:

AE1 – Atividade superada. Os pedidos de Fundos foram efetuados até à data estabelecida.

AE2 – atividade superada. Os pedidos de utilização de fundos foram efetuados até ao dia 12 de cada mês.

AE3 – Atividade superada. As despesas do ano foram pagas antes do vencimento da fatura.

AE 4 – Atividade não atingida. Esta atividade careceu de uma maior envolvência de toda a equipa para que fosse atingido o seu objetivo.

AE 5- Atividade superada. Implementação do SNC-AP e respetiva plataforma informática foi concluída antes do tempo pré-estabelecido.

AE 6 – Atividade superada. Todos os trabalhadores da UGF tiveram formação da nova plataforma informática, em sala e em contexto de trabalho da

Objetivo Operacional 2 - Assegurar a Gestão Orçamental do IASAÚDE, IP-RAM.

A este objetivo operacional estão afetas 3 atividades estratégicas:

AE 1 - Elaborar informações de cabimento das despesas do IASAÚDE, até ao prazo exigido pela Unidade de Gestão.

AE 2 - Lançamento da execução orçamental na plataforma SIGO, conforme prazo estabelecido na Circular n.º 2/ORÇ/2018

AE 3 - Registos dos encargos plurianuais no SCEP/SIGO até ao dia 10 do mês seguinte ao fim do trimestre.

Resultados:

AE1 – Atividade superada. Cerca de 95% das despesas tiveram cabimento até ao 3.º dia após a receção do seu pedido;

AE2 – Atividade superada. Cerca de 95% da execução orçamental foi lançada na plataforma SIGO.

AE3 – atividade superada. 80% dos registos dos encargos plurianuais na plataforma SCEP/SIGO foram feitos dentro do prazo estabelecido.

Objetivo Operacional 3 – Acompanhar a execução orçamental do IASAÚDE, IP-RAM.

A este objetivo operacional estão afetas as 2 atividades estratégicas:

AE 1 - Elaborar os reportes mensais dentro do prazo exigido pela Vice-Presidência (VP).

AE 2 - Elaborar os reportes trimestrais exigidos pela DREM dentro do prazo exigido pela VP.

Resultados:

AE1: atividade superada. Os reportes mensais exigidos pela VP foram normalmente entregues dentro do prazo exigido;

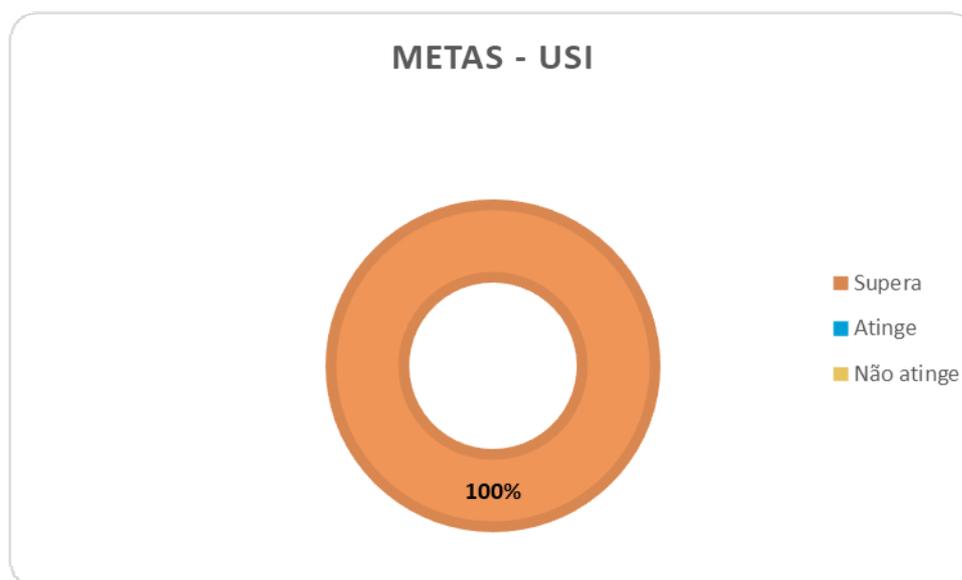
AE2: atividade superada. Todos os dos reportes trimestrais exigidos pela DREM foram entregues à SRF dentro do prazo exigido pela VP.

Objetivos Operacionais	N.º Atividades	Grau de Realização		
		Superou	Atingiu	Não Atingiu
Gerir e controlar os recursos financeiros afetos à SRS	6	5	-	1
Assegurar a Gestão Orçamental do IASAÚDE, IP – RAM	3	3		-
Acompanhar a execução orçamental do IASAÚDE	2	2		-
TOTAL	11	10		1

1.3.2.1 - Unidade Flexível de Sistemas de Informação (USI)

A Unidade flexível de sistemas de informação (USI) definiu 3 objetivos operacionais para 2019, distribuídos por 8 atividades.

Foram superadas todas as atividades propostas.



Objetivo Operacional 1 - Garantir a fiabilidade e disponibilidade dos principais sistemas (Domínio, Correio Eletrónico, Reembolsos, Recursos Humanos, Financeiros e Expediente).

A este objetivo operacional estão afetas 3 atividades estratégicas:

AE 1 - Garantir o suporte técnico dos principais sistemas.

Instalação do novo servidor dos reembolsos no Data Center e do servidor de correio eletrónico.

AE 2 - Garantir os serviços de comunicação de âmbito global, adequando os níveis de segurança e disponibilidade aos requisitos do IASAÚDE.

AE 3 - Garantir a atualização do Hardware e Software nos sistemas base.

Resultados:

AE1 – Atividade superada - o suporte técnico dos principais sistemas foi garantido;

AE2 – Atividade superada - Graças ao empenho da equipa foram garantidos os serviços de comunicação de âmbito global, adequando os níveis de segurança e disponibilidade aos requisitos deste Instituto, tendo sido superado o grau de execução da atividade;

AE3 – Atividade superada - a atualização de hardware e software nos sistemas base superou a meta prevista.

Objetivo Operacional 2 - Garantir a qualidade e satisfação dos utilizadores em relação aos serviços disponibilizados.

A este objetivo operacional estão afetas 2 atividades estratégicas:

AE 1 - Analisar e implementar melhorias no sistema informático dos reembolsos para simplificar o processo de utilização do SRS.

AE 2 - Analisar e implementar novas soluções de sistemas de informação para o IASAÚDE.

Resultados:

AE1 – Atividade superada - graças ao empenho e ao conhecimento dos elementos da equipa

AE2 – Atividade superada.

Objetivo Operacional 3 - Otimizar e desmaterializar os processos internos/externos, tendo em vista o desenvolvimento organizacional do IASAÚDE e a melhoria da prestação de serviços aos Utentes.

A este objetivo operacional estão afetas 3 atividades estratégicas:

AE 1 - Assegurar apoio técnico na modernização e simplificação dos processos internos/externo

AE 2 - Assegurar o funcionamento e atualização no PRVR (Portal de Requisição de Vinhetas e Receitas) e da PEM (Prescrição Eletrónica de Medicamentos).

AE 3 - Manter em bom funcionamento os Sistemas de Informação Nacionais em Saúde, com interesse para a RAM, entre eles: RIS; RNU; SICO; RENTEV; SINAVE; SINAVE Lab; PEM (RCP e RSP); PDS.

Resultados:

Todas as atividades afetas a este objetivo operacional foram superadas

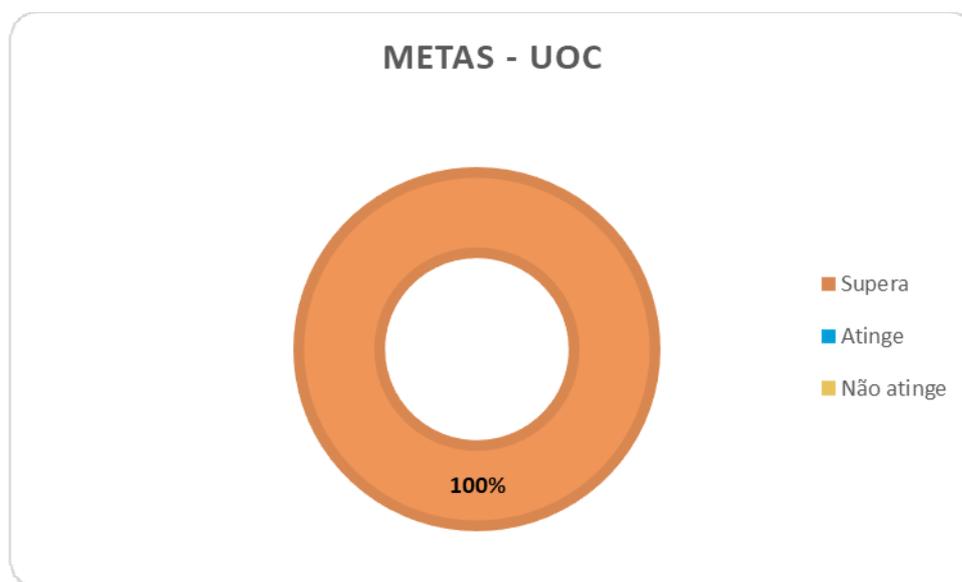
Objetivos Operacionais	N.º Atividades	Grau de Realização		
		Superou	Atingiu	Não Atingiu
Garantir a fiabilidade e disponibilidade dos principais sistemas (Domínio, Correio Eletrónico, Reembolsos, Conferência, Recursos Humanos, Financeiros e Expediente)	3	3	-	-
Garantir a qualidade e satisfação dos utilizadores em relação aos serviços disponibilizados	2	2	-	-
Otimizar e desmaterializar os processos internos, tendo em vista o desenvolvimento organizacional do IASAÚDE e a melhoria da prestação de serviços aos utentes	3	3	-	-
TOTAL	8	8	-	-

1.3.2.2. – Unidade Operacional de Contratualização (UOC)

A Unidade Operacional de Contratualização compreende:

- A unidade técnica de participações e conferência;
- A unidade técnica de apoio à contratualização.

Para o ano de 2019, a UOC traçou 3 objetivos operacionais que definiram a estratégia da Unidade e estabeleceu 6 atividades estratégicas, tendo sido todas superadas.



Objetivo Operacional 1 – Implementação de formas de Financiamento de Cuidados de Saúde.

A este objetivo operacional estão afetas 2 atividades estratégicas:

AE 1 - Elaboração de protocolos em produção adicional com o SESARAM, EPE.

AE 2 - Elaboração de convenções para a prestação de cuidados de saúde com o setor privado.

Resultados:

AE1 – Atividade superada. Atendendo à continuidade dos protocolos em vigor, que permitem, grosso modo, a sua adaptação às diferentes especialidades, consoante as necessidades do SRS, quer no âmbito do PRC, quer no âmbito do PEACS, e ao facto de a UOC ter sempre em dia a sua conferência, assim como a elaboração dos relatórios exigidos.

AE2 – Atividade superada. Considera-se que esta atividade foi superada com a adesão de quatro novos prestadores privados, dois para a realização de Colonoscopias e dois para a

realização de Ecografias Mamárias e Mamografias e, bem assim, com o facto de a conferência e realização dos relatórios exigidos terem sido cumpridos na íntegra.

Para a superação desta atividade, contribuiu ainda a publicação da Portaria n.º 264/2019, de 8 de maio, que definiu o clausulado tipo para a prestação de exames de cardiologia aos utentes do SRS-Madeira. Nesta senda, verificou-se, no ano 2019, a adesão de dez prestadores privados de saúde a esta convenção.

Mais se refere que foram preparadas e apresentadas propostas de Convenção e de Acordo de Faturação para a área dos cuidados respiratórios domiciliários.

A UOC participou, ainda, na operacionalização de novas formas de comparticipação da Região Autónoma da Madeira aos seus cidadãos, designadamente, através dos novos projetos, como foram o Programa Kit Bebê e o Programa + Visão.

Objetivo Operacional 2 – Monitorização da Conferência de MCDT.

A este objetivo operacional estão afetas 2 atividades estratégicas.

AE 1 - Monitorização da despesa com produção adicional, convenções, acordos de faturação, REDE e reembolsos;

AE 2 Elaboração do manual de procedimentos para a faturação e conferência de acordos de faturação e convenções;

Resultados:

AE1 – Atividade superada. No ano 2019 definiu-se novos prazos de conferência, por forma a que os pagamentos aos prestadores privados de saúde fossem feitos pelos valores conferidos. Desta feita, e considerando a data da entrega da faturação (dia 10 de cada mês seguinte ao da prestação dos cuidados), a UTAC propôs-se a enviar o relatório mensal de conferência à DGFC até o dia 5 do mês seguinte ao da entrega da faturação.

Esta atividade foi superada, não só com o cumprimento do prazo acima mencionado ao longo dos meses do ano 2019, mas também, com a apresentação de relatórios com a monitorização dos dados das diversas áreas de atuação.

Para a superação deste objetivo contribuiu a implementação de novas funcionalidades na aplicação informática de conferência de faturas, que agilizou o ciclo de conferência e que permitiu a produção de novos relatórios e ainda o controlo dos objetivos traçados aos recursos humanos envolvidos na área da conferência, que possibilita uma melhor gestão do tempo para a conclusão atempada da conferência.

No anexo a este Relatório consta, mais pormenorizadamente a monitorização da despesa, designadamente com:

Programa de Recuperação de Cirurgias (PRC);

Programa Especial de Acesso a Cuidados de Saúde em produção adicional (PEACS- SESARAM);

Programa Especial de Acesso a Cuidados de Saúde (PEACS – Privado);

Convenção para a prestação de cuidados de saúde na área da diálise (Convenção – Diálise);

Programa de Intervenção Precoce no Cancro Oral (PIPICO-RAM);

Acordos de Faturação:

- MCDT;

- Outros Cuidados de Saúde.

Programas de Saúde:

- REDE;

- Programa Kit Bebê;

- Programa + Visão.

- Reembolsos - SRS e ADSE;

- Medicamentos.

AE 2 – Atividade superada. Na sequência da entrada em vigor, no ano de 2019, de uma nova Convenção para a prestação de exames de Cardiologia, e ainda do Programa Kit Bebê e Programa + Visão foram elaborados os respetivos manuais de relacionamento de suporte à faturação e conferência, entre o IASAÚDE e os Aderentes.

De referir, que a UTAC assegurou a conclusão e divulgação das respetivas regras junto das partes envolvidas, em média, 1 mês antes da prestação dos serviços.

Foram ainda definidas as regras para o relacionamento entre o IASAÚDE, IP-RAM e os prestadores da REDE, designadamente, Dilectus e Atalaia, que se traduz num maior controlo das despesas a cargo do IASAÚDE, IP-RAM.

No decorrer do ano em análise, foi dado início à proposta de revisão do Acordo de Faturação e proposta para a celebração de Convenção da área de Cuidados Respiratórios Domiciliários, que contou com o apoio da UTAC, culminando numa proposta de novos modelos de prescrição, bem como um manual com as regras de prescrição, prestação e conferência.

Objetivo operacional 3 - Melhorar a Qualidade do Serviço de Reembolsos.

A este objetivo operacional estão afetas 2 atividades estratégicas:

AE 1 - Elaboração do manual de procedimentos para a receção, digitalização e envio de documentos de reembolso para a ADSE.

AE 2 - Atualização do manual de procedimentos para os reembolsos do SRS.

Resultados:

AE1: atividade superada. Este objetivo teve de sofrer uma reformulação por força da ausência prolongada da responsável desta Unidade. Desta forma, optou-se por traçar uma nova atividade, considerada, igualmente, imprescindível, para a superação do objetivo “Melhorar a qualidade do Serviço de Reembolsos”.

Assim, considerou-se pertinente, em março de 2019 definir uma nova atividade para o ano 2019, designadamente, “Recuperar o atraso e Manter em dia a Digitalização e Envio dos processos dos beneficiários da ADSE Regionalizados para a ADSE, IP”.

Verificou-se que, perante uma equipa ainda que reduzida, mas consistente, a UTR no mês de abril de 2019, tinha regularizado todos os processos em atraso. Em dezembro de 2019, verificou-se o envio de um total de 67.917 processos para a ADSE- IP, mantendo-se em dia desde essa data.

AE2: Atividade superada. No mesmo sentido que a AE1, e considerando que se verificou que os processos de reembolsos complexos (medicina física e reabilitação e cirurgias) aos utentes do SRS estavam, igualmente, em atraso, a UOC redefiniu esta atividade em Março de 2019 para: “Recuperar o atraso e Diminuir o tempo de conferência da documentação apresentada pelos utentes do SRS para Reembolso de Despesas Complexas até 31 de dezembro de 2019”.

Em junho de 2019, assistiu-se, claramente, à Superação do novo objetivo delineado, quando, nesta data, estavam todos os processos em atraso conferidos e enviados para pagamento.

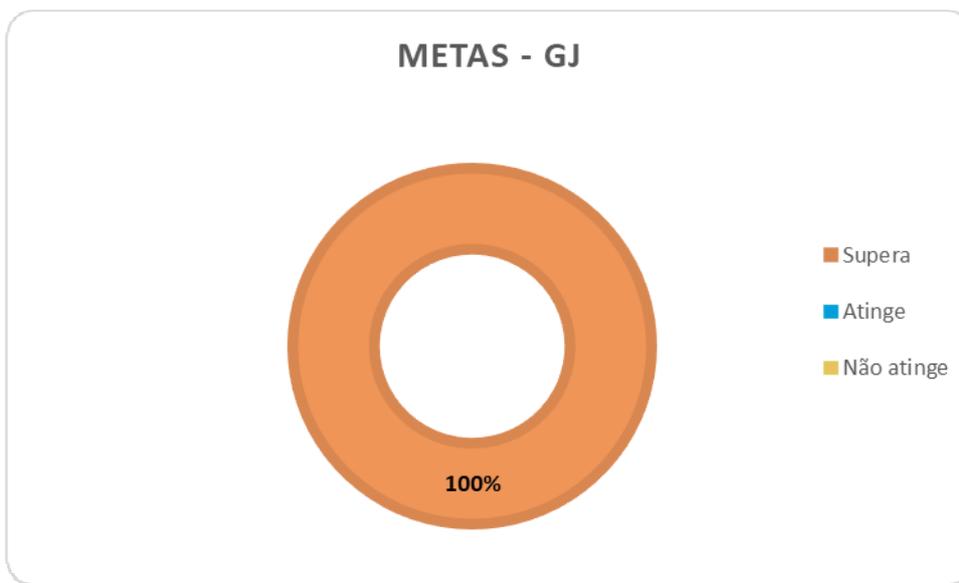
Objetivos Operacionais	N. Atividades	Grau de Realização		
		Superou	Atingiu	Não Atingiu
Implementação de formas de Financiamento de Cuidados de Saúde	2	2	-	-
Monitorização da Conferência	2	2	-	-
Melhorar a Qualidade do Serviço de Reembolsos	2	2	-	-
TOTAL	6	6	-	-

A partir de 1 de julho de 2019, verificou-se que o tempo de conferência dos processos complexos diminuiu drasticamente, passando para uma média de 10 dias, desde a entrada do processo, até ao seu envio para pagamento.

1.3.3. - Gabinete Jurídico (GJ)

O Gabinete Jurídico definiu 3 objetivos operacionais para o ano 2019, aos quais foram associadas 8 atividades.

Todas as atividades foram superadas.



Principais resultados alcançados:

Objetivo Operacional 1 - Emitir pareceres e prestar informações sobre questões de natureza jurídica.

A este objetivo operacional estão afetas 3 atividades estratégicas:

AE 1 - Resposta a processos de reclamações no âmbito do livro de reclamações e do livro amarelo da administração pública.

AE 2 - Pareceres no âmbito da atividade farmacêutica

AE 3 - Pareceres no âmbito da atividade de licenciamento e contratualização, juntas médicas da ADSE, medicina do trabalho e de natureza genérica.

Resultados:

AE1 – Atividade superada. Todas as reclamações foram concluídas no ano de 2019 e dentro dos prazos conferidos e legais, devido ao empenho, dedicação e proficiência dos colaboradores, não tendo existido fatores internos e/ou externos que obstaculizassem a superação da atividade.

AE2 – Atividade superada. Todos os pareceres foram concluídos no ano de 2019, devido ao empenho, dedicação e proficiência dos colaboradores, não havendo fatores internos e/ou externos impeditivos, com vista à superação da atividade.

AE3 – Atividade superada. Todos os pareceres foram concluídos no ano de 2019, devido ao empenho, dedicação e proficiência dos colaboradores, não havendo fatores internos e/ou externos impeditivos à superação da atividade.

Objetivo Operacional 2 - Feitura de propostas com caráter normativo ou contratual.

A este objetivo operacional estão afetas 3 atividades estratégicas

AE 1 - Elaboração de despachos, contratos, protocolos, convenções, regulamentos, circulares normativas e outros documentos de natureza jurídica análoga.

AE 2 - Resposta a reclamações, recursos hierárquicos, contenciosos, juntas médicas de recurso e instrução de processos contraordenacionais.

AE 3 - Elaboração de projetos ou propostas de lei.

Resultados:

AE1 – Atividade superada. Todos os atos normativos/regulamentares foram concluídos adentro do prazo conferido, devido ao empenho, dedicação e proficiência dos colaboradores e porquanto não existiram fatores internos e ou externos impeditivos;

AE2 – Atividade superada. Todas as respostas foram executadas com observância dos prazos conferidos e legais.

AE3 – Atividade superada. Todos os atos normativos/regulamentares foram concluídos no prazo conferido, devido ao empenho, dedicação e proficiência dos colaboradores e uma vez que não existiram fatores internos e/ou externos impeditivos à sua consumação.

Objetivo Operacional 3 - Apoiar tecnicamente e participar em grupos de trabalho interna e/ou externamente, júris de concurso de pessoal e no âmbito da contratação pública, bem como assegurar a realização de processos de averiguações, sindicância e disciplinares, a instrução de processos de contraordenação e o levantamento de autos de notícia ou de participação de ilícito contraordenacional.

A este objetivo operacional estão afetas 2 atividades estratégicas:

AE 1 - Participação e apoio técnico-jurídico em projetos no âmbito da atividade do IASAÚDE, IP-RAM, bem como na participação e apresentação de propostas em grupos de trabalho.

AE 2 - Assessoria técnica, participação em júris no âmbito do recrutamento de pessoal e da contratação pública, bem como na apresentação de propostas de aquisição de bens e serviços.

Resultados:

AE1 – Atividade superada. A meta da atividade foi superada devido ao empenho, zelo e dedicação da equipa, não tendo existido fatores internos e/ou externos impeditivos da sua execução.

AE2 – Atividade superada. A meta da atividade foi superada devido ao empenho, zelo e dedicação da equipa, não tendo existido fatores internos e/ou externos impeditivos da sua execução.

Atividades não estratégicas:

- Informações de carácter técnico-jurídico prestadas interna ou externamente por forma presencial, via telefónica ou por correio eletrónico.
- Organização e arquivo de acervo documental atinente à produção jurídica resultante da atividade do GJ.
- Organização de livros e manuais do GJ.

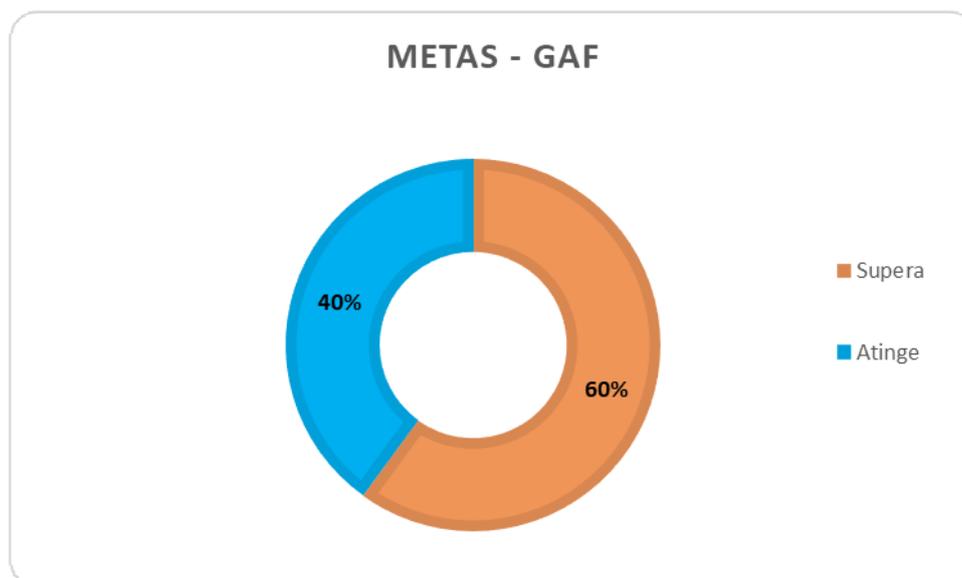
Realização de processos de averiguações, sindicância, inquérito e disciplinares, e levantamento de autos de notícia ou de participação de ilícito contraordenacional, sempre que ocorram.

Objetivos Operacionais	N.º Atividades	Grau de Realização		
		Superou	Atingiu	Não Atingiu
Emitir pareceres e prestar informações sobre questões de natureza jurídica.	3	3	--	-
Feitura de propostas com carácter normativo ou contratual.	3	3	-	-
Apoiar tecnicamente e participar em grupos de trabalho interna e/ou externamente, júris de concurso de pessoal e no âmbito da contratação pública, bem como assegurar a realização de processos de averiguações, sindicância e disciplinares, a instrução de processos de contraordenação e o levantamento de autos de notícia ou de participação de ilícito contraordenacional.	2	2	-	-
TOTAL	8	8	-	-

1.3.4. - Gabinete de Assuntos Farmacêuticos (GAF)

O Gabinete de Assuntos Farmacêuticos definiu 3 objetivos operacionais para o ano 2019, aos quais foram associadas 5 atividades.

Das atividades propostas, o GAF superou 3 e atingiu 2.



Principais resultados alcançados:

Objetivo Operacional 1 - Assegurar as atividades no âmbito do licenciamento dos estabelecimentos intervenientes no circuito do medicamento.

A este objetivo operacional estão afetas 2 atividades estratégicas:

AE 1 - Análise e emissão de pareceres de licenciamento de novas farmácias, de transferências e de obras, de grossistas, de locais de venda de MNSRM e outros, bem como para obtenção de autorizações para aquisição de medicamentos e substâncias controladas e de dispensa de medicamentos ao domicílio e através da internet.

AE 2 - Realização das vistorias solicitadas no âmbito de licenciamentos.

Resultados:

AE1 – Atividade superada. Superação em +15% da meta prevista, visto estarem proporcionadas as condições favoráveis.

AE1 - Atividade superada. Superação em +15% da meta prevista, visto estarem proporcionadas as condições favoráveis.

Objetivo Operacional 2 - Assegurar as atividades no âmbito do cumprimento das normas aplicáveis aos estabelecimentos intervenientes no circuito do medicamento.

A este objetivo operacional está afeta 1 atividade estratégica:

AE 1 - Inspeccionar os estabelecimentos intervenientes no circuito do medicamento

Resultado:

AE1 – Atividade atingida. Foram efetuadas 17 inspeções, pelo que o resultado previsto foi alcançado.

Objetivo Operacional 3 - Assegurar as atividades no âmbito da conformidade do exercício farmacêutico e da comercialização de medicamentos.

A este objetivo operacional estão afetas 2 atividades estratégicas:

AE 1 - Ações de âmbito técnico-normativas dirigidas aos profissionais de saúde e estabelecimentos intervenientes no circuito do medicamento, e no âmbito da promoção do uso racional de medicamentos e da farmacovigilância.

AE 2 - Elaboração de pareceres e informações no âmbito dos assuntos farmacêuticos e respetiva legislação.

Resultados:

AE1 – Atividade superada. Foram efetuadas 7 ações durante o ano de 2019, o que ultrapassou a previsão efetuada.

AE2 – Atividade atingida. Foram elaborados 4 pareceres e informações.

Atividades não estratégicas:

- Manutenção e atualização dos arquivos e ficheiros dos estabelecimentos intervenientes no circuito do medicamento e dos farmacêuticos;
- Manutenção e atualização das listagens de estabelecimentos intervenientes no circuito do medicamento e divulgação na página da internet;
- Monitorização e dinamização dos processos relativos aos incumprimentos verificados com o objetivo da sua regularização;
- Verificação do cumprimento do registo e entregas do movimento das substâncias controladas pelos estabelecimentos a tal obrigados;
- Verificação do cumprimento do registo e entregas do movimento das vendas de MNSRM pelos locais de venda;
- Prestação das informações solicitadas por profissionais de saúde e público em geral, interna e externamente, presencialmente, por via escrita, telefónica ou internet;

Ações no âmbito de grupos de trabalho e de júris;

Objetivos Operacionais	N.º Atividades	Grau de Realização		
		Superou	Atingiu	Não Atingiu
Assegurar as atividades no âmbito do licenciamento dos estabelecimentos intervenientes no circuito do medicamento	2	2	-	-
Assegurar as atividades no âmbito do cumprimento das normas aplicáveis aos estabelecimentos intervenientes no circuito do medicamento	1	-	1	-
Assegurar as atividades no âmbito da conformidade do exercício farmacêutico e da comercialização de medicamentos	2	1	1	-
TOTAL	5	3	2	-

II - Modernização Administrativa

O Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de abril estabeleceu as medidas de modernização administrativa.

Entretanto, e por força da crescente evolução tecnológica que levou à necessidade de efetuar ajustamentos e atualizações no âmbito dos serviços da Administração Pública face ao cidadão e do contínuo esforço que se continua a verificar-se, no âmbito da Modernização Administrativa, o Decreto-Lei n.º 73/2014, de 13 de maio, veio proceder a uma revisão do regime jurídico estabelecido naquele diploma numa tentativa de apostar no “digital como regra”, e consolidar as políticas públicas no âmbito da simplificação e da modernização administrativa.

O artigo 40.º, do diploma atrás, citado refere que “os planos e relatórios de atividades devem contemplar, em capítulo próprio, as medidas de modernização administrativa, nomeadamente relativas à desburocratização, qualidade e inovação...”.

Assim sendo, o IASAÚDE, IP–RAM considerou um capítulo, no Plano de Atividades, com a temática sobre a Modernização Administrativa e as medidas que o serviço se propõe aplicar e consolidar.

Considerando as competências do IASAÚDE, IP – RAM e atendendo a que tem sido seguida a tendência no sentido de poderem ser aplicadas e desenvolvidas um conjunto de medidas/iniciativas de modernização e simplificação administrativa, salientamos as medidas mais significativas que continuaram a ser seguidas em 2019 e às quais será dada continuidade em 2020:

Na Gestão Documental:

- Continuidade na priorização da desmaterialização de processos no arquivo e gestão documental; Intenção de aquisição de um programa de gestão documental, mais atual e moderno;
- Dar execução aos procedimentos e comunicações administrativas, continuando a utilizar, preferencialmente, a via digital/eletrónica;
- Adotar comportamentos que promovam a melhoria na definição de circuitos, com maior fluidez na informação, na elaboração de documentos exclusivamente em formato eletrónico, tentando implementar esta prática em todas as unidades orgânicas do Instituto;
- Adoção e implementação da forma digital, sempre que possível;

- Continuação da aposta na redução significativa da tiragem de fotocópias, utilizando ao invés o armazenamento dos documentos em pastas de partilha, tirando partido do parque de impressoras disponível que já facilita o encaminhamento das cópias diretamente para as unidades/departamentos pretendidos;

Nos Procedimentos Gerais:

- Disponibilizar novos serviços eletrónicos e contribuir para a desburocratização e inovação dos serviços existentes;
- Melhorar a qualidade do atendimento, com o objetivo de aferir a perceção dos clientes dos serviços públicos e simplificar o acesso dos cidadãos aos nossos serviços;
- Privilegiar a comunicação *online*;
- Promover e incentivar a utilização das pastas de partilha alertando para a necessidade da redução de papel.

A prioridade dada à continuidade da adoção de medidas de modernização administrativa, com a simplificação e desburocratização de processos, a par com a redução de custos e otimização de recursos para com os resultados esperados, deverão permitir continuar a alcançar ganhos de eficiência e melhoria da qualidade, contribuindo para uma Administração Pública mais eficaz, com mais vantagens para o cidadão/utente na melhoria dos serviços aos mesmos prestados. O IASAÚDE, IP-RAM, tem vindo a seguir a tendência de minimizar os gastos e simplificar procedimentos, tentando aplicar e desenvolver um conjunto de medidas/iniciativas de modernização e simplificação administrativa, para serem implementadas e seguidas pelos colaboradores com vista à simplificação, redução de custos e de tempo e a satisfação dos nossos clientes:

- Arquivo digital e gestão documental de processos – criação de backups diários e de pastas no servidor por forma a permitir maior capacidade de armazenamento;
- Execução dos procedimentos administrativos utilizando a via digital – procede-se à digitalização dos documentos e são colocados nas pastas da partilha;
- Disponibilizar novos serviços eletrónicos e contribuir para a desburocratização e inovação dos serviços existentes – acesso ao email institucional, criação de novas funcionalidades na página eletrónica ao nível dos reembolsos e da instalação de um balcão eletrónico para digitalização dos documentos pelo próprio utente – um na sede deste Instituto outro na loja do cidadão;
- Melhorar a qualidade do atendimento, com o objetivo de aferir a perceção dos clientes dos serviços públicos e simplificar o acesso dos cidadãos aos nossos serviços;

- Desmaterialização dos processos;
- Privilegiar a comunicação *online*;
- Utilização de pastas de partilha.

II – Análise Económica e Financeira

Contexto

Fruto do caminho percorrido nos últimos anos, marcado pela consolidação da situação económico-financeira do IASAÚDE, IP-RAM (de que são disso exemplos a dotação orçamental assegurada para todas as despesas e a eliminação da dívida a terceiros de médio e longo prazo), o ano de 2019 foi marcado pela aposta em novas intervenções que procuraram responder a uma emergência pública com que a RAM se confronta: o envelhecimento da população.

De acordo com dados do Instituto Nacional de Estatística divulgados recentemente, *“A população residente em Portugal poderá baixar dos atuais 10,3 milhões de habitantes para 8,2 milhões em 2080...”* e *“A Madeira será a mais envelhecida, naquela data, com este índice a atingir os 429 idosos por cada 100 jovens.”*

É sem dúvida uma preocupação que coloca uma grande pressão sobre a Região, em termos económicos, financeiros e sociais.

E, para fazer face a isso, o Governo Regional da Madeira lançou um conjunto de ações com o objetivo de inverter ou minimizar essa tendência. No caso do IASAÚDE, IP-RAM essa intervenção fez-se em dois planos:

1. Reforço da capacidade de resposta da RAM às necessidades da população idosa;
2. Introdução de incentivos à natalidade.

No primeiro ponto, a intervenção passou essencialmente (e continuará a passar) pelo reforço da Rede Regional de Cuidados Integrados (REDE) ao nível da capacidade de resposta das instituições que alberguem a população idosa, nomeadamente através dos acordos celebrados com o as instituições “Associação Atalaia Living Care, IPSS” e “Dilectus Residência Assistida SA”. Estes acordos vão de encontro a uma prioridade do Governo Regional da Madeira, pois com o investimento na REDE, designadamente, na expansão do número de unidades/camas, pretende-se minimizar os problemas decorrentes da ocupação de camas hospitalares para além do período clinicamente considerado necessário.

Noutro âmbito, tivemos o lançamento de um programa inovador e pioneiro designado de “+Visão”, que consagra um apoio à aquisição de óculos por parte da população idosa carenciada. Esta nova abordagem (que se pretende estender a outras áreas, nomeadamente ao

nível da medicina dentária) propõe-se a combater os desafios associados ao envelhecimento demográfico da Região Autónoma da Madeira, do qual sobressai, o aumento das doenças crónicas e incapacitantes entre a população idosa, com implicação nos custos de aquisição de produtos e dispositivos de proteção e manutenção da saúde.

No segundo ponto, tivemos a introdução do inovador programa designado por “Kit Bebé”, de incentivo à natalidade, que consagrou um apoio às famílias de 400,00€ por cada criança nascida (apoio traduzido através da aquisição de produtos de bebé nas farmácias). Em 2020 esse valor passa para 500,00€.

O detalhe dos montantes envolvidos, a população abrangida e as condições de adesão nestes dois pontos, pode ser encontrado mais à frente neste relatório, no anexo “Análise Estatística UOC – Unidade Operacional de Contratualização”.

Esta problemática do envelhecimento da população, levanta inúmeros desafios. Naturalmente que não será aqui neste relatório que iremos abordar todas estas implicações. Apenas iremos referir o impacto direto sobre o IASAÚDE, IP-RAM. E, esse impacto, muito claramente envolve mais despesa. Mais obrigações. Mais limitações.

Quando falamos em mais despesa, não estamos só a falar dos montantes envolvidos nos dois pontos referidos anteriormente. Aliás, no caso dos incentivos à natalidade, podemos até falar de investimento, pois a expectativa é de rejuvenescer a população.

O acréscimo de despesa que aqui falamos, resulta das consequências de se ter uma população envelhecida. Uma população neste contexto requer mais cuidados de saúde. Consequentemente consome mais medicamentos. Usufrui de mais meios complementares de diagnóstico e terapêutica, de cuidados de saúde mental, de internamento na RRCI, etc.

Ou seja, este acréscimo de despesa, coloca uma grande pressão sobre o IASAÚDE, IP-RAM. Esmaga qualquer margem resultante do caminho percorrido desde 2012, que permitiu garantir as seguintes etapas para as despesas que mensalmente este Instituto assume:

- Existência de cabimento orçamental;
- Garantia de fundos disponíveis, permitindo o registo prévio do compromisso, nos termos da “Lei dos Compromissos”;
- Pagamento atempado das obrigações assumidas.

Não tenhamos ilusões: a Região Autónoma da Madeira tem muitas dificuldades para assegurar o financiamento do Sistema Regional de Saúde (falamos em sistema e não apenas em serviço, pois abrange quer a parte pública, quer privada). E com os desafios que se colocam, a tendência tende-se a agravar.

Este é um aspeto referido recorrentemente nos Relatórios de Gestão precedentes. Poderá até ser repetitivo. Mas é a realidade. E quando pelo meio surge um fenómeno inesperado como é o caso da pandemia COVID-19 (sem impacto nas contas de 2019), que irá colocar uma pressão inaudita sobre o sistema, há que repensar, já que anula qualquer tipo de margem para lançamento de novos programas (esta situação será mais detalhada no capítulo IV - ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE RELATO).

Esta é, pois, a nota dominante que marca o ano de 2019. Nas restantes áreas que representam o “grosso” da despesa não há nenhum aspeto que se realce. Os custos com as mesmas mantiveram-se constantes.

No mais, importa destacar em 2019, as eleições para a Assembleia Legislativa Regional, que provocaram uma mudança do paradigma político regional, com a tomada de posse pela primeira vez na história da autonomia, de um governo de coligação partidária.

Ao nível do IASAÚDE, IP-RAM, e nesta sequência, verificou-se uma alteração ao nível da composição do Conselho Diretivo, com a substituição do Vogal do Conselho Diretivo.

Mas não só. O programa de Governo para o quadriénio 2019-2023, prevê uma alteração profunda ao nível da orgânica do IASAÚDE, IP-RAM. Prevê-se a divisão deste organismo, sendo criada a Direção Regional de Saúde, que terá por missão regulamentar, orientar e coordenar as atividades de promoção da saúde e prevenção da doença, definir as condições técnicas para a adequada prestação de cuidados de saúde, planear e programar a política regional para a qualidade no sistema de saúde, bem como assegurar a elaboração e acompanhar e monitorizar a execução do Plano Regional de Saúde e das relações nacionais e internacionais da SRS. Esta estrutura deverá manter uma regular proximidade com a Direção-Geral da Saúde.

Esta é, pois, muito provavelmente, o último Relatório de Gestão com esta configuração. A partir de 2020, algumas das áreas deixam de estar sobre a tutela do IASAÚDE, IP-RAM. Apesar de que no que toca ao volume de despesa tudo permanecer praticamente inalterado, pois o IASAÚDE, IP-RAM manterá as competências enquanto entidade financiadora do Sistema Regional de Saúde.

De seguida, entraremos na parte mais técnica deste relatório, com uma análise aos principais indicadores. Dado ser o segundo ano de funcionamento em SNC-AP, a comparabilidade evolutiva dos números face ao ano anterior é mais consentânea. Até 2017 a base assentava no POCMS.

Indicadores

O seguinte quadro, reflete os indicadores económicos e financeiros que compõem o balanço e a demonstração de resultados, por natureza, cuja situação a 31.12.2019 foi a seguinte:

Indicadores Económicos e Financeiros

(euros)

Designação	2017	2018	2019	Var. 18/19	%
Total de Rendimentos ^{a)}	310 594 802,17	305 458 721,07	302 566 509,06	-2 892 212,01	-1%
Total de Gastos ^{b)}	279 830 450,94	304 337 423,70	302 396 462,06	-1 940 961,64	-1%
Resultados Líquidos	30 764 351,23	1 121 297,37	170 047,00	-951 250,37	-85%
Auto Financiamento	30 846 570,66	845 117,06	593 109,94	-252 007,12	-30%
Activo Líquido	27 842 104,18	15 680 020,72	28 266 455,87	12 586 435,15	80%
Imobilizado Líquido	94 440,19	342 560,67	489 674,90	147 114,23	43%
Património Líquido ^{c)}	-605 307,06	747 762,86	1 169 347,99	421 585,13	56%
Passivo	28 447 411,24	14 932 257,86	27 097 107,88	12 164 850,02	81%

a) Antes Proveitos

b) Antes Custos

c) antes "Capital Próprio"

Dos dados deste mapa, podemos destacar o seguinte:

- Um Resultado Líquido do Exercício positivo de 170 mil euros;
- Um aumento do Ativo de 12,5 ME;
- Aumento do Passivo em 12,1 ME;
- Uma variação positiva do Património Líquido em 421,5 mil euros.

Análise Económica

Análise da Demonstração de Resultados por Natureza

(euros)

Designação	2018	2019	Var. 18/19	%
Resultados antes de depreciação e gastos de financiamento	1.335.889,05	376 120,76	-959 768,29	255%
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento)	1.300.784,67	266 033,53	-1034 751,14	-559%
Resultado Líquido	1.121.297,37	170.047,00	-951.250,37	115%

O valor do Resultado Líquido do Exercício é positivo em 170 mil euros. Há que salientar que a existência de resultados positivos ou negativos, está sempre muito condicionado à disponibilização de verbas por parte do Governo Regional. Como tal, o IASAÚDE, IP-RAM, por não conseguir gerar receitas próprias significativas, está sempre muito dependente dessa disponibilização de verbas para atingir um patamar de equilíbrio financeiro.

Abordando o fenómeno associado à redução do Resultado líquido do Exercício (RLE), e comparativamente com o ano anterior, temos uma diminuição cerca de 1 ME, apresentando, contudo, um valor positivo. A redução que se assiste em 2019 prende-se, essencialmente, com a redução dos rendimentos provenientes das transferências e subsídios correntes (- 125 mil euros), aumento no conjunto das rubricas de fornecimentos e serviços externos e transferências e subsídios concedidos (cerca de 226 mil euros), constituição no exercício de 2019 de perdas por imparidade (cerca de 313 mil euros) situação que não se verificou em 2018. Pelo contrário, no exercício de 2018 o resultado líquido beneficiou da reversão de provisões (cerca de 311 mil euros). Assim, a constituição da imparidade e a ausência de reversão de provisões em 2019, justificam em conjunto cerca de 624 mil euros de redução no resultado do exercício face ao período homólogo.

O exercício de 2019 registou ainda um aumento das amortizações resultante dos investimentos efetuados na quantia de cerca de 75 mil euros.

Relativamente aos **gastos financeiros** suportados em 2019, tivemos a seguinte variação face a 2018:

Gastos Financeiros	(euros)			
	Valor		Var. 18/19	
	2018	2019	Valor	%
Gastos Financeiros	182.502,82	95.986,53	-86.516,29	-47%

Apesar desta variação negativa do valor assumido com os gastos financeiros não ter uma grande preponderância no total da redução de gastos, a mesma reflete o grande esforço que tem sido desenvolvido em termos da redução da dívida, isto é, quanto menor for esta, menor será o custo associado ao serviço da dívida. E este é sem dúvida um indicador manifestamente positivo. Voltamos a referir o panorama em 2012. Então, face ao elevadíssimo valor da dívida – 485 ME(!) – foram suportados, nesse ano, custos financeiros da ordem dos 6 ME. É, inequivocamente, um indicador que vale mais que mil palavras.

Na rubrica de **Fornecimentos e serviços Externos**, tivemos o seguinte cenário:

	euros			
	2018	2019	Var. 18/19	
			Valor	%
6.2.1.1.1.1 Patologia Clínica	4 948 287,18	6 752 546,79	1 804 259,61	36%
6.2.1.1.1.2 Anatomia Patológica	146 676,22	159 932,62	13 256,40	9%
6.2.1.1.1.3 Imagiologia	2 571 284,46	3 467 475,53	896 191,07	35%
6.2.1.1.1.4 Cardiologia	699 899,30	816 321,99	116 422,69	17%
6.2.1.1.1.5 Eletroencefalografia	4 007,78	2 547,20	-1 460,58	-36%
6.2.1.1.1.6 Medicina Nuclear	5 824,87	7 006,36	1 181,49	20%
6.2.1.1.1.7 Gastroenterologia	53 121,89	71 320,90	18 199,01	34%
6.2.1.1.2.1 Hemodiálise	4 119 767,58	3 687 731,56	-432 036,02	-10%
6.2.1.1.2.2 Medicina Física e Reabilitação	1 832 931,89	2 284 757,80	451 825,91	25%
6.2.1.1.2.3 Litotricia	230,77	0,00	-230,77	-100%
6.2.1.1.2.4 Cuidados Respiratórios Domiciliários	2 531 063,40	2 672 226,40	141 163,00	6%
6.2.1.1.2.7 Saúde Oral	907 895,33	991 606,81	83 711,48	9%
6.2.1.1.2.9 Outros Meios Compl. Terapêutica	3 682,30	253,97	-3 428,33	-93%
6.2.1.1.3 Produtos Vendidos nas Farmácias - medicamentos	35 624 966,71	38 911 234,98	3 286 268,27	9%
6.2.1.1.3 Produtos Vendidos nas Farmácias - outros (Kit bebé 2019)	72 250,07	744 924,25	672 674,18	931%
6.2.1.1.3 Próteses, ortoses, dispositivos de compensação	1 066 660,12	858 133,92	-208 526,20	-20%
6.2.1.1.6 Internamentos - psiquiatria	13 022 737,54	12 243 042,10	-779 695,44	-6%
6.2.1.1.6 Internamentos - cuidados continuados		1 632 817,58	1 632 817,58	#DIV/0!
6.2.1.1.6 Internamentos - Outros internamentos	1 746 939,19	3 047 721,58	1 300 782,39	74%
6.2.1.1.9 Outros Serviços de saúde	1 063 786,69	1 999 874,85	936 088,16	88%
6.2.1.1.9 Outros Serviços de saúde - contrato-programa		214 843 238,00	214 843 238,00	#DIV/0!
Outros FSE - extra serviços de saúde	2 087 279,93	2 054 303,45	-32 976,48	-2%
Total	72 509 293,22	297 249 018,64	224 739 725,42	310%

O detalhe destas rubricas pode ser encontrado nos balancetes constantes dos mapas globais da conta de gerência.

A rubrica com maior peso é, indiscutivelmente, o contrato-programa com o SESARAM que no exercício de 2018 foi considerado na rubrica de “Transferências e subsídios correntes”, o qual ascendeu a cerca de 223,4 milhões de euros. Se considerarmos o efeito do contrato programa de 2018, o aumento dos fornecimentos e serviços externos é de apenas 1,3 milhões de euros face ao período homólogo (0,45%).

No que respeita à rubrica de Fornecimentos e serviços Externos, apresenta-se detalhe das despesas que não constituem contratação de serviços na área da saúde:

Análise aos Serviços Especializados/Materiais e Diversos

(euros)

Serviços Especializados	Valores		Variação 2018/2019	
	2018	2019	Absoluta	%
6.2.2.1.1 Estudos, pareceres e consultoria jurídica	0,00	1 449,36	1 449,36	100%
6.2.2.1.2 Produtos e Serviços de Informática	12 536,59	0,00	-12 536,59	-100%
6.2.2.1.6 Organização de Eventos	252,54	0,00	-252,54	-100%
6.2.2.1.7 Formação ao Pessoal	6 997,54	57 217,37	50 219,83	718%
6.2.2.1.9 Outros trabalhos Especializados	1 684 944,81	1 537 401,98	-147 542,83	-9%
6.2.2.2 Publicidade Comunicação e Imagem	7 965,02	827,95	-7 137,07	-90%
6.2.2.3 Vigilância e Segurança	2 110,60	583,05	-1 527,55	-72%
6.2.2.4 Honorários	0,00	44 615,22	44 615,22	100%
6.2.2.5 Comissões	474,05	0,00	-474,05	-100%
6.2.2.6 Conservação e Reparação	84 427,49	72 489,65	-11 937,84	-14%
6.2.3 Materiais de Consumo	90 159,63	91 889,38	1 729,75	2%
6.2.4 Energia e Fluidos	45 975,33	47 154,97	1 179,64	3%
6.2.5 Deslocações Estadas e Transportes	17 886,93	21 532,54	3 645,61	20%
6.2.6 Serviços Diversos	133 549,40	179 141,98	45 592,58	34%
	2 087 279,93	2 054 303,45	-32 976,48	

A rubrica com maior peso percentual é indiscutivelmente a 6.2.2.1.9 - Outros trabalhos Especializados, com 77% do total.

Nesta rubrica, destacam-se os seguintes fornecedores e respetivos serviços:

- Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE – onde estão incluídos os seguintes serviços:
 - Conferência da faturação das farmácias;
 - Sistema de prescrição eletrónica médica e desmaterialização da receita;
 - Plataforma de dados da saúde;
 - Resumo clínico único;
 - Manutenção do utente;
 - Gestão de equipas/transferência de utentes
- Serviço de Saúde da RAM, EPE – Inclui os contratos no âmbito dos tratamentos da HEPATITE C, Médicos afetos às juntas médicas da ADSE e médicos afetos às delegações de Saúde;
- XGT - Soluções Informáticas S.A – Diz respeito ao contrato de fornecimento da solução informática XIS Connect, onde assenta toda a área financeira e contabilidade do IASAÚDE, IP-RAM

Esta rubrica compreende ainda os custos destinados à prestação de serviços, designadamente, despesas de conservação e reparação, trabalhos especializados, publicidade e propaganda, limpeza higiene e conforto, vigilância e segurança, e outros fornecimentos e serviços.

Ao nível dos **gastos com o pessoal**, tivemos o seguinte cenário:

(euros)

Evolução dos Gastos com o Pessoal

(euros)

Rubricas	Designação	Valores				Variação 2018/2019	
		2018	%	2019	%	Absoluta	Relativa
63	Custos com o Pessoal	4 583 682,14	100%	4 593 234,78	100%	9 552,64	0,21%
	Remunerações dos órgãos sociais e de Gestão	176 786,67	4%	182 841,47	4%	6 054,80	3%
	Remunerações do Pessoal	3 499 213,25	76%	3 563 892,93	78%	64 679,68	2%
	Encargos sobre remunerações	898 841,50	19,6%	839 291,97	18,3%	-59 549,53	-7%
	Outras remunerações	8 840,72	0%	7 208,41	0%	-1 632,31	-18%

Os gastos com o pessoal do IASAÚDE, IP-RAM, totalizaram, no ano económico de 2019, € 4,6 milhões, representando um acréscimo de 0,21% face ao período homólogo.

Naturalmente que a rubrica com maior peso é a 632 – Remunerações Base com 73% do total, que se decompõe da seguinte forma:

(euros)

Rubricas	Designação	Valores		Variação 2018/2019	
		2018	2019	Absoluta	Relativa
6.3.2.1.1	Remunerações Base	2.609.402,41	2.689.968,06	80.565,65	3%
6.3.2.1.2/6.3.2.1.3	Subsídio de Férias e Natal	470.911,46	482.800,62	11.889,16	3%
6.3.2.1.4	Despesas de Representação	24.154,80	24.396,63	241,83	1%
6.3.2.1.5	Subsídio de Refeição	160.398,90	157.763,94	-2.634,96	-2%
6.3.2.1.6	Gratificações	1.275,17	1.185,56	-89,61	-7%

Receitas Próprias

A propósito do que foi referido no parágrafo anterior, as receitas próprias do IASAÚDE, IP-RAM consistem basicamente em três fontes: venda de vinhetas de autenticação de prescrição (as vulgares etiquetas de códigos de barras que são apostas nas receitas médicas); receituário médico; cobrança de taxas.

Comparativamente com o ano anterior, tivemos o seguinte cenário:

Designação	(euros)		
	2018	2019	Var. 18/19
Receitas Próprias	241.732,76	269.728,99	10%

Temos um acréscimo de 10% face ao ano anterior.

Facilmente se constata que esta receita é diminuta para fazer face às despesas correntes do IASAÚDE, IP-RAM.

Análise Financeira

O Ativo não corrente do IASAÚDE, IP-RAM é constituído da seguinte forma:

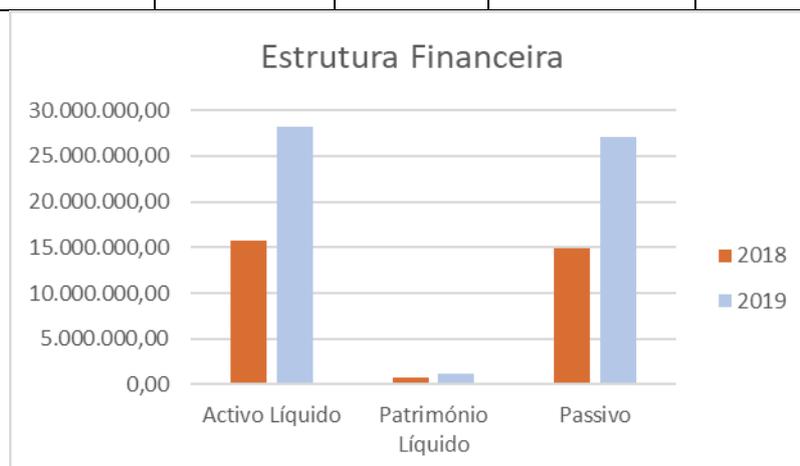
	(euros)		
	Ativo Bruto	Depreciações	Ativo Líquido
Edifícios e outras construções	34 550,42	21 387,61	13 162,81
Equipamento básico	124 301,78	89 785,74	34 516,04
Equipamento de transporte	24 406,25	3 050,76	21 355,49
Equipamento administrativo	785 781,36	616 831,83	168 949,53
Outros ativos fixos tangíveis	76 250,32	37 627,88	38 622,44
Ativos intangíveis	575 801,80	362 733,21	213 068,59
TOTAL	1 621 091,93	1 131 417,03	489 674,90

Dada a especificidade do IASAUDE, IP-RAM, nomeadamente pelo facto de se revestir da natureza de Instituto Público, não dispondo das exigências de capital como se de uma entidade empresarial se tratasse, o efeito dos resultados líquidos do exercício e de exercícios anteriores, refletem-se na estrutura do capital.

Estrutura Financeira

(euros)

Designação	2018	2019	Variação 2018/2019	
			Absoluta	Relativa
Activo Líquido	15.680.020,72	28.266.455,87	12.586.435,15	80%
Património Líquido	747.762,86	1.169.347,99	421.585,13	56%
Passivo	14.932.257,86	27.097.107,88	12.164.850,02	81%



A estrutura financeira do IASAÚDE, IP-RAM apresenta um passivo de € 27 milhões e um ativo líquido de € 28,2 milhões. O património líquido apresenta um valor positivo de € 1,1 milhões.

O passivo regista, para além das rubricas de acréscimos e diferimentos, os encargos assumidos e não pagos do ano 2019.

Indicadores Financeiros

Indicadores Económico-Financeiros				
Dimensão	Indicador	Fórmula de cálculo	Período	
			31.12.2019	31.12.2018
Liquidez	Liquidez Geral	Ativo corrente (ou CP) / Passivo corrente (ou CP), sendo que: Ativo corrente = Inventários + Créditos de Curto Prazo + Disponibilidades	1,03	1,03
	Liquidez Reduzida	Ativo corrente - Inventários / Passivo corrente (ou CP)	1,03	1,03
	Liquidez Imediata	Disponibilidades (ou meios financeiros líquidos) / Passivo Corrente (ou CP)	0,03	0,03
Rentabilidade	Rentabilidade operacional do Volume de Negócios (ROVN)	Resultados operacionais (EBIT) / Volume de negócios * 100	105,8	602,5
	Taxa de Margem Bruta (TMB)	Margem Bruta / Volume de Negócios * 100, sendo que: Margem bruta = vendas – custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	99,46	91,53
	Rentabilidade do Património Líquido (RPL)	Resultados Líquidos/ Património Líquido * 100	14,54	149,95
	Rentabilidade Operacional do Ativo (ROA)	Resultados operacionais (EBIT) / Ativo * 100	0,94	8,30
Atividade	Grau de Rotação do Ativo (GRA)	Volume de Negócios/ Ativo	0,89	1,38
	Prazo Médio de Inventários (PMI)	Saldo Médio Inventários/ Saldo médio Custo das vendas * 365	n/d	n/d
	Prazo Médio de Recebimentos (PMR)	Saldo Médio Clientes / Saldo Médio Volume de Negócios * 365	n/d	n/d
	Prazo Médio de Pagamentos (PMP)	Saldo médio Fornecedores/ Saldo médio (Compras + FSE) * 365	n/d	n/d
	Prazo Médio de Pagamentos (PMP) - Programa Pagar a Tempo e Horas	Saldo médio (Fornecedores + Fornecedores Imobilizado) / Saldo médio (Compras + FSE + Aquisição de imobilizado) * 365	n/d	n/d
Estrutura Financeira	Autonomia Financeira	Património Líquido/Ativo	0,04	0,05
	Solvabilidade	Património Líquido/Passivo	0,04	0,05
	Grau de cobertura dos gastos financeiros	Resultados operacionais/ Gastos Financeiros	2,77	7,13
	Endividamento	Passivo/Ativo	0,96	0,95

Indicadores Orçamentais

Indicadores Orçamentais			
Indicador	Fórmula de cálculo	Período	
		31.12.2019	31.12.2018
Grau de Execução Orçamental da receita (%)	Receita cobrada líquida/Previsões corrigidas	92%	96,5%
Grau de Execução Orçamental da despesa (%)	Despesa paga líquida/ Dotações corrigida	92%	96,4%
Indicador de estrutura da receita efetiva	Receita cobrada efetiva/ Total receita cobrada efetiva	100%	100%
Indicador de estrutura da despesa efetiva	Despesa paga efetiva/ Total despesa paga efetiva	100%	100%
Saldo Corrente	Receita corrente - Despesa corrente	510.943,31	44 747,85
Saldo de Capital	Receita de capital - Despesa de capital	0,00	9,00
Saldo Primário	Receita efetiva - Despesa efetiva + Juros e outros encargos	605.879,10	255 558,26
Saldo Global	Receita efetiva - Despesa efetiva	525.201,96	72 581,39
Grau de Realização das Liquidações	Recebimentos/Liquidações	100%	100%
Grau de Execução das Obrigações	Pagamentos/Obrigações	97%	98%

Análise do Mapa de Fluxos de Caixa

		(euros)	
	Designação	2019	
		Valor	%
Principais Recebimentos	Transferências Correntes		
	Funcionamento Normal - Pessoal	4.644.619,32	1,60%
	Funcionamento Normal - Outras Despesas Correntes	76.271.675,51	26,20%
	Funcionamento Normal - Outras Despesas Correntes - SESARAM	208.210.264,34	71,52%
	Funcionamento Normal - Estado	963.003,80	0,33%
	Transferências de Capital	374.524,08	0,13%
	Receitas Próprias	255.470,34	0,09%
	Saldo da Gerência Anterior	401.495,59	0,14%
Reposições não Abatidas nos Pagamentos	14.258,65	0,005%	
		291.135.311,63	
Principais Pagamentos	Despesas Correntes		
	Despesas com o Pessoal	4.536.901,74	1,56%
	Despesas Correntes	75.953.450,73	26,17%
	Juros e Outros Encargos	80.677,14	0,03%
	Transferências Correntes	209.263.060,39	72,11%
	Despesas Capital	343.135,92	0,12%
Transferências de Capital	31.388,16	0,01%	
		290.208.614,08	

Pela análise do Mapa dos Fluxos de Caixa do IASAÚDE, IP-RAM, podemos constatar que a globalidade dos recebimentos efetuados no ano de 2019, relativos a transferências correntes, representou 99% do total de recebimentos.

Relativamente ao montante das verbas recebidas do GR para fazer face ao Contrato Programa do SESARAM - € 208.210.264,34 -, se compararmos com a Certidão de Receitas do GR a certificar das verbas que nos transferiram em 2019, dá-se uma situação materialmente relevante. O GR informa que nos transferiu € 214.843,238,00 ao abrigo da CP do SESARAM. E isso corresponde à verdade. Contudo, do total desse montante, o GR transferiu já no final de 2019 uma verba de € 6.632.973,66. Acontece que a verba deu já entrada na conta bancária do IASAÚDE, IP-RAM em janeiro de 2020. E foi contabilizada pelo IASAÚDE já no ano de 2020. Há por isso uma discrepância. Contudo, o proveito foi registado em 2019 por contrapartida da rubrica de Acréscimo de Proveitos.

Análise Orçamental

Ao analisarmos o controlo orçamental da receita e da despesa, verifica-se que em 2019, o IASAÚDE, IP-RAM executou 92% do total orçamentado.

2019	Dotação inicial	Previsões Corrigidas	Receita Liquidada/ Emitida	Receita Cobrada	Grau de execução Orçamental
Controlo Orç. Receita	285.165.463,00	316.689.454,00	291.154.907,58	291.135.311,63	92%
TOTAL	285.165.463,00	316.689.454,00	291.154.907,58	291.135.311,63	92%

O controlo orçamental da despesa traduz-se no quadro seguinte:

						(euros)
Despesa	Dotação Inicial	Dotações Corrigidas	Cabimentado	Comprometido	Pago	Grau de execução orçamental
Controlo Orç. Despesa	285.165.463,00	316.689.454,00	306.246.761,08	300.520.451,44	290.208.614,08	92%

Na análise ao controlo orçamental da despesa, verifica-se que, do total das dotações corrigidas, foram assumidos compromissos na ordem dos € 300 milhões. Sendo que, a despesa paga, atingiu o montante de cerca de € 290,2 milhões, correspondendo a um grau de execução de 92% .

IV - ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE RELATO

Após o encerramento do ano, surgiu a crise associada à pandemia do COVID-19 que terá um forte impacto na atividade do IASAÚDE, IP-RAM no ano de 2020 e provavelmente nos anos subsequentes.

Com efeito, este surto pandémico surge de forma totalmente inesperada, que obrigou ao reformular de estratégias económicas, sociais e sanitárias. Apesar da civilização ciclicamente se confrontar com estes tipos de fenómenos, o lapso de tempo decorrido entre uma outra pandemia com este impacto (Gripe espanhola no início do século XX) fez com que a sociedade como que desaprendesse a lidar com esta situação. E, num ápice, houve que adotar uma estratégia global e multissetorial para a enfrentar, adotando medidas de força que a sociedade não estava habituada.

Apesar da origem do problema não ser de carácter económico/financeiro, o impacto neste âmbito será tremendo. Quer ao nível do acréscimo de despesa, quer ao nível da perda de receita.

Falando apenas sobre o impacto direto no IASAÚDE, IP-RAM, logo no primeiro trimestre de 2020 houve que acorrer a diversas solicitações decorrentes da estratégia adotada para controlar a disseminação da doença. Que passaram essencialmente pelo seguinte:

- Aquisição de equipamentos de proteção individual a distribuir pela população;
- Reforço da capacidade informática e de comunicações para facilitar o controlo e divulgação;
- Aquisição de serviços de alojamento para quarentena de cidadãos provenientes do exterior (incluindo alimentação e limpeza dos espaços);

Estima-se um volume de despesa até ao final do ano a rondar os 5/6 ME. Ora, este montante não estava previsto no orçamento para 2020. Há, pois, que encontrar fontes de financiamento que a suportem.

Por outro lado, o IASAÚDE, IP-RAM ficou privado de algumas receitas próprias. Apesar de estas terem um peso diminuto no global da receita arrecadada anualmente (a grande fonte de receitas diz respeito às transferências do Governo Regional com 99% do total), não deixa de ser um motivo de preocupação, pois permitem garantir alguma liquidez ao

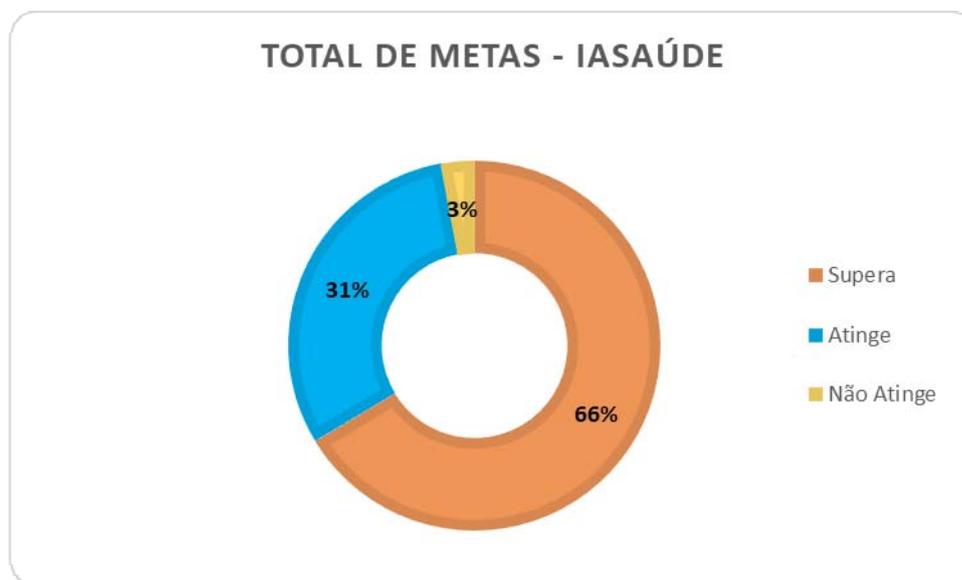
nível da tesouraria para pequenos pagamentos. Esta quebra (que se estima em mais de 50% até final do ano) diz respeito essencialmente às taxas sanitárias dos navios cruzeiros que nos visitam. Desde o início de março que não atracam navios no porto de cruzeiros do funchal, sendo que, os meses de março a maio são dos mais movimentados do ano.

Noutro âmbito, não foi possível a redução de despesa com o contrato com a “Dilectus Residência Assistida SA” (já referido anteriormente). Previa-se no decorrer do primeiro semestre de 2020 que o mesmo passasse a estar integrado na RRCI (ao invés como experiência piloto atualmente). Esta situação teria um forte impacto ao nível do valor a suportar com a diária de internamento dos utentes: € 74 vs € 38.

IV - AVALIAÇÃO FINAL

Durante o corrente ano, os Departamentos e Unidades Orgânicas do IASAÚDE, IP-RAM estabeleceram um total de 104 atividades a realizar, consideradas essenciais para o cumprimento e prossecução da missão deste Instituto Público.

Como se pode verificar pelo gráfico, graças ao esforço e dedicação de todas as equipas, que assumiram o espírito de missão, superaram-se 69 atividades, o que corresponde a uma percentagem de 66% do universo daquelas que foram propostas. Foram atingidas 32 e somente ficaram por atingir 3, o que corresponde a uma percentagem de 31% e de 3%, respetivamente.



No que se refere aos recursos financeiros, o IASAÚDE, IP-RAM tinha um orçamento inicial previsto no valor de € 285.165.463, tendo esse valor sofrido ao longo do ano várias diversas alterações orçamentais decorrentes de reforços e anulações, e ainda créditos especiais provenientes do Orçamento da Região Autónoma da Madeira, que resultou num orçamento corrigido de € 316.689.454.

Verifica-se que cerca de 72% das despesas do IASAÚDE destinaram-se ao pagamento dos Contratos Programa SESARAM, E.P.E.

No que se refere à execução orçamental em 2019, foram efetuados pagamentos no valor de € 209.208.614,08 €, o que corresponde a uma taxa de execução orçamental de 93,21%.

Ao nível da intervenção preventiva desenvolvida pela UCAD, salienta-se a intervenção estruturada no âmbito dos seus programas e projetos, sem descurar a intervenção precoce no gabinete de atendimento, a potenciação das parcerias locais e da partilha de conhecimentos na comunicação social, nas plataformas digitais e através da colaboração em estudos, que nos permitiu aumentar a literacia em Saúde na população da RAM.

De realçar, o forte investimento na informação e sensibilização da população em geral, mantendo as colaborações com a Comunicação Social, através dos artigos técnicos em jornais e revistas, da participação em programas de rádio e televisão, e da aposta no *microsite* da UCAD, cujos acessos tiveram um aumento assinalável, alcançando os 73.060 utilizadores em 2019.

Mantem-se a preocupação com as intervenções preventivas para as dependências sem substância, que têm vindo a crescer significativamente, fruto das preocupações sociais com comportamentos aditivos referentes à internet, redes sociais, videojogos e jogo patológico. Aposta-se nas intervenções estratégicas por substância, com projetos e intervenções específicas para o álcool, tabaco e cannabis, bem como intervenção ao nível da prevenção, da redução de riscos e minimização de danos, em contextos recreativos noturnos.

Ao nível da formação, a UCAD continua a capacitar educadores e técnicos regionais de diferentes áreas para a intervenção nos CAD. De salientar ainda, a comunicação realizada no II Congresso Internacional sobre Cannabis e seus derivados, que decorreu em Espanha.

Realça-se ainda a inclusão da RAM nos estudos de referência portugueses e europeus, como é o caso do estudo do SICAD, “Comportamentos Aditivos aos 18 Anos. Inquérito aos jovens participantes no Dia da Defesa Nacional” e do “European School Survey Project on Alcohol and Drugs” (ESPAD), cujos dados foram recolhidos em 2019, bem como do estudo “Comportamentos e Dependências Online: Estudo do impacto psicológico, social, académico/profissional e físico em jovens e adultos”, que se irá realizar em 2020.

No que diz respeito à formação profissional intersectorial da Secretaria Regional de Saúde e Proteção Civil, promovida pelo IASAÚDE, IP-RAM, para as diversas categorias profissionais em 2019, foi dada continuidade à aquisição de serviços de formação iniciada em 2018. Estava prevista a realização de 30 ações de formação ao longo do ano. No entanto, devido a várias

condicionantes houve ações que tiveram de ser reagendadas ou mesmo desmarcadas por razões de falta de formandos e por indisponibilidade imprevista dos formadores.

Foram efetivamente realizadas 23 ações e pretende-se realizar as restantes 7 em 2020. Ficaram ainda por contratualizar e agendar as ações de formação da área específica da Saúde e ainda uma ação relacionada com a gestão documental.

O montante gasto para a realização das 23 ações foi na ordem dos 55.170,00€.

A formação abrangeu diversos grupos profissionais, sendo a carga total de 6.005 horas, distribuídas da seguinte forma: 56,72% Técnicos Superiores, 5,83% Coordenadores Técnicos, 33,61% Assistentes Técnicos, 1,05% Encarregados Operacionais e 2,80% Assistentes Operacionais.

Os custos de cada formação do ano 2019 atingiram o montante de € 2.398,67, abrangendo um universo de 283 formandos.

Verifica-se que ainda há interesse e motivação por parte dos colaboradores em adquirir mais conhecimentos através da formação. No entanto, este ano tivemos alguma dificuldade em atingir o n.º de formandos total atribuído a cada ação de formação, o que condicionou a execução do Plano de Formação.

Ao nível dos colaboradores do IASAÚDE, verificou-se ainda a necessidade contínua em adquirir formação profissional por iniciativa individual, notando-se este ano, novamente, uma ligeira diminuição nestes pedidos passando de 47 em 2018, para 26 dispensas no corrente ano.

Comparativamente ao ano transato, no que diz respeito à comissão de serviço, verificou-se um aumento passando de 6 autorizações para 12.

No âmbito da promoção e educação para a saúde, relevam-se resultados essenciais para garantir a eliminação de doenças na Região, apostando na divulgação de informação junto dos nossos parceiros, promovendo diversas campanhas por forma a incutir e alertar a população a importância de adotar e manter estilos de vida saudáveis.

Há aspetos a melhorar tal como a comunicação interna da instituição, a necessidade de implementar um sistema de gestão documental adequado às novas realidades que nos permita uma gestão mais eficaz dos recursos existentes.

No entanto, face aos resultados obtidos, aliados com os outros instrumentos de gestão tal como o QUAR e o Relatório de Autoavaliação, verifica-se que o IASAÚDE, IP - RAM apresenta um desempenho satisfatório.

V ANEXOS

13.1.4 – RECURSOS HUMANOS (I)

Relatório de Gestão 2019

Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de vinculação

Recursos Humanos		Dirigente	Carreira de técnico superior	Carreira de assistente técnico	Carreira de assistente operacional	Carreiras e categorias subsistentes	Carreiras e Corpos especiais	Carreiras Médicas	Carreiras de Enfermagem	Outros	Total
Total efectivos	H	5	11	11	4	0	4	1	0	7	43
	M	6	34	38	10	9	20		2	0	119
	T	11	45	49	14	9	24	1	2	7	162
Nomeação	H										0
	M										0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Contrato por tempo indeterminado	H	2	11	11	4	0	4	1	0	7	40
	M	4	34	37	10	9	20	0	2	0	116
	T	6	45	48	14	9	24	1	2	7	156
Contrato a termo resolutivo, certo ou incerto	H										0
	M										0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros	H	3	0	0							3
	M	2	0	1							3
	T	5	0	1	0	0	0	0	0	0	6
Total		11	45	49	14	9	24	1	2	7	162

Relatório de Gestão 2019

Contagem dos trabalhadores admitidos durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o modo de ocupação do posto de trabalho ou modalidade de vinculação

Admissões (durante o ano)		Dirigente	Carreira técnico superior	Carreira assistente técnico	Carreira assistente operacional	Carreiras e categorias subsistentes	Carreiras e Corpos especiais	Carreiras Médicas	Carreiras de Enfermagem	Outros	Total
Nomeação	H										0
	M										0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Contrato por tempo indeterminado	H		1		1					1	3
	M		1		1						2
	T	0	2	0	2	0	0	0	0	1	5
Contrato a termo resolutivo, certo ou incerto	H										0
	M										0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros	H	1									1
	M	1	1	1							3
	T	2	1	1	0	0	0	0	0	0	4
Total		2	3	1	2	0	0	0	0	1	9

Relatório de Gestão 2019

Contagem das saídas de trabalhadores nomeados ou em comissão de serviço, por grupo/cargo /carreira, segundo o motivo das saídas

Motivo das saídas dos trabalhadores contratados	Dirigente	Carreira de técnico superior	Carreira de assistente técnico	Carreira de assistente operacional	Carreiras e categorias subsistentes	Carreiras e Corpos especiais	Carreiras Médicas	Carreiras de Enfermagem	Outros
Falecimento									
Exoneração									
Aposentação			1	2			1		
Limite de idade									
Aposentação compulsiva									
Demissão									
Mútuo acordo									
Outros	2	3	1	1		1			
Total	2	3	2	3	0	1	1	0	0

Relatório de Gestão 2019

Contagem das mudanças de situação dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira

Alterações do posicionamento remuneratório/promoções		Dirigente	Carreira de técnico superior	Carreira de assistente técnico	Carreira de assistente operacional	Carreiras e categorias subsistentes	Carreiras e Corpos especiais	Carreiras Médicas	Carreiras de Enfermagem	Outros
Alterações do posicionamento remuneratório	H	1	4	2	2	-	-	1	-	0
	M	1	8	14	5	3			2	0
	T	2	12	16	7	3	0	1	2	0
Promoções (carreiras e categorias subsistentes, carreiras e corpos especiais)	H									
	M									
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total		2	12	16	7	3	0	1	2	0

Relatório de Gestão 2019

Cobertura dos mapas de pessoal	Nº de lugares		
	Previstos	Preenchidos	%
Dirigente	11	11	100%
Carreira de técnico superior	48	43	90%
Carreira de assistente técnico	62	54	87%
Carreira de assistente operacional	16	16	100%
Carreiras e categorias subsistentes	9	9	100%
Carreiras e Corpos especiais	27	25	93%
Carreiras Médicas	2	2	100%
Carreiras de Enfermagem	2	1	100%
Outros	6	5	83%
Total	183	166	91%

13.1.4 – RECURSOS HUMANOS (II)

13.1.4 Horas extraordinárias	N.º de horas extraordinárias 2019
Horas Extras /outro Pessoal *)	414,5
Peso relativo das horas extraordinárias a)	0,22

*) Horas extraordinárias e trabalho em dia de descanso semanal complementar e feriados (Extraído dos dados fornecidos para o balanço social para 2019)

a) (Horas extraordinárias/horas normais) x100

Salário médio por grupo profissional	Valor em Euros
Pessoal Dirigente	47.107,58
Carreira de Técnico Superior	21.202,59
Carreira de Assistente Técnico	12.736,12
Carreira de Assistente Operacional	8.672,91
Carreiras e Categorias Subsistentes	21.185,39
Carreiras e Corpos Especiais	25.529,21
Carreiras Médicas	173.685,29
Carreiras de Enfermagem	16.386,02
Outros	20.224,80

5. Número de dias de trabalho por cada grupo profissional em média.

<i>Número de dias de trabalho</i>	<i>Dirig.</i>	<i>Carreira de Técnico Superior</i>	<i>Carreira de Assistente Técnico</i>	<i>Carreira de Assistente Operacional</i>	<i>Carreira e Categorias Subsistente</i>	<i>Carreira e Corpos Especiais</i>	<i>Carreiras Médicas</i>	<i>Carreiras de Enfermagem</i>	<i>Outros</i>
Total	228	215	210	205	200	197	226	224	223

ANEXO – ANÁLISE ESTATÍSTICA UOC

1. Plano de Recuperação de Cirurgias (PRC)

1.1. Produção prevista VS Produção executada

Os dados que se seguem refletem a previsão efetuada pelo SESARAM, E.P.E., no início do ano em análise, das cirurgias a realizar à luz do Protocolo Programa de Recuperação de Cirurgias (PRC) e aquelas que foram executadas e faturadas ao IASAÚDE, IP-RAM, no ano 2019.

	PRODUÇÃO PREVISTA		PRODUÇÃO EXECUTADA		EXECUTADO VS PREVISTO	
	N.º CIRURGIAS	VALOR	N.º CIRURGIAS	VALOR	N.º CIRURGIAS	VALOR
CIRURGIA CÁRDIO-TORÁCICA	17	200.170,75 €	13	153.071,75 €	-24%	-24%
CIRURGIA GERAL	332	305.184,22 €	225	251.808,21 €	-32%	-17%
CIRURGIA PEDIÁTRICA	117	86.473,89 €	24	25.056,68 €	-79%	-71%
CIRURGIA PLÁSTICA	288	204.485,76 €	284	201.645,68 €	-1%	-1%
CIRURGIA VASCULAR	72	105.288,48 €	53	77.504,02 €	-26%	-26%
GINECOLOGIA	112	143.157,28 €	125	262.622,68 €	12%	83%
NEUROCIRURGIA	40	398.079,73 €	62	263.613,48 €	55%	-34%
OFTALMOLOGIA	444	314.724,96 €	314	222.575,76 €	-29%	-29%
ORTOPEDIA	172	1.062.178,85 €	137	986.179,43 €	-20%	-7%
OTORRINOLANRINGOLOGIA	192	77.757,78 €	135	120.400,75 €	-30%	55%
PATOLOGIA MAMÁRIA	49	55.754,65 €	6	6.827,10 €	-88%	-88%
UROLOGIA	147	169.430,38 €	71	111.020,20 €	-52%	-34%
Total	1982	3.122.686,73 €	1449	2.682.325,73 €	-27%	-14%

Tabela 1 – Produção prevista e produção executada – PRC.

O SESARAM, E.P.E. apresentou, no início do ano, um plano para a execução no decorrer do ano de 2019, de um total de 1.982 cirurgias, distribuído por 12 áreas distintas da medicina, verificando-se uma maior incidência na previsão para as áreas da Oftalmologia (444), Cirurgia Geral (332) e Cirurgia Plástica (288). Esta previsão custaria ao IASAÚDE, IP-RAM um

total de 3.122.686,73€, tendo-se verificado que a área mais expressiva, em termos de custo, seria a Ortopedia, com a previsão de um custo total superior a 1 milhão de euros, o que não se veio a concretizar.

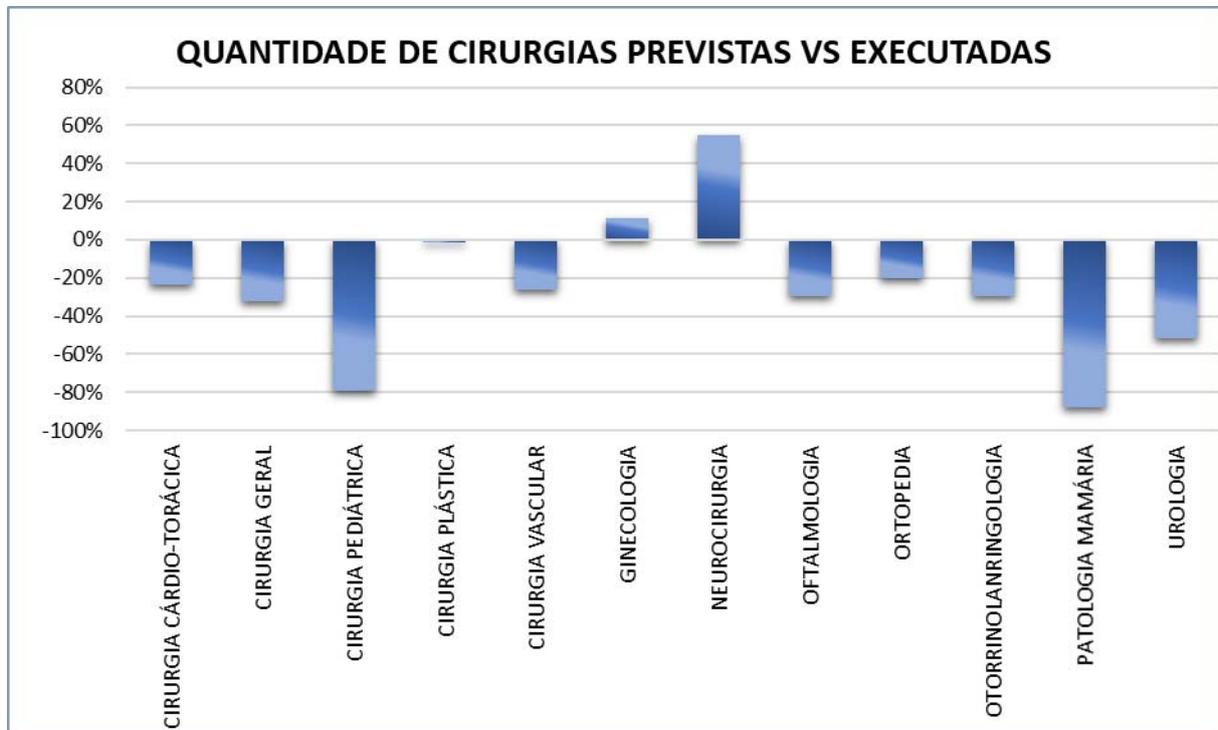


Gráfico 1 - Percentagem da quantidade de cirurgias previstas VS executadas.

Contudo, a 31 de dezembro de 2019, constatou-se que a previsão, quer a nível quantitativo, quer a nível financeiro, ficou abaixo do inicialmente previsto, em 27% em relação ao número de cirurgias executadas e em 14% em relação ao custo para o IASAÚDE, IP-RAM.

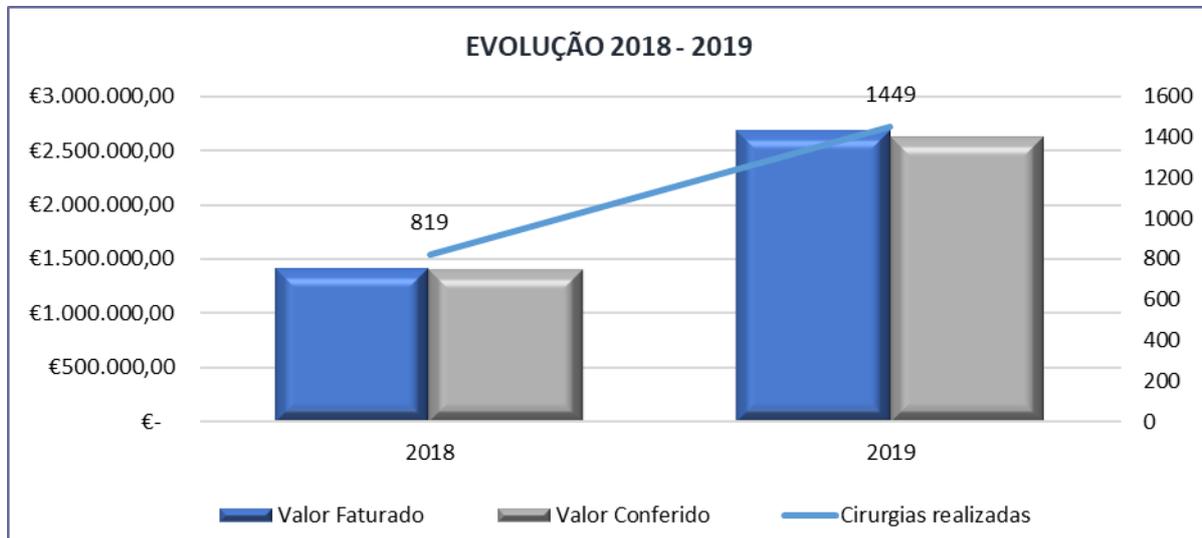
1.2. Valores Faturados e Conferidos 2018/2019

Quando confrontados os valores faturados pelo SESARAM, E.P.E., relativos às 1.449 cirurgias realizadas, com os valores conferidos pelo IASAÚDE, IP-RAM concluímos que se registou uma diminuição de 59.852,65€, fruto da aplicação das normas de relacionamento adjacentes ao protocolo celebrado entre as duas entidades públicas.

	2018	2019	Δ % 2018-2019
Valor Faturado	1 413 029,34 €	2 682 325,73 €	89,83%
Valor Conferido	1 400 000,01 €	2 622 473,08 €	87,32%
Cirurgias Realizadas	819	1449	76,92%

Tabela 2 – Valores Faturados e Conferidos 2018/2019 - PRC.

De referir que, comparativamente ao ano anterior, assistiu-se a um aumento orçamental para a execução PRC no ano 2019, na ordem dos 90%, e, por conseguinte, um aumento.



significativo, rondando os 77%, no número de cirurgias executadas.

Gráfico 2 - Evolução da quantidade e da despesa PRC.

Verificou-se em 2019 uma notável evolução ascendente, registada nas produções cirúrgicas executadas no SESARAM, E.P.E., face ao ano 2018, fruto do aumento do cabimento orçamental.

1.3. Peso das cirurgias no total da despesa PRC

Ainda que a sua execução tivesse ficado abaixo do previsto, com a execução de menos 137 cirurgias, foi a área de Ortopedia que consumiu uma maior fatia desta despesa (37%), seguindo-se as duas áreas que ultrapassaram o previsto – Ginecologia (10%) e Neurorradiologia (10%).

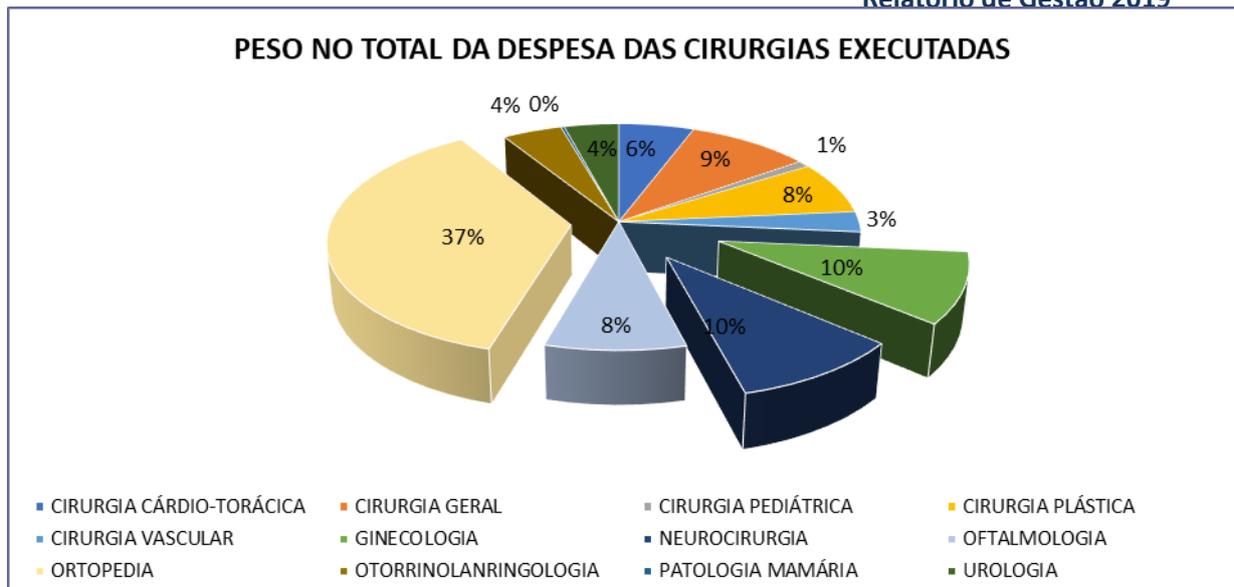


Gráfico 3 - Peso por tipo de cirurgia no total da despesa PRC.

1.4. Resumo da despesa PRC

Concluiu-se que o SESARAM, E.P.E., a 31 de dezembro de 2019, apresentava ainda um saldo positivo para a execução de produções cirurgias no âmbito do PRC, num montante rondando os 77.526,92€.



Figura 1 - Resumo da despesa PRC.

2. Programa Especial de Acesso a Cuidados de Saúde (PEACS) - SESARAM, E.P.E. Produção Adicional

A tabela que se segue apresenta o número de exames que o SESARAM, E.P.E. previu realizar em produção adicional, durante o ano 2019, nas áreas de Cardiologia e Ressonância Magnética, ao abrigo do Protocolo PEACS, e aqueles que foram, efetivamente, executados.

Para o ano 2019, dando continuidade ao iniciado em 2018, o SESARAM, E.P.E. apresentou uma previsão que abrange as citadas áreas de MCDT, deduzindo-se serem estas as áreas com maior relevância para esta entidade, com vista na diminuição das listas de espera no serviço público.

	2019					
	PRODUÇÃO PREVISTA		PRODUÇÃO EXECUTADA		EXECUTADO VS PREVISTO	
	N.º EXAMES	VALOR	N.º EXAMES	VALOR	N.º EXAMES	VALOR
RESSONÂNCIA MAGNÉTICA	1127	306 023,30 €	1316	342 629,20 €	17%	12%
CARDIOLOGIA	570	52 440,00 €	452	20 792,00 €	-21%	-60%
TOTAL	1697	358 463,30 €	1768	363 421,20 €	4%	1%

Tabela 3 – Total de Exames Previstos VS Exames Executados – PEACS Produção Adicional.

Para 2019, o SESARAM, E.P.E. contava com a realização de 1.697 exames para as áreas de Ressonância Magnética e Cardiologia. No entanto, a 31 de dezembro de 2019, verificou-se que a taxa de execução ficou acima, na ordem dos **1%**, da previsão inicial.

No que se refere às ressonâncias magnéticas, realizaram-se em produção adicional mais 189 exames do que aqueles que estavam previstos no início do ano, ficando a taxa de execução **17%** acima do que foi previsto, com um custo total para o IASAÚDE, IP-RAM de 342.629,20€.

Já na área de cardiologia, assistimos a um cenário inverso: apenas **79%** dos exames previstos foram realmente executados, os quais custaram ao IASAÚDE, IP-RAM um total de 20.792,00€.

2.1. Valores Faturados e Conferidos 2018/2019 PEACS Produção Adicional

No ano 2019, quando comparado com o mesmo período homólogo do ano anterior, verificou-se um substancial crescimento na execução de exames de ressonância magnética, registando um aumento na ordem dos 84%, enquanto que, no que toca aos exames de cardiologia, foram realizados menos 2% do que no ano anterior.

	2018		2019		Δ % 2018/2019	
	N.º EXAMES	VALOR EXECUTADO	N.º EXAMES	VALOR EXECUTADO	N.º EXAMES	VALOR EXECUTADO
RESSONÂNCIA MAGNÉTICA	206	58.327,40 €	1316	342.629,20 €	84%	83%
CARDIOLOGIA	460	21.160,00 €	452	20.792,00 €	-2%	-2%
TOTAL	666	79.487,40 €	1768	363.421,20 €	62%	78%

Tabela 4 – Evolução 2018 / 2019 - PEACS Produção Adicional.

Em termos de custos para o IASAÚDE, IP-RAM, o aumento da execução de exames de ressonância magnética contribuiu para o aumento da despesa na ordem dos 284.000,00€, em relação ao ano anterior.

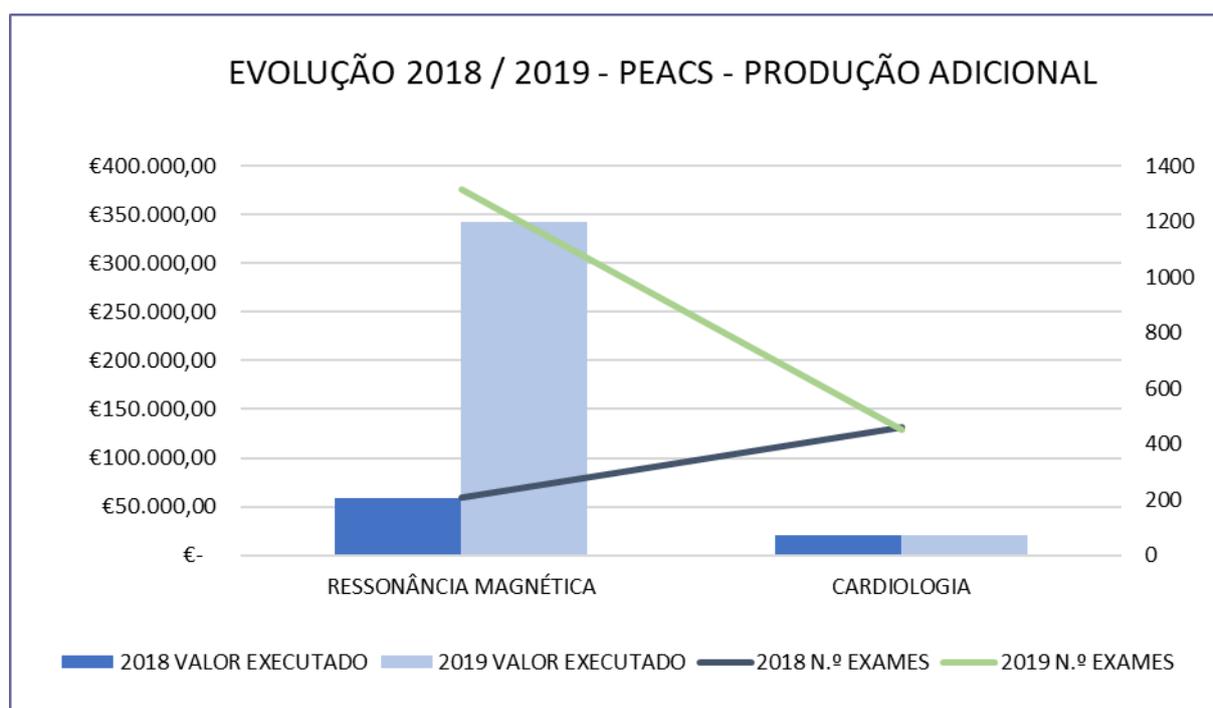
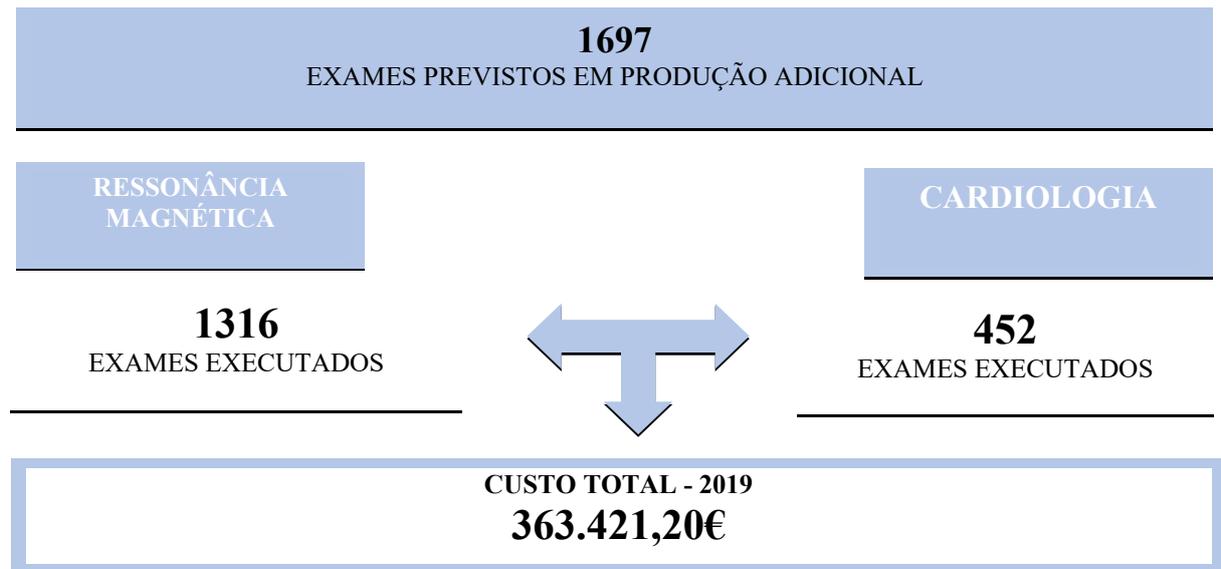


Gráfico 4 – Evolução 2018 / 2019 - PEACS - Produção Adicional.

2.2. Resumo da despesa PEACS Produção Adicional

Concluiu-se que o SESARAM, E.P.E., a 31 de dezembro de 2019, apresentava uma taxa de execução de exames no âmbito do PEACS Produção Adicional na ordem dos 41%, face ao



previsto, totalizando um custo total de 363.421,20 €.

Figura 2 – Resumo da Despesa – PEACS Produção Adicional.

Programa Especial de Acesso a Cuidados de Saúde (PEACS) – Setor Privado

No ano 2019, deu-se continuidade ao alargamento do Programa Especial de Acesso a Cuidados de Saúde aos prestadores privados de saúde, com vista à redução das listas de espera do SESARAM, E.P.E., designadamente para a realização de colonoscopias, ecografias mamárias, mamografias e exames de cardiologia, este último com início, apenas, em 2019.

Assim, a 31 de dezembro de 2019, contava-se com sete prestadores (mais 2 face ao ano anterior) para a realização de colonoscopias, cinco (mais 2 face ao ano anterior) para a realização de ecografias mamárias e mamografias e, ainda que no primeiro ano de atuação, foram dez os prestadores que aderiram à convenção PEACS para a realização de exames de cardiologia.

Nesta senda, totalizam 22 os prestadores privados de saúde que aderiram à convenção PEACS desde 2016 até 31 de dezembro de 2019, distribuídos da seguinte forma:



Figura 3 – Total de aderentes à Convenção PEACS a 31 de dezembro de 2019.

2.3. Valores Faturados e Conferidos 2018/2019

Para a distribuição da despesa, optou-se por classifica-las pelas áreas correspondentes, Anatomia Patológica (estudos anatomopatológicos), Gastroenterologia (colonoscopias), Radiologia (mamografias e eco mamárias) e cardiologia, bem como demonstra-las através dos valores conferidos, correspondes à efetiva despesa para o IASAÚDE, IP-RAM.

Às Colonoscopias, acrescenta-se os estudos Anátomo-Patológicos, sempre que o médico executante verifique a necessidade da realização de Biópsia. Ainda que se tenha optado por descrever esta despesa separadamente das colonoscopias, são os prestadores aderentes à convenção para a prestação de colonoscopias que apresentam a faturação desta rúbrica.

ÁREA	2018			2019			Δ % 2018/2019
	FATURADO	CONFERIDO	DIFERENÇA	FATURADO	CONFERIDO	DIFERENÇA	CONFERIDO
ANATOMIA PATOLÓGICA	1 440,75 €	1 211,25 €	-229,50 €	1 750,25 €	1 558,75 €	-191,50 €	28,69%
GASTROENTEROLOGIA	46 416,93 €	43 576,06 €	-2 840,87 €	75 418,33 €	71 957,51 €	-3 460,82 €	65,13%

RADIOLOGIA	16 708,00 €	16 556,00 €	-152,00 €	18 780,59 €	18 553,36 €	-227,23 €	12,06%
CARDIOLOGIA	0,00 €	0,00 €	0,00 €	5 650,30 €	5 374,30 €	-276,00 €	100,00%
TOTAL	64 565,68 €	61 343,31 €	-3 222,37 €	101 599,47 €	97 443,92 €	-4 155,55 €	58,85%

Tabela 5 – Evolução 2018 / 2019 – PEACS – Setor Privado.

Verificou-se que, no ano em análise, todas as áreas sofreram aumento quando comparado com o ano anterior, mais 36.000,00€ aproximadamente, que se deve, não só ao alargamento à área da cardiologia, mas também a um maior encaminhamento pelo SESARAM, E.P.E, para a realização de colonoscopias, que também se refletem no aumento dos estudos anátomo-patológicos.

À semelhança do mesmo período homólogo, verificou-se que a Gastroenterologia com a realização de colonoscopias era a área de maior destaque. No ano de 2019, assistiu-se a um aumento visível, na ordem dos 65 %, seguindo-se os estudos anátomo-patológicos associados também a esta área com um aumento de 28%, e por fim a Radiologia com um aumento pouco significativo na ordem dos 10%.

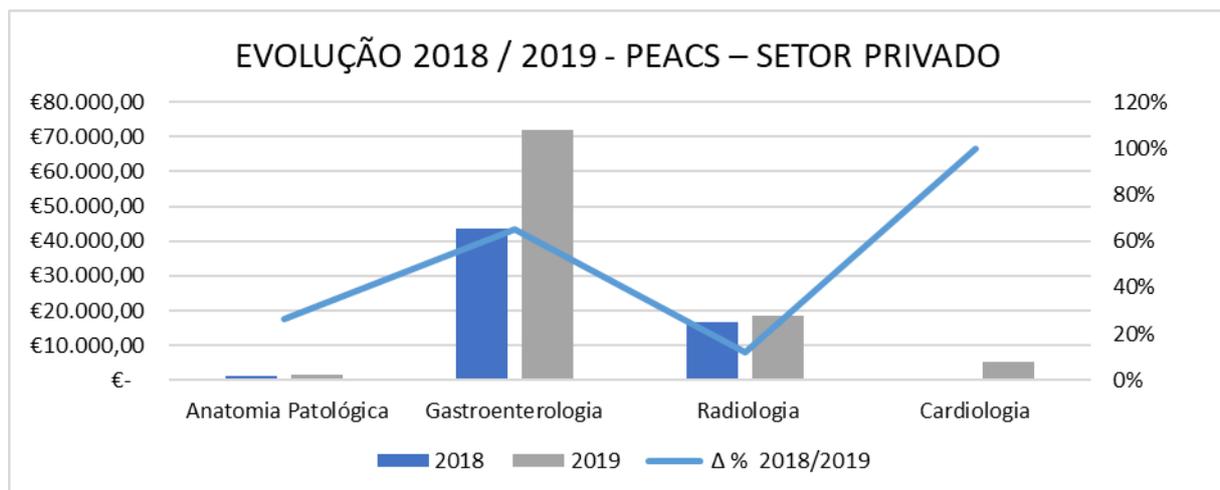


Gráfico 5 – Evolução 2018 / 2019 – PEACS – Setor Privado.

2.4. Resumo da Despesa PEACS

Concluiu-se que o SESARAM, E.P.E., a 31 de dezembro de 2019, apresentava uma taxa de execução de exames em todo o universo PEACS, na ordem dos 76% face ao previsto, finalizando o ano em análise com um saldo positivo de 139.163,88 €.



Figura 4 – Resumo da Despesa PEACS.

3. Convenção para a prestação de cuidados de saúde na área da Diálise

No ano em análise, deu-se continuidade à conferência e monitorização dos dados relativamente à convenção para a prestação de cuidados de saúde na área da **Diálise** aos utentes do SRS-Madeira.

Verificou-se que a adesão a esta convenção manteve-se num único prestador privado, na Modalidade de Preço Compreensivo sem acessos vasculares, com atuação em dois concelhos da RAM - Funchal e Machico – apresentando os seguintes resultados no ano 2019.

	N.º DE DIÁRIAS	TOTAL FATURADO	TOTAL CONFERIDO	DIFERENÇA
UNIDADE DO FUNCHAL	48545	3.031.683,82 €	2.953.432,70 €	78.251,12 €
UNIDADE DE MACHICO	18202	1.136.733,11 €	1.103.696,53 €	33.036,58 €
TOTAL	66747	4.168.416,93 €	4.057.129,23 €	111.287,70 €

Tabela 6 – Total Faturado vs. Conferido e n.º diárias realizadas em 2019 - **Convenção Diálise**.

Atendendo à especificidade do tratamento dos utentes hemodialisados, de referir a distribuição uniforme das sessões ao longo do ano.

De assinalar que o montante suportado pelo IASAÚDE, IP-RAM ultrapassou os 4 milhões de euros, tendo-se verificado uma poupança de 111.287,70 € resultante do processo de conferência.

3.1. Valores Faturados e Conferidos 2018/2019

Face ao mesmo período homólogo do ano anterior verifica-se um incremento nos valores faturados no âmbito da Convenção para a prestação de cuidados de saúde na área da Diálise em 2019 na ordem de 1,2 %, espelhando o aumento das diárias (2,2%).

	Ano 2018	Ano 2019	Varição
Faturado	4.119.767,58 €	4.168.416,93 €	1,2%
Conferido	4.080.360,98 €	4.057.129,23 €	-0,6%
N.º Diárias Conferidas	65.333	64.965	-0,6%

Tabela 7 – Evolução 2018 / 2019 - **Convenção Diálise**.

Não obstante do crescimento dos valores faturados, observa-se uma deflação na despesa com estes cuidados na ordem dos 0,6%, tendo em conta o maior diferencial detetado em sede de conferência.

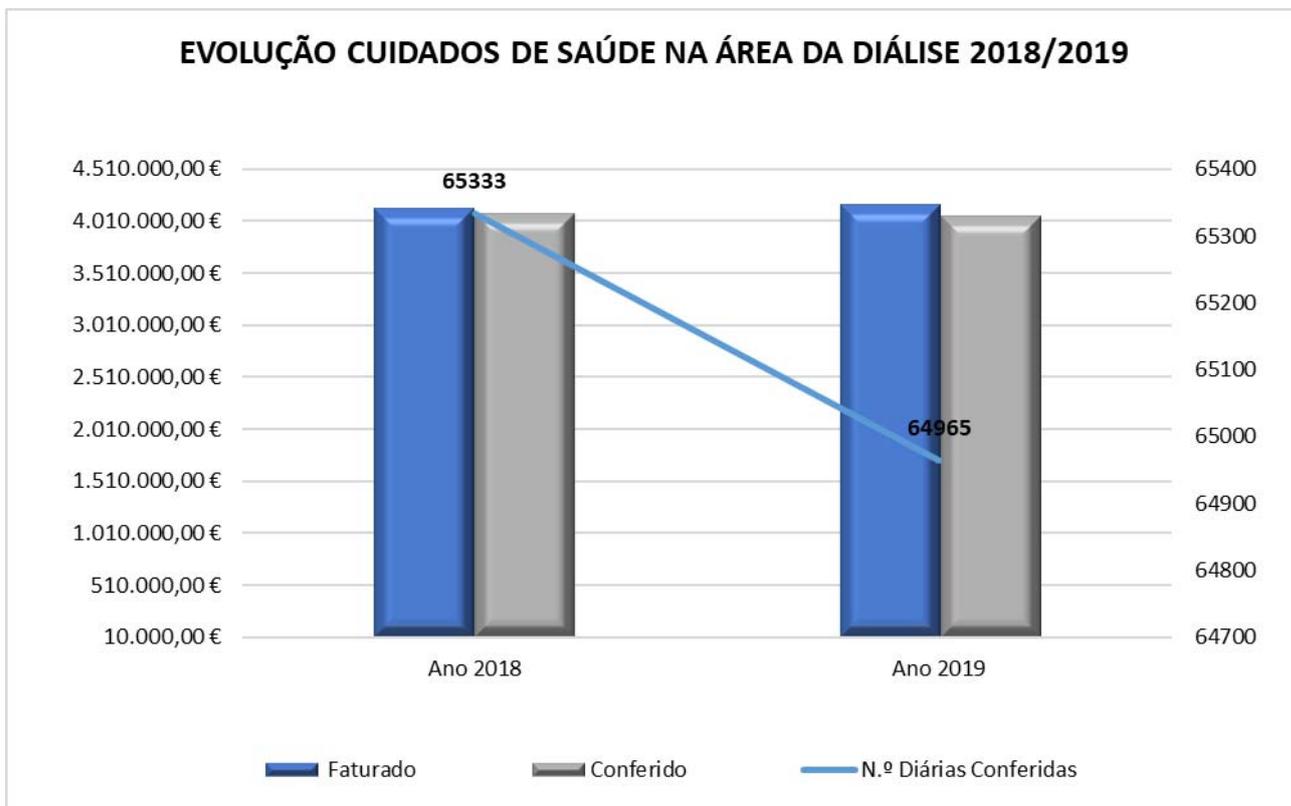


Gráfico 6 – Evolução 2018 / 2019 - Convenção Diálise.

Programa de Intervenção Precoce no Cancro Oral (PIPCO-RAM)

No ano em análise não se verificou qualquer alteração em relação à adesão de médicos dentistas a este programa de saúde, mantendo-se os mesmos sete que no ano anterior, bem como nos aderentes para os estudos anatomopatológicos, mantendo-se num único laboratório aderente.

Considerando que no ano 2018 não se verificou qualquer despesa, optou-se por apresentar, ilustrativamente, os dados residuais do ano 2019.

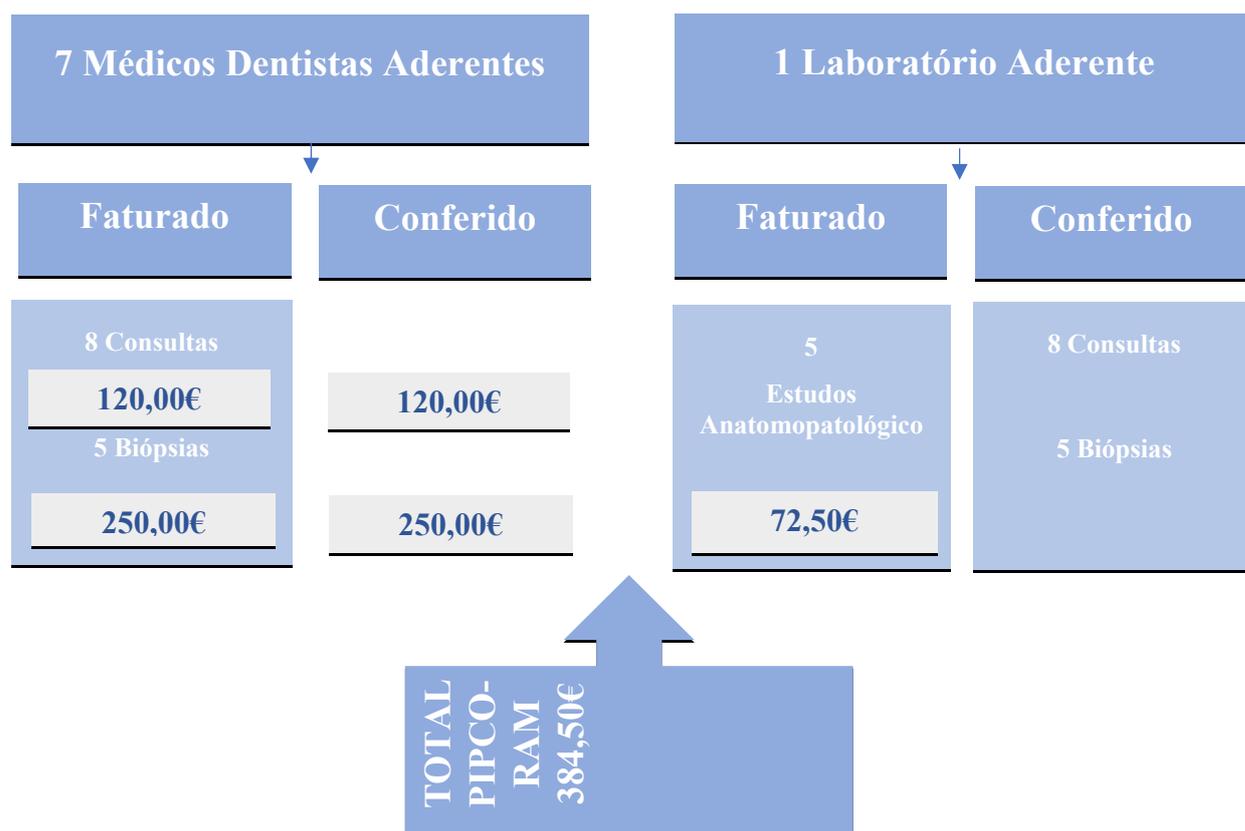


Figura 5 – Resumo despesa PIPCO- RAM.

Não obstante terem sido realizados cinco estudos anatomopatológicos apenas foi considerado um, atendendo que os restantes não cumpriam com as regras de faturação adjacentes ao programa em análise. Assim a despesa apurada em 2019 foi de 384,50 €, um valor pouco significativo na despesa do IASAÚDE, IP-RAM.

4. Acordos de Faturação

O IASAÚDE, IP-RAM mantém há diversos anos acordos de faturação com prestadores privados de saúde, para a realização de MCDT e prestação de Outros Cuidados de Saúde, verificando-se apenas uma alteração na área das análises clínicas, face a 2018, que passou de 4 para 3, com a fusão de 2 laboratórios em 1.

Os Acordos de Faturação encontram-se distribuídos pelas seguintes áreas:

ÁREA DE MCDT	PRESTADORES COM ACORDO
ANÁLISES CLÍNICAS	3
ANATOMIA PATOLÓGICA	3
CARDIOLOGIA	10
MEDICINA FÍSICA E REABILITAÇÃO	7

RADIOLOGIA	14
RESSONÂNCIA MAGNÉTICA	2
CUIDADOS RESPIRATÓRIOS DOMICILIÁRIOS	2
OUTROS CUIDADOS DE SAÚDE	PRESTADORES COM ACORDO
CIRURGIAS	4
PRÓTESES DENTÁRIAS	2
DIÁRIA DE PSIQUIATRIA	4

Tabela 8 – Número de Prestadores de por área – Acordos de Faturação.

4.1. Despesa – Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica (MCDT)

Os valores apresentados da tabela abaixo refletem a despesa do IASAÚDE, IP-RAM no último biênio, relativamente à faturação enviada mensalmente pelos prestadores de MCDT, com Acordos de Faturação.

ÁREA	2018			2019			Δ% 2018/2019
	FATURADO	CONFERIDO	DIFERENÇA	FATURADO	CONFERIDO	DIFERENÇA	
ANÁLISES CLÍNICAS	5.109.429,66 €	4.949.484,16 €	-159.945,50 €	6.461.456,68 €	6.298.575,17 €	-162.881,51 €	27,26%
ANATOMIA PATOLÓGICA	153.030,00 €	146.029,50 €	-7.000,50 €	145.202,99 €	140.447,00 €	-4.755,99 €	-3,82%
CARDIOLOGIA	642.846,95 €	637.740,52 €	-5.106,43 €	737.083,14 €	730.001,13 €	-7.082,01 €	14,47%
MEDICINA FÍSICA E REABILITAÇÃO	1.472.101,30 €	1.462.011,40 €	-10.089,90 €	1.775.346,80 €	1.766.220,60 €	-9.126,20 €	20,81%
RADIOLOGIA	921.299,12 €	909.547,10 €	-11.752,02 €	929.136,08 €	916.773,57 €	-12.362,51 €	0,79%
RESSONÂNCIA MAGNÉTICA	598.724,46 €	594.755,96 €	-3.968,50 €	681.300,83 €	677.288,83 €	-4.012,00 €	13,88%
TOTAL	8.897.431,49 €	8.699.568,64 €	-197.862,85 €	10.729.526,52 €	10.529.306,30 €	-200.220,22 €	21,03%

Tabela 9 – Evolução 2018 / 2019 – Acordos de Faturação – Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica.

Constatou-se no ano 2019 um aumento global dos valores pagos (conferido) pelo IASAÚDE, IP-RAM ao abrigo dos acordos de faturação, na ordem dos 21%, em relação ao ano anterior. Este aumento traduz-se no crescimento da despesa que ascende 1.800.000,00€, para tal contribuiu em primeira mão o aumento das análises clínicas (+1.349.091,01€), seguindo-se, com menos expressão, a medicina física e reabilitação (+304.209,20€) e a cardiologia (+92.260,61).

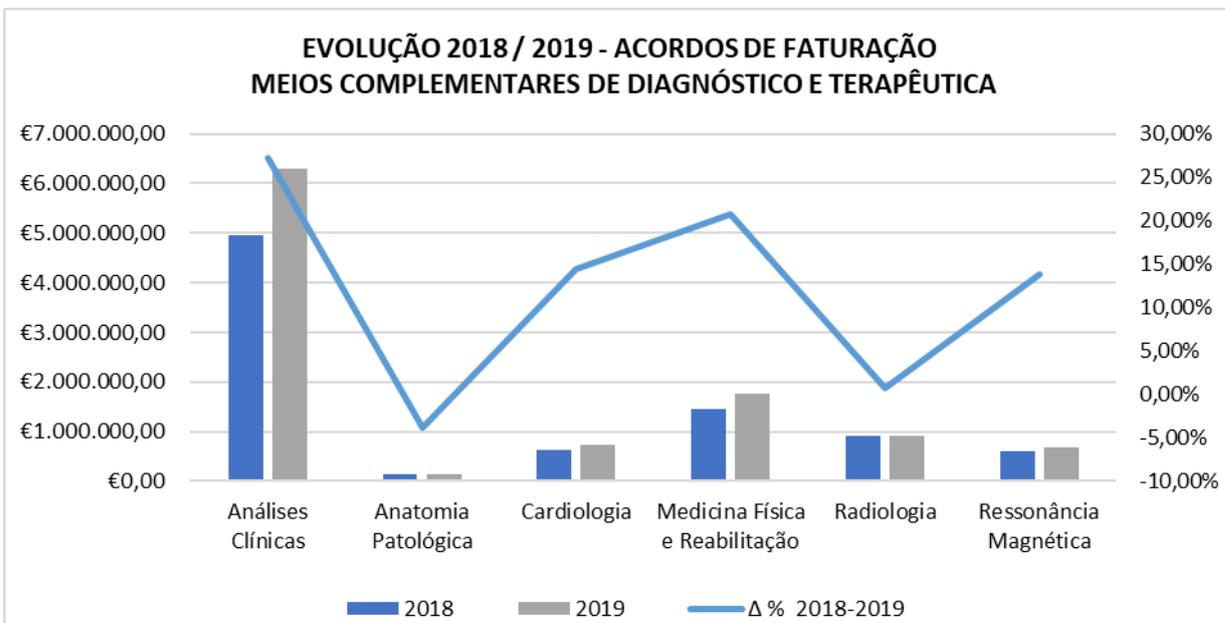


Gráfico 7 – Evolução 2018 / 2019 - Acordos de Faturação – Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica.

Com uma tendência contraditória, verificou-se que apenas a área de anatomia patológica teve uma quebra, em relação ao ano transato, sendo que foi também esta área com menor expressão no total da despesa MCDT (1%).

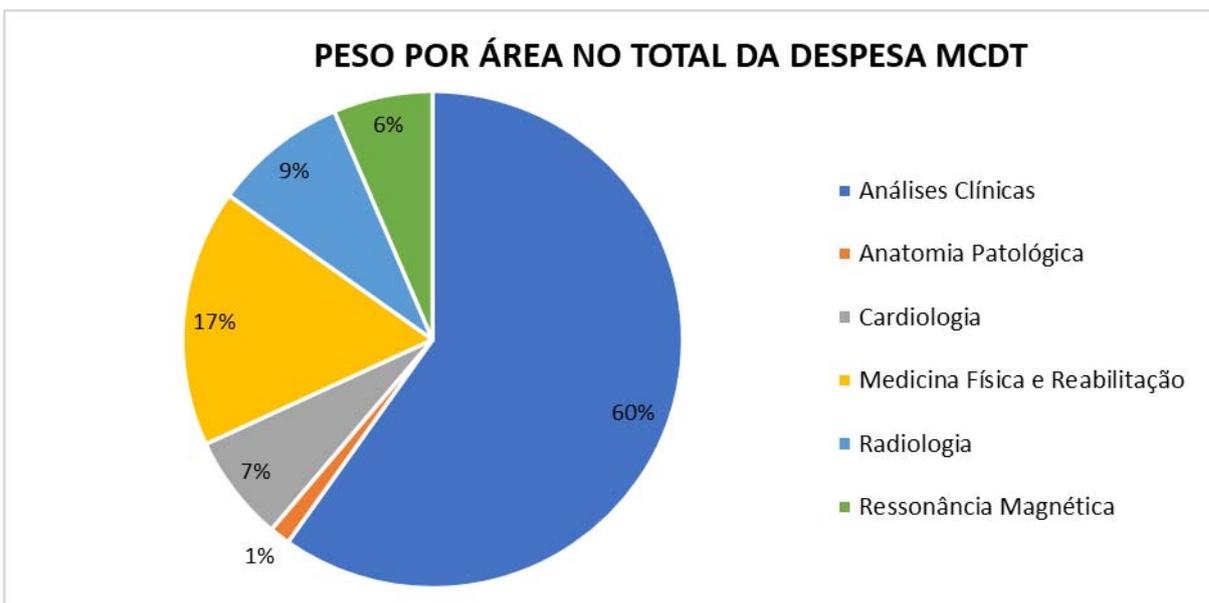


Gráfico 8 – Peso por área - Acordos de Faturação – Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica.

Ainda relativamente à despesa com MCDT, ao abrigo dos acordos de faturação verificou-se que as áreas que absorveram maior fatia da despesa, em 2019, foram as Análises Clínicas (60%), seguidas da Medicina Física e Reabilitação (17%). As restantes áreas fixaram-se abaixo dos 10 % no total da despesa com MCDT.

4.2. Despesa - Outros Cuidados de Saúde

Evidencia-se de seguida as áreas relativas à prestação de Outros Cuidados de Saúde, que, igualmente absorveram despesa ao IASAÚDE, IP-RAM.

ÁREA	2018			2019			Δ % 2018/2019
	FATURADO	CONFERIDO	DIFERENÇA	FATURADO	CONFERIDO	DIFERENÇA	
PRÓTESES DENTÁRIAS	51.431,23 €	50.750,69 €	-680,54 €	48 541,21 €	48 225,46 €	-315,75 €	-5,0%
CUIDADOS RESPIRATÓRIOS DOMICILIÁRIOS	2.573.923,82 €	2.517.602,69 €	-56.321,13 €	2 736 352,29 €	2 687 312,24 €	-49 040,05 €	6,7%
PSIQUIATRIA	13.039.374,76 €	13.004.124,22 €	-35.250,54 €	12 975 976,30 €	12 957 309,50 €	-18 666,80 €	-0,4%
CIRURGIAS	115.956,57 €	97.885,59 €	-18.070,98 €	84 340,68 €	81 768,17 €	-2 572,51 €	-16,5%
TOTAL	15.780.686,38 €	15.670.363,19 €	-110.323,19 €	15 845 210,48 €	15 774 615,37 €	-70 595,11 €	0,7%

Tabela 10 – Evolução 2018 / 2019 – Acordos de Faturação – Outros Cuidados de Saúde.

Para este grupo de cuidados, e considerando os valores conferidos, verificou-se que em 2019 se assistiu-se a uma pequena diminuição da despesa em relação ao ano 2018, na ordem dos 0,7%, com exceção dos Cuidados Respiratórios Domiciliários que sofreram um ligeiro aumento de 6,7%.

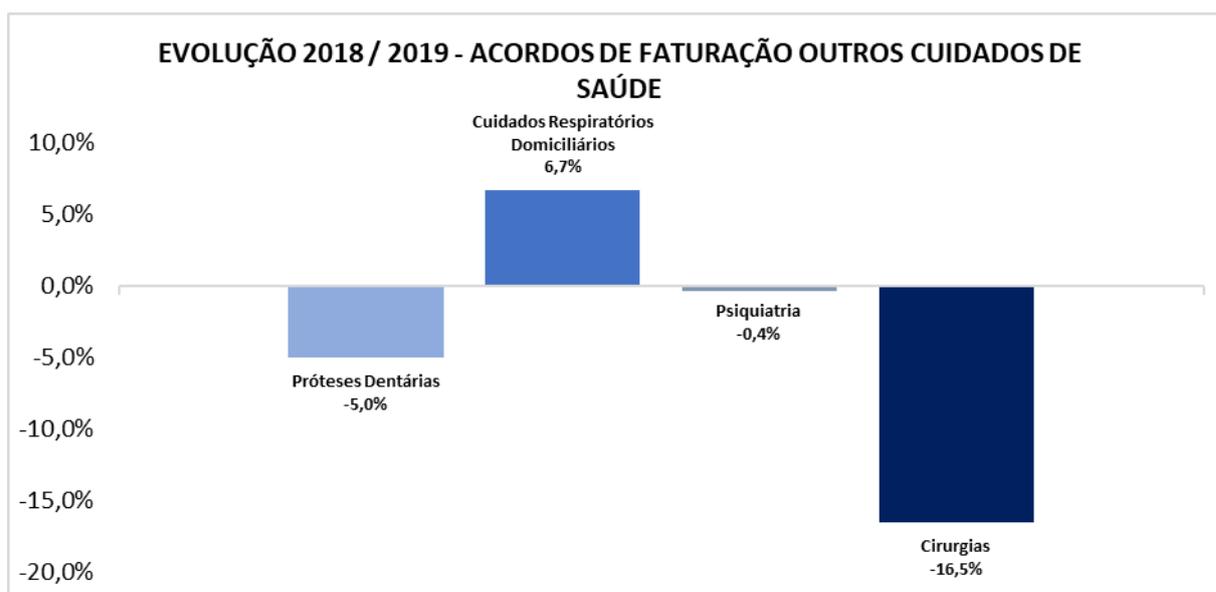


Gráfico 9 – Evolução 2018 / 2019 - Acordos de Faturação - Outros Cuidados de Saúde.

Quando analisando o peso no total da despesa com Outros Cuidados de Saúde, verificou-se

que a Psiquiatria ocupa o topo com 82%, sendo os restantes 18% distribuídos pelos Cuidados Respiratórios Domiciliários, Cirurgias e Próteses Dentárias.

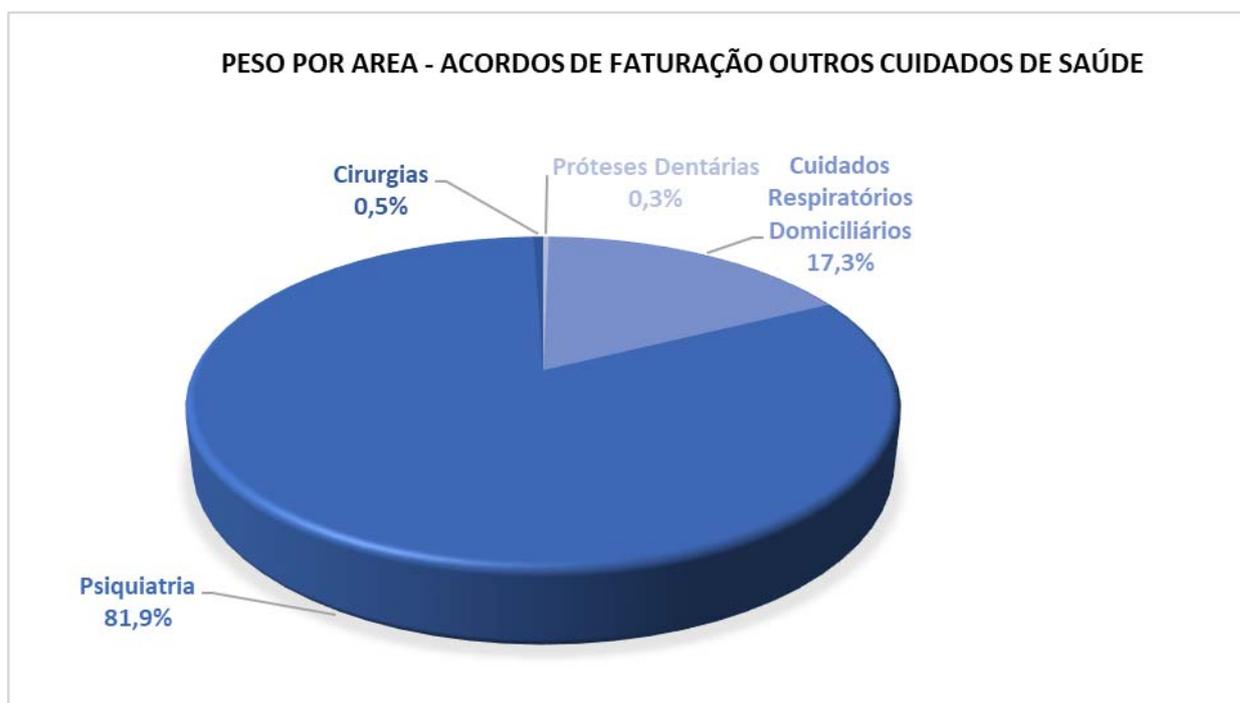


Gráfico 10 – Peso por área Acordos de Faturação - Outros Cuidados de Saúde.

5. Programas de Saúde

5.1. REDE

Neste âmbito no ano 2019, foram estabelecidos os contratos com a DILECTUS (com início a 1 de abril de 2019) e com o ATALAIA (com início a 1 de agosto de 2019), sendo a UOC responsável pela conferência e monitorização dos referidos contratos.

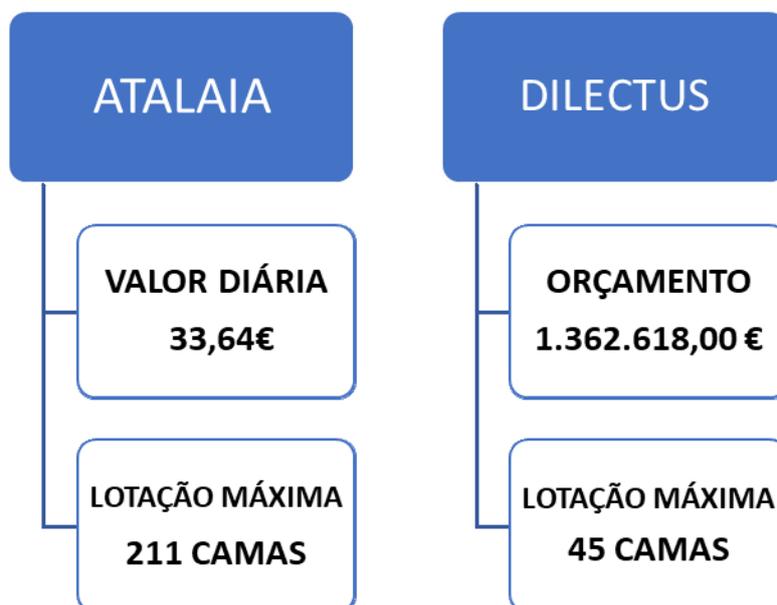


Figura 6 - Condições contratuais prestadores – REDE.

Observe-se as diferenças contratuais entre prestadores, uma vez se tratar de um Projeto Piloto na RAM, a operação iniciou-se faseadamente com o contrato com a empresa Dilectus, não tendo sido fixado um valor de diária, mas sim um valor global orçamentado para a aplicabilidade do programa. Já, no Atalaia fixou-se o valor da diária em 33,64€, sendo a sua à lotação máxima de 211 camas, a serem ocupadas, ao abrigo do contrato, de forma faseada. Assim, o programa iniciou-se com a ocupação de 30 camas, passando posteriormente para 50 e 92 até alcançar as 211 camas da sua lotação máxima.

PRESTADOR	FATURADO	CONFERIDO	DIFERENÇA
ASSOCIAÇÃO ATALAIA LIVING CARE	607 202,00 €	606 731,04 €	-470,96 €
DILECTUS - RESIDÊNCIAS ASSISTIDAS SA	1 025 534,38 €	1 025 534,38 €	0,00 €
TOTAL	1 632 736,38 €	1 632 265,42 €	-470,96 €

Tabela 11 – Total Faturado vs. Conferido em 2019 - REDE.

5.2. Programa Kit Bebê

O Programa Kit Bebê, em 2019, beneficiou **1857 crianças**, total de natos nesse ano, que poderia ter custado ao IASAÚDE, IP-RAM 742.800,00€. No entanto, os cartões emitidos têm uma validade de um ano, pelo que se concluiu que grande parte destes ainda se encontram ativos para 2020.



Figura 7 – Estimativa 2019 Programa Kit Bebê.

Durante o ano em análise as Farmácias da RAM faturaram ao abrigo do Programa Kit Bebê um total de 475 171,87 €, representando cerca de 69% do custo estimado deste programa.

Faturado	Conferido	Diferença
477 443,81 €	471 203,24 €	-5 390,62 €

Tabela 12 – Total Faturado vs. Conferido em 2019 - Programa Kit Bebê.

Em sede de conferência verificou-se a retificação dos montantes em 5 390,62€ face aos valores faturados, apurando-se uma despesa real de 471 203,24€.

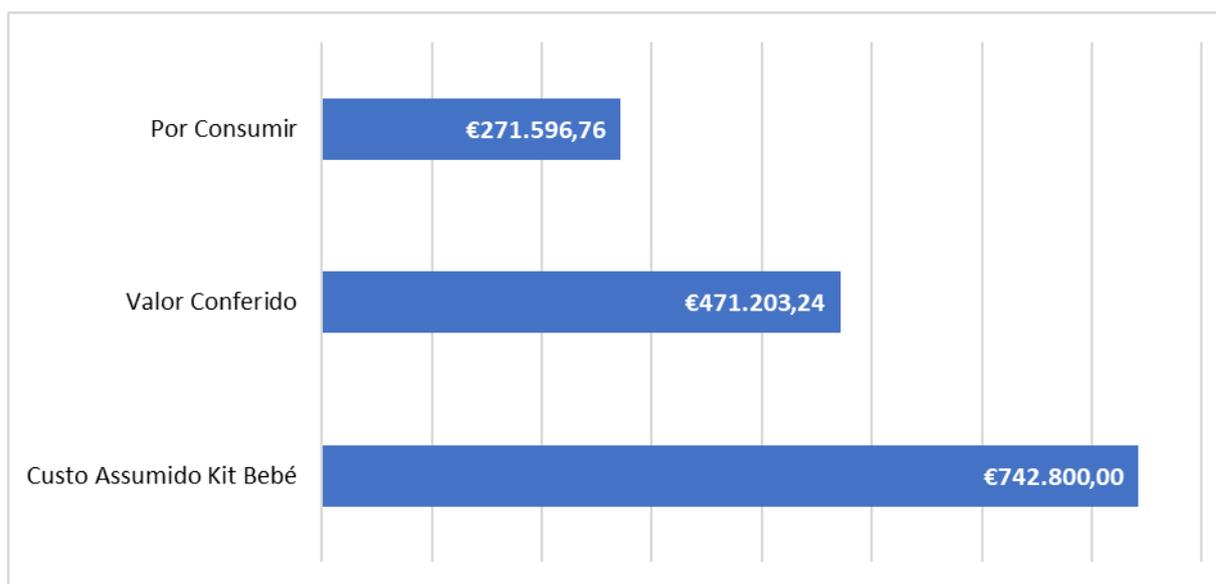


Gráfico 11 – Valores – Programa Kit Bebê

À participação de 400,00 €, por criança, faturada pela ANF, acresce o valor de 3% do total mensal conferido pela *Dignitude*, entidade que gere a Plataforma do Kit Bebê, que custou ao IASAÚDE, IP-RAM o valor de 14.136,10€, no ano em análise.

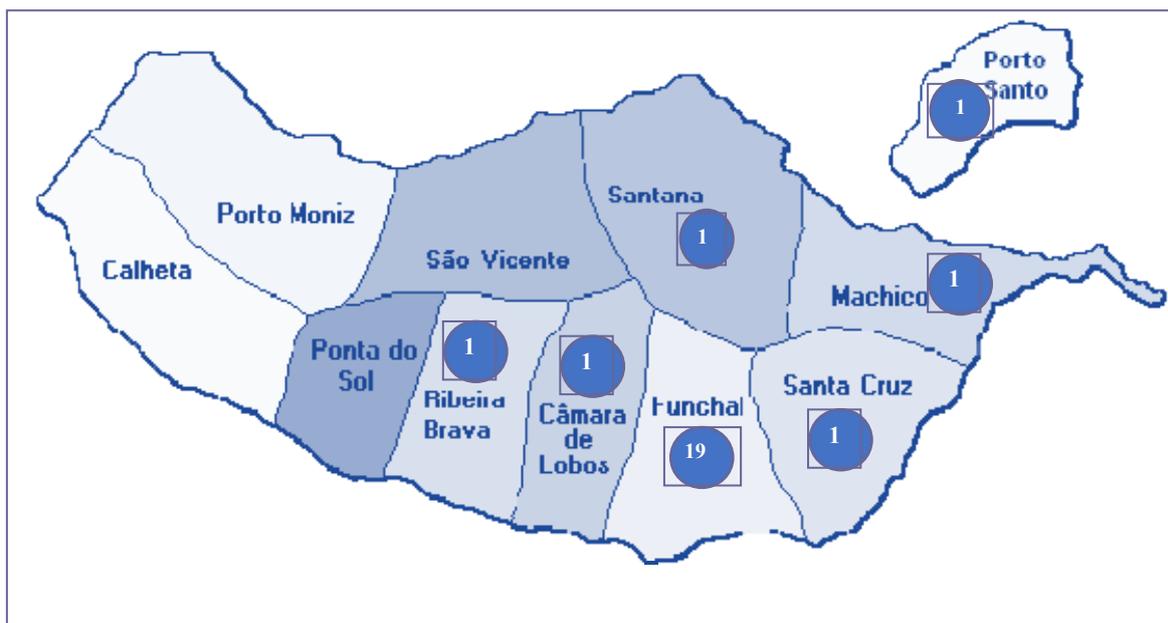
Assim, considera-se que o custo global com este Programa foi de 485.339,34€.



Figura 8 – Custo Total - Programa Kit Bebé.

5.3. Programa + Visão

5.4. Por forma à entrada em vigor do Programa + Visão a 1 de outubro de 2019 iniciou-se a instrução dos processos de adesão no decorrer do mês de setembro de 2019, tendo se verificado nesse mês a adesão de 7 empresas (num total de 21 lojas), sendo que no final do primeiro trimestre de execução o Programa + Visão contava com 11 aderentes (num total de 25



lojas), distribuídos por alguns concelhos da RAM.

Figura 9 – Número de Aderentes por concelho - Programa + Visão.

A 31 de dezembro de 2019, observou-se o pico de maior incidência ocorreu no último mês de execução em análise. No entanto, verificou-se que foi no mês de outubro que ocorreram um maior número de registos na Plataforma, pelo que se concluir ter sido o mês de maior procura.

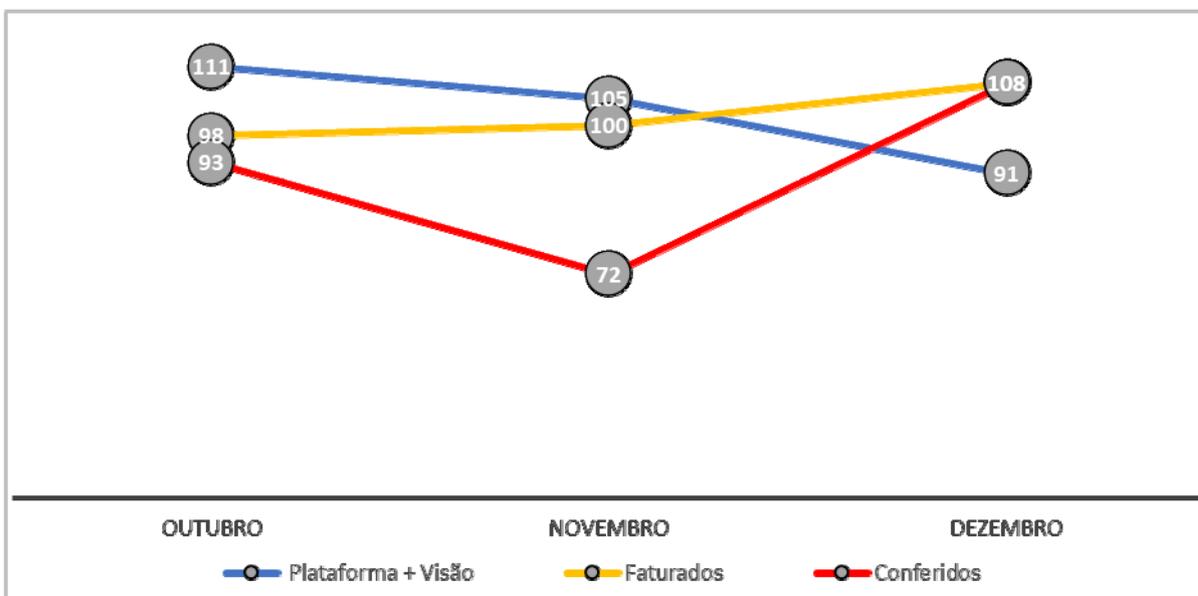


Gráfico 12 – Evolução do n.º de beneficiários - Programa + Visão.

Relativamente à despesa com o Programa + Visão apurou-se que em 2019 a mesma totalizou 42.823,05 €, sendo que o custo médio por utente foi de 156,86.

FATURADO	CONFERIDO
APOIO MAISVISAO	
47.802,35 €	40.906,55 €
COMPARTICIPAÇÃO TABELA SRS	
2.481,75 €	1.916,50 €
TOTAL COMPARTICIPADO	
50.284,10 €	42.823,05 €
CUSTO MÉDIO POR UTENTE	
164,33 €	156,86 €

Tabela 13 – Valor Faturado vs. Conferido em 2019 - Programa + Visão.

8. Reembolsos

8.1. Reembolsos SRS

Os valores apresentados da tabela abaixo refletem a despesa do IASAÚDE, IP-RAM no

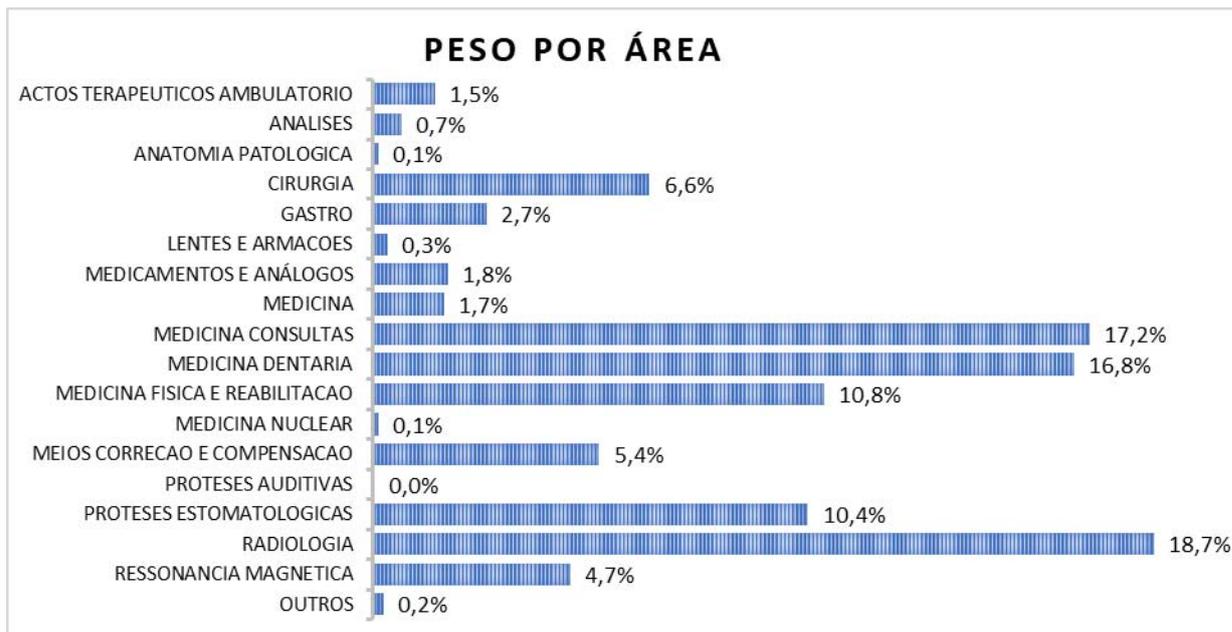
último biénio, relativamente aos reembolsos efetuados aos utentes do SRS-Madeira.

ÁREA	ANO 2018	ANO 2019	Δ % 2018-2019
ACTOS TERAPEUTICOS AMBULATORIO	60 544,32 €	62 538,76 €	3%
ANALISES	24 903,52 €	28 991,77 €	16%
ANATOMIA PATOLOGICA	6 084,87 €	5 792,93 €	-5%
CIRURGIA	96 989,28 €	276 900,37 €	185%
GASTRO	84 333,61 €	113 683,80 €	35%
LENTES E ARMACOES	15 268,55 €	14 357,73 €	-6%
MEDICAMENTOS E ANÁLOGOS	66 775,04 €	74 824,34 €	12%
MEDICINA	64 436,35 €	71 561,49 €	11%
MEDICINA CONSULTAS	660 878,77 €	717 179,49 €	9%
MEDICINA DENTARIA	651 217,32 €	702 592,02 €	8%
MEDICINA FISICA E REABILITACAO	254 814,57 €	451 939,13 €	77%
MEDICINA NUCLEAR	4 616,97 €	5 509,62 €	19%
MEIOS CORRECAO E COMPENSACAO	150 259,23 €	226 786,37 €	51%
PROTESES AUDITIVAS	1 376,74 €	1 698,47 €	23%
PROTESES ESTOMATOLOGICAS	493 743,11 €	435 868,61 €	-12%
RADIOLOGIA	680 452,53 €	782 450,15 €	15%
RESSONANCIA MAGNETICA	200 848,25 €	197 905,75 €	-1%
OUTROS	11 175,09 €	10 425,20 €	-7%
TOTAL	3 528 718,12 €	4 181 006,00 €	18%

Tabela 14 - Variação por área biénio 2018/19 - Reembolsos SRS.

Verificou-se no ano 2019 um aumento global dos valores reembolsados aos utentes do SRS Madeira, na ordem dos 18%, face ao ano anterior. Este aumento traduz-se no crescimento da despesa que ascende 4.181.006,00€, para tal contribuiu em primeira mão o aumento dos reembolsos com a medicina física e reabilitação (+197 124,56€), seguindo-se, com menos expressão as cirurgias (+179.911,09 €) e os meios correção e compensação (+76.527,14 €). Estes aumentos estão sobretudo associado ao facto de terem sido regularizados um grande volume de processos do ano anterior.

As áreas com maior ponderação na despesa relativamente aos reembolsos a utentes do SRS



são a Radiologia (18,7%), consultas médicas (17,20%) e medicina dentária (16,8%).

Gráfico 13- Peso despesa por área biénio 2018/19 - Reembolsos SRS.

8.2. REEMBOLSOS ADSE

Não obstante os reembolsos aos beneficiários ADSE da RAM terem passado a ser assumidos pela ADSE, IP com efeitos a 01/01/2018, durante o ano de 2019, verificou-se ainda o pagamento de reembolsos a estes beneficiários decorrentes de processos que haviam ficado pendentes de 2017 e 2018, pelo que apresentou um valor residual da despesa dos reembolsos em 2019.

Assim, a tabela abaixo apresenta a evolução dos pagamentos realizados em âmbito de reembolso aos beneficiários da ADSE, no último biénio.

ÁREA	ANO 2018	ANO 2019	Δ % 2018-2019
ANÁLISES	446,40 €	0,00 €	-100%
CIRURGIA	65 822,02 €	684,50 €	-99%
COMPLEMENTO EM INTERNAMENTO	59 521,85 €	1 618,76 €	-97%
LENTES E ARMACOES	252 611,06 €	262,78 €	-100%
MEDICINA	77 033,52 €	425,78 €	-99%
MEDICINA CONSULTAS	143 533,11 €	81,80 €	-100%
MEDICINA DENTARIA	175 190,69 €	1 180,54 €	-99%
MEDICINA FISICA E REABILITACAO	133 130,04 €	2 751,70 €	-98%
MEIOS CORRECAO E COMPENSACAO	60 824,25 €	698,89 €	-99%
PROTESES ESTOMATOLOGICAS	129 555,25 €	1 991,63 €	-98%
RADIOLOGIA	84126,74 €	115,75 €	-100%
OUTROS	34657,09 €	74,64 €	-100%
TOTAL	1 216 452,02 €	9 886,77 €	-99%

Tabela 15 - Variação por área biénio 2018/19 - Reembolsos ADSE.

Confirmou-se em 2019 uma diminuição global dos valores reembolsados aos beneficiários da ADSE, na ordem dos 99%, em face ao ano anterior, o decréscimo



decorrente da assunção da despesa pela ADSE, IP..

Gráfico 14 - peso despesa por área biénio 2018/19 reembolso ADSE.

Atendendo que a despesa verificada concerne à regularização de processos pendentes de 2017 e 2018, verificou-se que as áreas com maior relevância que se encontravam por regularizar eram a medicina física e reabilitação (27,8%), próteses estomatológicas (20,1%) e complemento em internamento (16,4%).

9. Medicamentos

Os valores abaixo referem-se à faturação das farmácias da RAM, referente à comparticipação de medicamentos aos utentes do Serviço Regional de Saúde e do Serviço Nacional de Saúde, enviada mensalmente ao IASAÚDE, cuja conferência está a cargo do CCF.

Saliente-se que a partir de 1 de janeiro de 2018, o IASAÚDE, IP-RAM passou a assumir também os encargos com medicamentos dos beneficiários da ADSE da RAM.

	2018	2019	Δ % 2018-2019
VALORES FATURADOS	35.581.754,18 €	38.142.412,01 €	7,20%

Tabela 16 - Variação por área biénio 2018/19 – **Medicamentos**.

De acordo com os dados fornecidos pela UGFC, em 2019, observou-se um aumento de 7,20 % dos valores faturados pelas 65 farmácias da RAM ao IASAÚDE, IP-RAM, face ao ano de 2018, traduzido num aumento da despesa na ordem dos 2.560.687,83€.

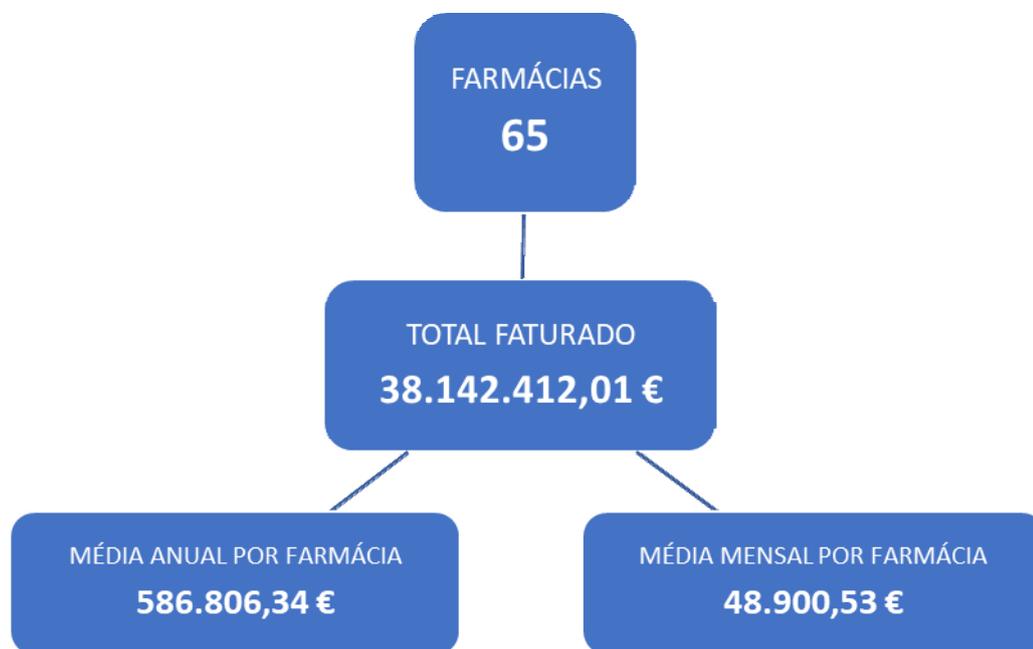


Figura 10 – Faturação Farmácias RAM 2019 – **Medicamentos** (dados fornecidos pela UGFC)

10. Despesa Global UOC

Em conclusão, apresenta-se na tabela abaixo os valores globais que representaram despesa nas áreas da dependência da UOC.

ÁREA	DESPEZA 2018	DESPEZA 2019	Δ % 2018-2019
PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DE CIRURGIAS (PRC)	1 400 000,01 €	2 622 473,08 €	46,6%
PROGRAMA ESPECIAL DE ACESSO A CUIDADOS DE SAÚDE EM PRODUÇÃO ADICIONAL (PEACS- SESARAM);	79 487,40 €	363 421,20 €	78,1%
PROGRAMA ESPECIAL DE ACESSO A CUIDADOS DE SAÚDE (PEACS – PRIVADO)	61 343,31 €	97 443,92 €	37,0%
CONVENÇÃO PARA A PRESTAÇÃO DE CUIDADOS DE SAÚDE NA ÁREA DA DIÁLISE	4 080 360,98 €	4 057 129,33 €	-0,6%
PROGRAMA DE INTERVENÇÃO PRECOCE NO CANCRO ORAL (PIPCO-RAM)	- €	384,50 €	100,0%
ACORDOS DE FATURAÇÃO (MCDT E OUTROS CUIDADOS DE SAÚDE)	24 369 931,83 €	26 303 921,67 €	7,4%
REDE	- €	1 632 736,38 €	100,0%

PROGRAMA KIT BEBÉ* ²	- €	485 339,34 €	100,0%
PROGRAMA MAIS VISÃO	- €	42 823,05 €	100,0%
REEMBOLSOS (SRS E ADSE)	4 745 170,14 €	4 190 892,77 €	-13,2%
MEDICAMENTOS	35 513 451,17 €	38 142 412,01 €	6,9%
TOTAL	70 249 744,84 €	77 938 977,25 €	9,9%

Tabela 17 - Variação por área biénio 2018/19 - **Despesa Global UOC.**

Face ao mesmo período homólogo de 2018 verificou-se que um aumento generalizado da despesa em 2019 (9,5%), em praticamente todas as áreas monitorizadas pela UOC, excetuando os Reembolsos com uma quebra de 13,2% e a Convenção Diálise com menos 0,6%. As áreas em que se registaram maior aumento foram no PEACS - Produção Adicional (78,1%), PRC (46,6%) e PEACS – Setor Privado (37%). Saliente-se que para o aumento da despesa, contribuíram também, os programas de financiamento que se iniciaram no ano em análise (Rede, Programa Kit Bebê E Programa + Visão).

Numa análise global verificou-se que praticamente 50% da despesa destinou-se à comparticipação com Medicamentos nas farmácias, seguindo-se os Acordos de Faturação para a prestação e MCDT e Outros Cuidados de Saúde, que absorveu 33,9% do total da despesa.

² Inclui o valor *Dignitude* – Gestora da Plataforma Kit Bebê.

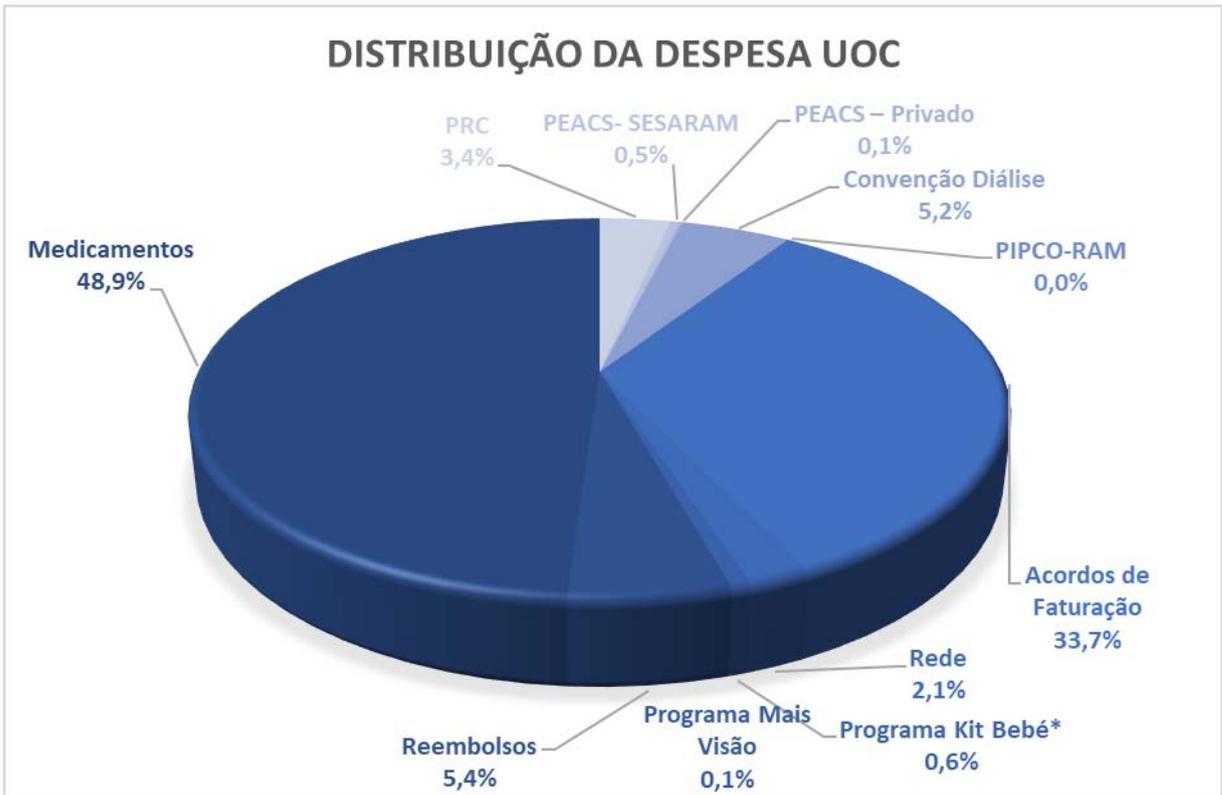


Gráfico 15 – Distribuição da Despesa UOC em 2019.